



RELATÓRIO
ANUAL DE
INFORMAÇÕES
2012

ÍNDICE

Mensagem da Diretoria Executiva	04
Sobre o Economus	05
Órgãos Estatutários	06
Destaques	07
▪ Recursos Humanos	08
▪ Planos de Previdência	08
▪ Planos de Assistência à Saúde	08
▪ Investimentos	09
▪ Princípios de Sustentabilidade	09
▪ Planejamento Estratégico	09
▪ Gestão Administrativa	09
▪ Sistema Normativo e Decisório	10
▪ Pesquisa de Satisfação	10
Gestão de Benefícios Previdenciários	11
▪ Ambiente atual e perspectivas para a previdência complementar	12
▪ Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B)	12
▪ Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A)	14
▪ Plano de Benefícios do Regulamento Geral (Grupo C)	15
▪ Plano de Benefícios PrevMais	18
Gestão de Assistência à Saúde	22
▪ Distribuição dos Beneficiários	23
▪ Distribuição de Beneficiários do Banco do Brasil	24
▪ Distribuição de Beneficiários do FEAS	24
▪ Distribuição dos Beneficiários do Economus	24
▪ Distribuição da Rede Credenciada	25
▪ Distribuição da Rede por Especialidades	25
▪ Fluxo Financeiro	26
▪ Central de Atendimento Telefônico	26
Gestão dos Investimentos	27
▪ Cenário Econômico Internacional	28
▪ Cenário Econômico Brasileiro	28
▪ Distribuição dos Investimentos em dezembro/2012	30
▪ Resumo do Demonstrativo dos Investimentos	31
▪ Aderência da Gestão dos Recursos às Metas Estabelecidas – Previsto X Realizado	36
▪ Montante dos Investimentos com Gestão Direta e Indireta	38
▪ Enquadramento dos Investimentos	46
▪ Resultado dos investimentos do Economus em 2012	47

▪ Divergência Não Planejada	51
▪ Evolução da Reserva Matemática e dos Resultados a Realizar do Plano C	52
▪ Custos com a Administração dos Recursos – Gestão Direta e Indireta	53
▪ Sumário Executivo das Políticas de Investimentos	57
▪ Vigência das Políticas de Investimentos	57
▪ Princípios a serem observados na Gestão	57
▪ Alocação Estratégica	58
▪ Segmentos de Investimentos e Limites de Aplicação	58
▪ Critérios de Contratação e de Avaliação de Gestores de Recursos	62
▪ Critérios de Análise de Riscos	62
▪ Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado	64

Gestão Contábil 65

▪ Balanços Patrimoniais Consolidados	66
▪ Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada	67
▪ Demonstrac�o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefício - GRUPO A	67
▪ Demonstrac�o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefício - GRUPO B	67
▪ Demonstrac�o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefício - GRUPO C	67
▪ Demonstrac�o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefício - PrevMais	68
▪ Demonstrac�o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - GRUPO A	68
▪ Demonstrac�o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - GRUPO B	68
▪ Demonstrac�o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - GRUPO C	68
▪ Demonstrac�o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - PrevMais	69
▪ Demonstrac�o do Plano de Gestão Administrativa Consolidado	69
▪ Demonstrac�o das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios - GRUPO A	69
▪ Demonstrac�o das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios - GRUPO B	69
▪ Demonstrac�o das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios - GRUPO C	70
▪ Demonstrac�o das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios - PrevMais	70
▪ Notas Explicativas �s Demonstrações Contábeis	71

Pareceres 102

▪ Atuarial: Gama Consultores Associados	103
▪ Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	123
▪ Parecer do Conselho Fiscal	124
▪ Manifestação do Conselho Deliberativo quanto às Demonstrações Contábeis do Exercício 2012	124

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA



A Diretoria Executiva do Economus - Instituto de Seguridade Social apresenta a todos os participantes o Relatório Anual de Informações.

Nesta publicação estão as principais atividades desenvolvidas pelo Instituto e as demonstrações contábeis acompanhadas dos Pareceres do Atuário, dos Auditores Independentes e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O Relatório Anual de Informações é obrigação legal prevista na Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC nº 23, de 6/12/2006), que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar (EFPCs) na divulgação de informações aos participantes e assistidos dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram.

Este relatório tem o objetivo de divulgar informações

sobre governança, estratégias e operações realizadas no período e traz uma análise da política e dos resultados dos investimentos, das despesas administrativas e da situação atuarial dos planos de benefícios, além de dados específicos sobre a assistência à saúde, propiciando melhor acompanhamento da gestão do Instituto em todos os níveis.

Para melhor entendimento dos demonstrativos, utilizamos as nomenclaturas “participantes” em referência aos profissionais filiados ao Economus que estão em atividade e “assistidos” aos filiados que já estão aposentados ou são pensionistas.

Agradecemos ao Patrocinador Banco do Brasil, aos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, aos participantes dos planos de previdência, beneficiários dos planos de saúde e aos empregados do Instituto que contribuíram para mais um ano de crescimento e realizações.

SOBRE O ECONOMUS

O Economus é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, constituída em 1º de setembro de 1977 como instrumento da política de recursos humanos do extinto Banco Nossa Caixa S.A. (BNC). Em virtude da incorporação do antigo BNC, desde 2009 o Banco do Brasil passou a ser o Patrocinador.

Missão	Oferecer soluções em previdência e assistência à saúde que atendam, com eficiência e segurança, as expectativas dos participantes e patrocinadores.
Visão de Futuro	Somos reconhecidos no mercado de previdência e de assistência à saúde como referência de gestão e controle dos planos e dos investimentos, bem como pela excelência no atendimento.
Valores	A gestão do Economus é pautada e reconhecida por: <ul style="list-style-type: none">▪ Ética, transparência e sustentabilidade;▪ Desenvolvimento de pessoas e sinergia entre equipes;▪ Excelência operacional e credibilidade;▪ Respeito às normas.



ORGÃOS ESTATUTÁRIOS

A estrutura de governança do Economus é composta da seguinte forma:

Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior do Economus, cabendo-lhe fixar, dentro dos objetivos sociais, a política de funcionamento e estabelecer diretrizes e normas gerais para organização e administração, bem como para os planos de benefícios operacionalizados.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno do Economus, responsável por zelar pela gestão econômico-financeira e o cumprimento das regras de governança.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é o órgão de administração geral, cabendo-lhe executar todos os atos necessários ao bom funcionamento do Instituto, de acordo com as disposições da Lei, do Estatuto e das definições, diretrizes e normas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo.

Conselho Deliberativo

Titulares

Vagner Lacerda Ribeiro (Presidente)
Carlos Alberto Costa Fraga
José Caetano de Andrade Minchillo
Itamar de Souza Menezes
Levi Gomes de Oliveira
Francisco Vianna de Oliveira Junior

Suplentes

Lúcia Helena Cruz Moya Cuevas
Antonio Sérgio Riede
Sérgio Antonio Fossalussa
Tânia Teixeira Balbino
Adriana Pizarro Carnelós Vicente
Itamar Mortágua

Conselho Fiscal

Titulares

José Carlos de Oliveira (Presidente)
Áurea Farias Martins
José Zamai
Adelar Valentim Dias

Suplentes

Antonio Sabóia Barros Junior
Carlos Alberto Marques Pereira
Irialdo Barros
Antônio César de Ávila Bittencourt

Diretoria Executiva

Diretor Superintendente
Diretor Administrativo
Diretor de Seguridade
Diretor Financeiro

Sérgio Lunes Brito
Benilton Couto da Cunha
Carlos Célio de Andrade Santos
Paulo Leite Julião



DESTAQUES

DESTAQUES

Recursos Humanos

Com o objetivo de atrair e reter os melhores talentos, o Economus implementou em fevereiro de 2012 o novo Plano de Cargos e Salários (PCS). Com isso, houve redimensionamento do quadro de pessoal com remuneração mais competitiva frente aos valores praticados pelo mercado.

Merece destaque que em 2012 mais de 20 profissionais estavam certificados por instituições como Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social (ICSS) e CPA-20 da Anbima, que se destinam a qualificar aqueles que atuam no segmento securitário e certificar os que desempenham atividades de investimento.

Perfil dos Empregados (nível educacional)		
Formação	Qtde.	%
Superior completo	75	42
Superior incompleto	33	19
Pós-graduação completa	33	19
Pós-graduação incompleta	8	5
Demais	24	15
Total	173	100

* Posição: dezembro de 2012

Planos de Previdência

Para melhorar o controle e a operacionalização das atividades, a área de Benefícios foi estruturada em três gerências: pagamento de benefícios e operações com participantes, arrecadação e atuária.

Como consequência, houve mais agilidade na concessão e manutenção de benefícios e empréstimos, na elaboração dos informes de rendimentos, arrecadação, avaliação atuarial, cálculos de provisões e testes de aderência para assistência à saúde e previdência.

Outra melhoria foi a elaboração de estudos que resultaram na diminuição do custo operacional do empréstimo com a redução do seguro prestamista de 0,040% para 0,029% e

redução da taxa de contingência de 0,050% para 0,030%, o que implicou no aumento da rentabilidade das operações de empréstimo do plano.

Planos de Assistência à Saúde

A gestão dos planos de assistência à saúde do Economus está direcionando esforços para melhorar a prestação de serviços, de acordo com as melhores práticas de mercado previstas no segmento de autogestão. Os efeitos das mudanças iniciadas em 2012 poderão ser percebidos durante o ano de 2013.

Dentre as principais iniciativas, destacam-se as seguintes:

- Aquisição do novo Sistema de Gestão de Saúde que proporcionará nova forma de acompanhamento da evolução dos planos, com informações gerenciais mais precisas para a tomada de decisão;
- Aquisição do novo Sistema de Atendimento que proporcionará mais agilidade no registro e encaminhamento das demandas realizadas pelos beneficiários;
- Novo processo de conectividade com a rede credenciada, gerando mais agilidade na solicitação de autorização de procedimentos e segurança no envio do faturamento para o Economus por meio de arquivos eletrônicos;
- Início de implementação do Projeto *Business Process Outsourcing (BPO)* no faturamento dos prestadores, com triagem, conferência, higienização e digitalização de documentos, o que tornará o processo de análise de contas médicas mais rápido e seguro;
- Aquisição de novo PABX com capacidade superior para atender a demanda de ligações das áreas de saúde, previdência e empréstimos, eliminando a perda de chamadas;
- Aquisição do *software* de monitoramento de atendimento (*Call Manager*) que facilitará o gerenciamento da operação e do desempenho de cada atendente;
- Implementação do novo núcleo de negociação de Órteses, Próteses e Materiais especiais (OPME) com o propósito de analisar e realizar a compra direta com os fornecedores, reduzindo os custos da operação.

DESTAQUES

Investimentos

Atento ao cenário do mercado financeiro, o Instituto adotou a estratégia de desinvestir recursos atrelados à taxa Selic/CDI para investir em fundos de investimentos de renda fixa atrelados à inflação, como, por exemplo, fundos que objetivavam superar o índice IMA-B. Esta estratégia possibilitou um ganho de aproximadamente 26% no ano, enquanto que o CDI apresentou variação de 8,41% no mesmo período.

No segmento de renda fixa destaca-se a rentabilidade dos títulos públicos NTNs-C, com vencimentos em 2017, não considerados no cálculo do Resultado a Realizar que foram transferidos, no final de 2011, da categoria de “títulos mantidos até o vencimento” para a categoria “títulos para negociação”. No ano de 2012, estes títulos tiveram valorização de 26,33%.

Na renda variável, o destaque foi a diversificação dos investimentos entre as categorias de fundos (*asset allocation*), inclusive com alocação em fundos de “Dividendos” e “Valor”, que tendem a apresentar melhor resultado nos cenários em que o índice Bovespa não apresenta boa performance, como foi verificado em 2012.

O desempenho do Índice Bovespa, acumulado em 2012, foi positivo em 7,40%, enquanto o retorno consolidado dos investimentos em renda variável do Economus foi de 16,99%, o que representa um desempenho de 9,59 pontos percentuais acima do Ibovespa, justificado pelo benefício da diversificação da carteira de investimentos neste segmento e também pelo processo de seleção e alocação dos recursos entre os gestores (*asset allocation*).

Destacaram-se os Fundos de Investimento em Ações classificados como “Dividendos”, que apresentaram rentabilidade média de aproximadamente 22% no ano e também os Fundos classificados como “Valor”, que apresentaram rentabilidade média de aproximadamente 40% em 2012.

Ao longo do ano, conforme previsto na Política de Investimentos, o Economus aumentou a participação em Fundos de Investimento em Participações (*private equity*) e Fundos de Investimentos Imobiliários, que são classificados no segmento de Investimentos Estruturados. Este segmento apresentou rentabilidade de 40,05% no ano, devido à valorização dos ativos que compõem os fundos

investidos, em geral, Empresas e Imóveis.

Princípios de Sustentabilidade

Com pequenas atitudes, o Economus está atuando para evitar desperdícios e preservar os recursos naturais. Por exemplo, há alguns anos, várias publicações são enviadas por e-mail. Os boletins eletrônicos representam economia de despesas e recursos. No site, na intranet e nos informativos em geral há sempre alertas sobre a necessidade de preservação, prevenção e outras ações que representam proteção à vida.

Desde 2007, o Economus aderiu ao programa Princípios de Investimento Responsável (PRI), da Organização das Nações Unidas (ONU), que define critérios ambientais, sociais e de governança para os investimentos, a fim de que os mercados se tornem cada vez mais sustentáveis. Desta forma, as aplicações financeiras são direcionadas para fundos de investimento que priorizam ações de sustentabilidade.

Na carteira própria de ações, o Economus possui investimentos em empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BMF&Bovespa, que prioriza aquelas que compõem o índice e são, portanto, inclinadas a questões sociais, ambientais e de governança.

Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico foi aprovado pelo Conselho Deliberativo, tendo como premissa básica a análise dos ambientes externo e interno, com foco nas áreas de previdência e de assistência à saúde, resultando na elaboração de objetivos estratégicos para o período de 2013-2015. Também foram revistos a Missão e os Valores do Instituto, bem como foi incluída a Visão de Futuro.

Gestão Administrativa

O ano de 2012 foi marcado pela disseminação dos mecanismos de controle e da eficiência operacional nas diversas áreas do Economus.

Foram adotadas iniciativas de aprimoramento dos modelos, conceitos e premissas orçamentárias, bem como de desenvolvimento de informações e indicadores de gestão, de cada unidade administrativa, que permitiram a orientação dos gestores para a racionalização dos recursos e consequente melhoria do desempenho.

DESTAQUES

O fluxo das informações gerenciais e o acompanhamento dos desvios orçamentários foram intensificados, o que proporcionou maior domínio e entendimento sobre as ocorrências administrativas e agilidade na tomada de decisões para alcance dos objetivos planejados.

Além disso, alinhado à prática de mercado, foi instituído o custeio administrativo de investimentos, que trouxe equilíbrio entre as receitas e a estrutura de gastos administrativos relacionados à gestão dos investimentos.

Para o fortalecimento do ambiente de controle da Entidade, foi revitalizado o modelo e o processo de avaliação de riscos operacionais, sendo aprimoradas as rotinas de identificação e quantificação dos riscos e de documentação e avaliação dos controles internos junto às unidades gestoras, principalmente nos macroprocessos de previdência, gestão financeira e de suporte administrativo.

Ainda na busca desse fortalecimento, foi desenvolvido um programa de treinamento interno, com distribuição de Cartilha aos participantes, sobre conceitos e práticas de controles internos, e criado um indicador de *compliance*.

Sistema Normativo e Decisório

O sistema decisório do Economus é baseado no instrumento Nota Técnica, documento de enfoque técnico e administrativo, que formaliza propostas de soluções ou encaminhamentos para apreciação das instâncias decisórias. Uma prática de governança que contribui para mitigação de riscos.

Além disso, foram revisados e elaborados diversos documentos do sistema normativo, como:

- Códigos de Ética e Conduta, com a finalidade de orientar a conduta dos profissionais que atuam no Instituto;
- Responsabilidades e Funções, que destaca as responsabilidades gerais e específicas das gerências da empresa;
- Competências e Alçadas, que tem o objetivo de oficializar a delegação de poder pelos órgãos estatutários;
- Mapa dos Processos, que detalha, hierarquicamente, os elementos de todos os processos; e
- Normas e Procedimentos, que norteiam a governança corporativa do Economus.

Pesquisa de Satisfação

Com o objetivo de conhecer a percepção dos públicos de interesse do Economus, identificar pontos críticos e propor melhorias em relação aos planos de Previdência e de Assistência à Saúde foram realizadas, no mês de novembro de 2012, pesquisas de satisfação com participantes, beneficiários e rede credenciada.

As pesquisas foram enviadas por e-mail e os resultados divulgados nos principais meios de comunicação do Economus.



GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Ambiente atual e perspectivas para a previdência complementar

O último trimestre de 2012 foi marcado pela discussão em torno da taxa máxima de juros anual aplicável aos planos de benefícios. Trata-se, ao lado da hipótese de mortalidade geral, de um dos principais elementos impactantes para um plano de benefícios.

A taxa máxima de juros anual permitida pela legislação vigente é de 6% a.a. sendo que a Resolução CNPC nº 9/2012 estabelece um escalonamento para a redução desse índice da ordem de 0,25% ao ano, a partir do encerramento do exercício de 2013, até 2018, quando chegará a 4,5%.

A redução gradativa da taxa de juros anual busca alinhar a realidade dos planos de benefícios ao cenário econômico marcado pela trajetória declinante da taxa SELIC.

A publicação da Resolução CNPC nº 9/2012 e também da

Resolução CNPC nº 10/2012 iniciam um novo ciclo de aprimoramento das práticas atuariais na gestão dos planos de benefícios, que deverá ter continuidade ao longo do ano de 2013 com a publicação de novas Resoluções e Instruções.

Contribui, ainda, para a formação desse novo cenário a aplicação, pelo órgão fiscalizador PREVIC, da metodologia de Supervisão Baseada em Risco (SBR), direcionando a atividade fiscalizadora em função da solvência financeira do plano, a qual está relacionada diretamente à aderência de premissas, hipóteses, regimes financeiros e métodos atuariais ao grupo de participantes do plano.

Assim, o ambiente atual do segmento de fundos de pensão será marcado por mudanças no processo regulatório, com vistas a harmonizar as práticas de gestão das entidades para garantir o cumprimento das obrigações com os atuais e futuros assistidos dos planos de benefícios.

Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B)

Participantes

Perfil dos participantes segregado por sexo, elaborado a partir da base de dados utilizada para Avaliação Atuarial anual, referente ao exercício de 2012.

Dados	Feminino	Masculino	Total
Nº de Participantes	758	487	1.245
Média de Idade atual	64,83	64,64	64,76
Média do Tempo de Plano	33,72	33,96	33,82
Média do Salário Real de Participação	R\$ 7.611,63	R\$ 11.357,90	R\$9.077,04
Total do Salário Real de Participação	R\$ 5.769.612,80	R\$ 5.531.297,82	R\$11.300.910,62
Total da Reserva de Poupança	R\$ 6.320.772,03	R\$ 6.065.082,17	R\$12.385.854,20

Assistidos

Perfil dos assistidos segregado por tipo de benefício e sexo, elaborado a partir da base de dados utilizada para Avaliação Atuarial anual, referente ao exercício de 2012.

Aposentadoria por Tempo de Contribuição/Idade

Dados	Feminino	Masculino	Total
Nº de Assistidos	2	5	7
Média de Idade Atual	70,21	65,84	67,09
Média de Tempo de Início de Recebimento do Benefício	19,67	19,10	19,26
Média do Valor de Benefício	R\$ 4.559,28	R\$ 5.787,93	R\$ 5.436,89

GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Aposentadoria por Invalidez

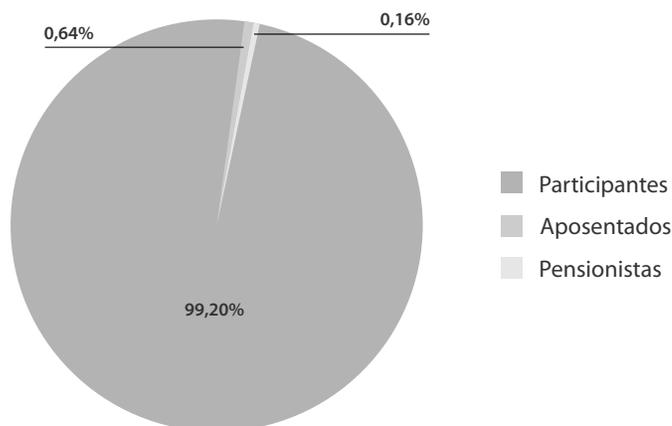
Dados	Feminino	Total
Nº de Assistidos	1	1
Média de Idade Atual	74,75	74,75
Média de Tempo de Início de Recebimento do Benefício	24,08	24,08
Média do Valor de Benefício	R\$ 2.771,57	R\$ 2.771,57

Pensões

Dados	Masculino	Total
Nº de Benefícios	2	2
Média de Tempo de Início de Recebimento do Benefício	14,11	14,11
Média de Idade Atual do Dependente	53,55	53,55
Média do Valor de Benefício	R\$ 1.072,19	R\$ 1.072,19

O gráfico abaixo demonstra a composição da massa do Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B), em 31 de dezembro de 2012:

Composição da Massa em 31/12/2012



GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A)

Participantes

Perfil dos participantes do Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A) segregado por sexo, elaborado a partir da base de dados utilizada para Avaliação Atuarial anual, referente ao exercício de 2012:

Dados	Feminino	Masculino	Total
Nº de Participantes	686	591	1.277
Média de Idade atual	76,82	77,62	77,19
Média do Tempo de Plano	34,06	34,72	34,37
Média do Salário Real de Participação	R\$ 6.427,76	R\$ 9.625,86	R\$ 7.909,01
Total do Salário Real de Participação	R\$ 4.403.012,66	R\$ 5.688.884,72	R\$ 10.091.897,38
Total da Reserva de Poupança	R\$ 5.313.987,07	R\$ 7.194.593,81	R\$ 12.508.580,88

Assistidos

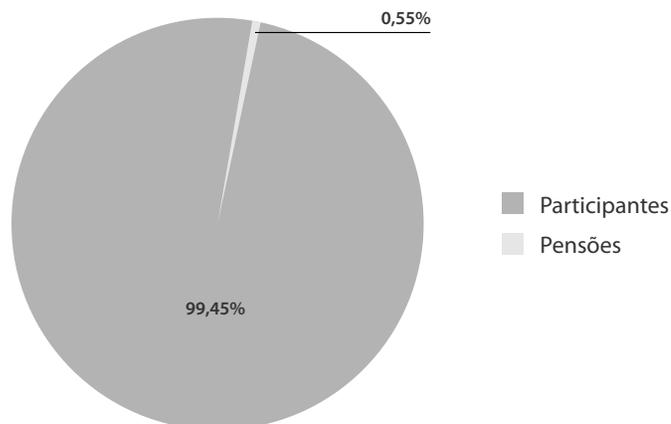
Perfil dos assistidos do Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A), elaborado a partir da base de dados utilizada para Avaliação Atuarial anual, referente ao exercício de 2012:

Pensões

Dados	Feminino	Masculino	Total
Nº de Assistidos	7	-	7
Média de Idade Atual	35,93	-	35,93
Média de Tempo de Início de Recebimento do Benefício	75,66	-	75,66
Média do Valor de Benefício	R\$ 2.781,63	-	R\$ 2.781,63

O gráfico abaixo demonstra a composição da massa do Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A), em 31 de dezembro de 2012:

Composição da Massa em 31/12/2012



GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Plano de Benefícios do Regulamento Geral (Grupo C)

Participantes

Perfil dos participantes do Plano de Benefícios do Regulamento Geral (Grupo C) segregado por sexo, elaborado a partir da base de dados utilizada para Avaliação Atuarial anual, referente ao exercício de 2012:

Sexo	Dados	Ativos	Autopatrocinados	BPD ⁽¹⁾	Saldados ⁽²⁾	Total
Feminino	Quantidade	27	-	13	3.584	3.624
	Idade (média)	50,15	-	50,54	48,50	48,52
	Tempo de Empresa (média)	24,48	-	-	-	24,48
	Tempo de Plano (média)	21,44	-	-	-	21,44
	Tempo de Serviço Futuro (média)	5,07	-	5,77	6,39	6,38
	Idade de Aposentadoria (média)	55,70	-	57,00	55,54	55,54
	Salário de Participação (média) R\$	4.567,68	-	483,50	1.136,83	1.159,26
	Salário de Participação (soma) R\$	123.327,49	-	6.285,51	4.074.401,32	4.201.156,85
Masculino	Quantidade	14	1	9	1.868	1.892
	Idade (média)	53,36	54,00	46,67	48,90	48,92
	Tempo de Empresa (média)	24,14	27,00	-	-	24,33
	Tempo de Plano (média)	21,86	14,00	-	-	21,33
	Tempo de Serviço Futuro (média)	4,36	-	12,44	6,99	6,99
	Idade de Aposentadoria (média)	58,07	55,00	59,44	56,42	56,44
	Salário de Participação (média) R\$	4.411,13	9.430,63	614,48	2.093,69	2.110,01
	Salário de Participação (soma) R\$	61.755,77	9.430,63	5.530,33	3.911.021,08	3.992.130,08
Geral	Quantidade	41	1	22	5.452	5.516
	Idade (média)	51,24	54,00	48,95	48,64	48,66
	Tempo de Empresa (média)	24,37	27,00	-	-	0,19
	Tempo de Plano (média)	21,59	14,00	-	-	0,16
	Tempo de Serviço Futuro (média)	4,83	-	8,50	6,59	6,59
	Idade de Aposentadoria (média)	56,51	55,00	58,00	55,84	55,85
	Salário de Participação (média) R\$	4.514,23	9.430,63	537,08	1.464,68	1.485,37
	Salário de Participação (soma) R\$	185.083,26	9.430,63	11.815,84	7.985.422,40	8.193.286,93

(1) Refere-se ao Valor do Benefício Proporcional Diferido.

(2) Refere-se ao Valor do Benefício Saldado.

GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Assistidos

Perfil dos assistidos do Plano de Benefícios do Regulamento Geral (Grupo C) segregado por tipo de benefício e sexo, elaborado a partir da base de dados utilizada para Avaliação Atuarial anual, referente ao exercício de 2012:

Aposentadorias Programadas (Complementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço ou por Idade)

Dados	Feminino	Masculino	Total
Nº de Assistidos	3.531	1.832	5.363
Média de Idade Atual	60,83	61,48	61,06
Média da Complementação de Aposentadoria* (R\$)	2.789,44	5.504,10	3.716,77
Total da Complementação de Aposentadoria* (R\$)	9.849.512,44	10.083.507,21	19.933.019,65

Aposentadoria por Invalidez

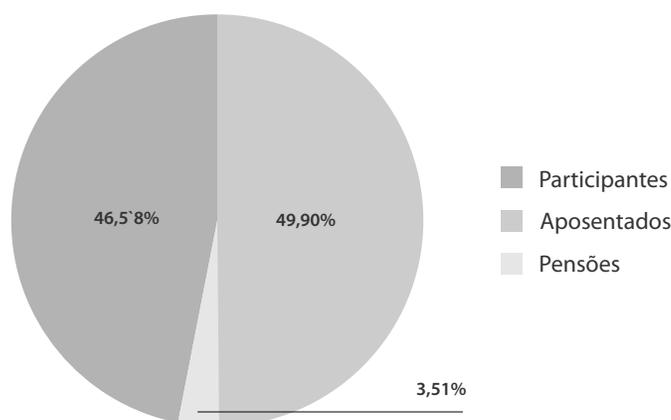
Dados	Feminino	Masculino	Total
Nº de Assistidos	379	159	538
Média de Idade Atual	59,97	60,21	60,04
Média da Complementação de Aposentadoria por Invalidez* (R\$)	2.403,76	3.699,05	2.786,57
Total da Complementação de Aposentadoria por Invalidez* (R\$)	911.024,34	588.148,89	1.499.173,23

Pensões

Dados	Feminino	Masculino	Total
Nº de Benefícios	317	106	423
Média de Idade Atual do Pensionista Principal	64,09	62,32	63,65
Média da Complementação de Pensão por Morte* (R\$)	2.540,94	2.681,08	2.576,06
Total da Complementação de Pensão por Morte* (R\$)	805.478,40	284.194,06	1.089.672,46

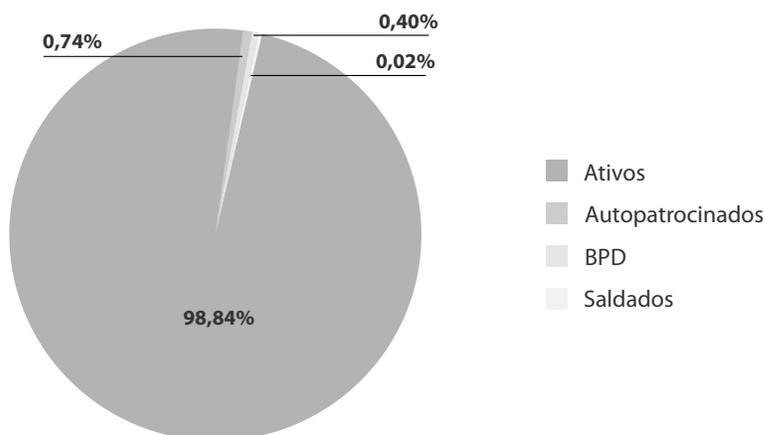
O gráfico abaixo demonstra a composição da massa do Plano de Benefícios do Regulamento Geral (Grupo C), em 31 de dezembro de 2012:

Composição da Massa em 31/12/2012

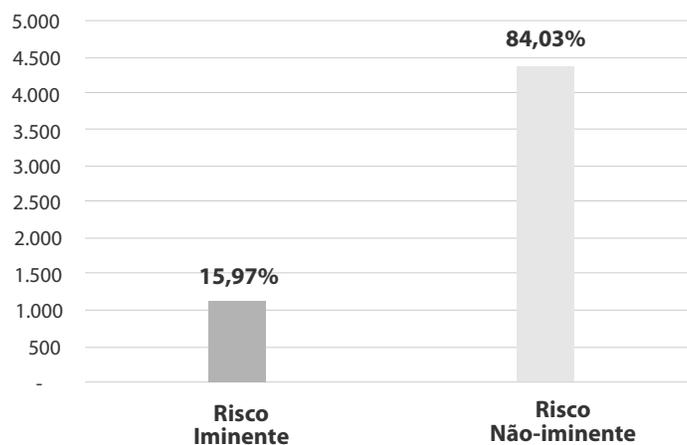


GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

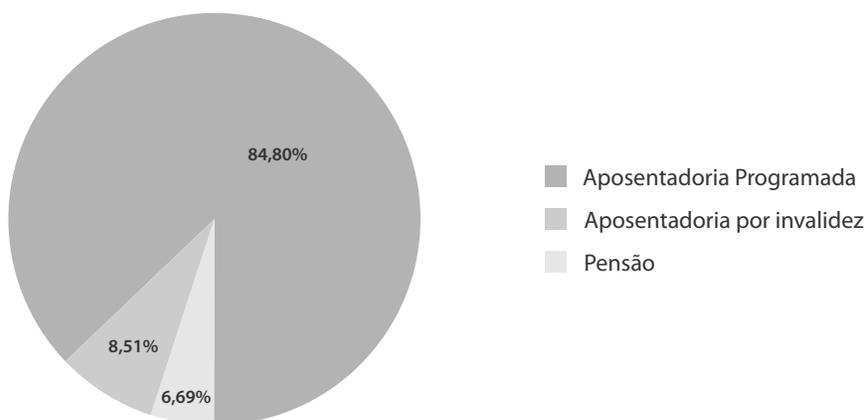
Composição da Massa de Participantes em 31/12/2012



Risco iminente X Risco Não-iminente



Composição dos Benefícios por Tipo em 31/12/2012



GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Plano de Benefícios PrevMais

Participantes

Perfil dos participantes do Plano de Benefícios PrevMais segregado por situação e sexo, elaborado a partir da base de dados utilizada para Avaliação Atuarial anual, referente ao exercício de 2012:

Dados	Feminino	Masculino	Total
Nº de Participantes	5.493	3.785	9.278
Média de Idade atual	44,34	42,42	43,56
Média do tempo de Patrocinadora	17,22	15,60	16,56
Média do tempo de Serviço Futuro	15,69	17,64	16,49
Média de Idade Aposentadoria	60,03	60,06	60,04
Média do Salário de Benefício (R\$)	5.291,99	5.887,21	5.534,81
Total do Salário de Benefício (R\$)	29.068.874,35	22.283.089,39	51.351.963,74
Total do Montante Financeiro Individual do FUNDO A e B (R\$)	117.277.059,99	92.662.984,42	209.940.044,41
Total do Montante Financeiro Individual do FUNDO C (R\$)	116.965.199,13	92.113.970,35	209.079.169,48
Total do Montante Financeiro de Recursos Portados (R\$)	26.408,58	292.079,93	318.488,51

Participantes em Autopatrocínio

Dados	Feminino	Masculino	Total
Nº de Participantes	131	131	262
Média de Idade atual	48,86	47,64	48,25
Média do tempo de Patrocinadora	23,25	23,85	23,55
Média do tempo de Serviço Futuro	11,15	12,40	11,78
Média de Idade Aposentadoria	60,01	60,04	60,02
Média do Salário de Benefício (R\$)	6.718,47	8.650,24	7.684,36
Total do Salário de Benefício (R\$)	880.119,78	1.133.181,75	2.013.301,53
Total do Montante Financeiro Individual do FUNDO A e B (R\$)	6.666.969,41	9.126.660,18	15.793.639,59
Total do Montante Financeiro Individual do FUNDO C (R\$)	3.052.032,09	4.056.992,13	7.109.024,23
Total do Montante Financeiro de Recursos Portados (R\$)	0,00	19.336,57	19.336,57

GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Participantes em BPD

Dados	Feminino	Masculino	Total
Nº de Participantes	2	5	7
Média de Idade atual	40,38	33,88	35,74
Média do tempo de Patrocinadora	16,92	9,22	11,42
Média do tempo de Serviço Futuro	19,63	26,12	24,26
Média de Idade Aposentadoria	60,00	60,00	60,00
Média do Salário de Benefício (R\$)	5.842,61	4.946,72	5.202,69
Total do Salário de Benefício (R\$)	11.685,21	24.733,61	36.418,82
Total do Montante Financeiro Individual do FUNDO A e B (R\$)	46.260,64	92.321,85	138.582,49
Total do Montante Financeiro Individual do FUNDO C (R\$)	41.389,90	91.649,36	133.039,26
Total do Montante Financeiro de Recursos Portados (R\$)	8.596,78	0,00	8.596,78

Participantes desligados que não manifestaram as respectivas opções pelos Institutos assegurados no plano

Dados	Feminino	Masculino	Total
Nº de Participantes	230	244	474
Média de Idade atual	42,78	41,43	42,08
Média do tempo de Patrocinadora	17,19	15,26	16,19
Média do tempo de Serviço Futuro	17,32	18,73	18,04
Média de Idade Aposentadoria	60,09	60,16	60,13
Média do Salário de Benefício (R\$)	4.157,65	4.227,54	4.193,63
Total do Salário de Benefício (R\$)	956.259,47	1.031.518,83	1.987.778,30
Total do Montante Financeiro Individual do FUNDO A e B (R\$)	2.873.106,45	3.603.456,26	6.476.562,71
Total do Montante Financeiro Individual do FUNDO C (R\$)	2.367.790,45	2.620.259,00	4.988.049,45
Total do Montante Financeiro de Recursos Portados (R\$)	0,00	0,00	0,00

GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Assistidos

Perfil dos Assistidos do Plano de Benefícios PrevMais segregado por tipo de benefício, forma de pagamento e sexo, elaborado a partir da base de dados utilizada para Avaliação Atuarial anual, referente ao exercício de 2012:

Aposentadorias Programadas (Benefício de Aposentadoria)

Benefício Vitalício – Estruturado na Modalidade de Benefício Definido

Dados	Feminino	Masculino	Total
Nº de Assistidos	8	25	33
Média de Idade Atual	57,74	58,62	58,40
Média da Suplementação de Aposentadoria (R\$)	573,97	592,15	587,74

Com base no Montante Financeiro Individual – Estruturado na Modalidade de Contribuição Definida

Dados	Feminino	Masculino	Total
Nº de Assistidos	432	449	881
Média de Idade Atual	57,23	58	57,62
Média do Benefício de Aposentadoria (R\$)	747,03	975,04	863,24
Total do Montante Financeiro Individual (R\$)	15.251.485,79	23.468.701,70	38.720.187,48

Aposentadoria por Invalidez (Suplementação de Aposentadoria por Invalidez)

Dados	Feminino	Masculino	Total
Nº de Assistidos	49	59	108
Média de Idade Atual	53,51	56,66	55,23
Média da Suplementação de Aposentadoria por Invalidez (R\$)	2.434,84	5.153,48	3.920,02

Pensões

Benefício Vitalício – Estruturado na Modalidade de Benefício Definido

Dados	Feminino	Masculino	Total
Nº de Benefícios	31	15	46
Média de Idade Beneficiário Vitalício	46,52	45,37	46,15
Média da Suplementação de Pensão por Morte (R\$)	3.893,02	1.764,80	3.199,03

Benefício Temporário – Estruturado na Modalidade de Benefício Definido

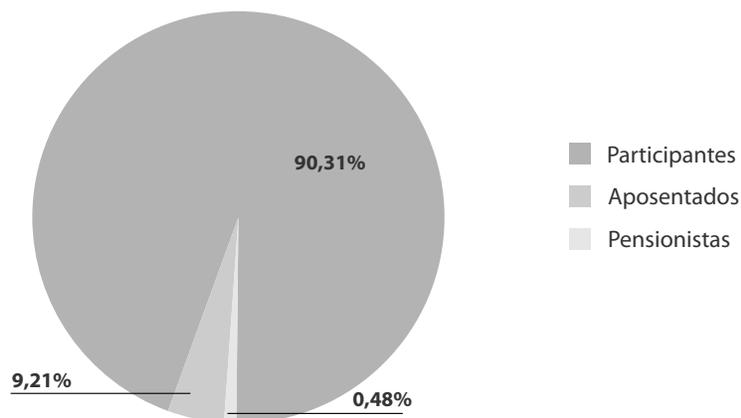
Dados	Masculino	Total
Nº de Benefícios	2	2
Média de Idade Beneficiário Vitalício	16,29	16,29
Média da Suplementação de Pensão por Morte (R\$)	11.048,91	11.048,91

GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

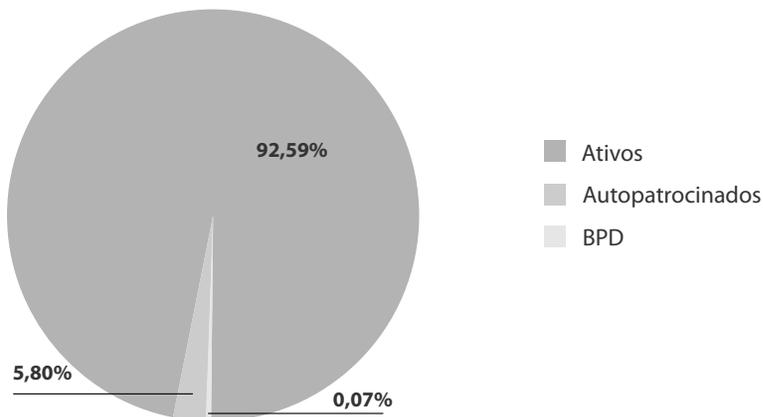
Com base no Montante Financeiro Individual – Estruturado na Modalidade de Contribuição Definida

Dados	Feminino	Masculino	Total
Nº de Benefícios	4	1	5
Média de Idade Beneficiário Vitalício	54,63	58,25	55,35
Média da Suplementação de Pensão por Morte (R\$)	535,15	237,21	475,56

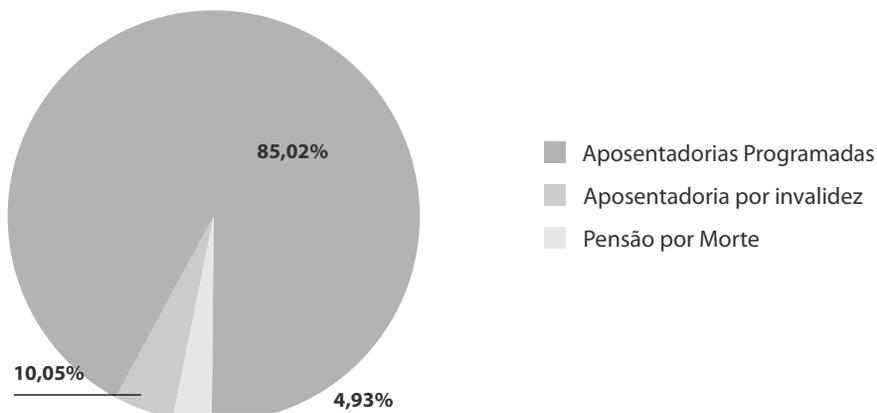
O gráfico abaixo demonstra a composição da massa do Plano de Benefícios PrevMais 3em 31 de dezembro de 2012:



Obrigações com Participantes e Patrocinadora 4,73%



Benefícios Concedidos por Tipo em 31/12/2012





GESTÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

GESTÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

O Economus encerrou o ano de 2012 com 52.217 beneficiários inscritos nos planos de assistência à saúde administrados, oferecendo-lhes cobertura para consultas, exames e internações hospitalares, dentre outros.

O Banco do Brasil detém a maior concentração de beneficiários inscritos, distribuídos entre os planos Plus, Plus II, Básico e PAMC. Esses planos se caracterizam por oferecer cobertura médico-hospitalar aos empregados egressos do extinto Banco Nossa Caixa S/A.

Os planos FEAS Básico e o FEAS PAMC possuem o objetivo de oferecer assistência à saúde aos aposentados assistidos dos planos de previdência complementar do Economus.

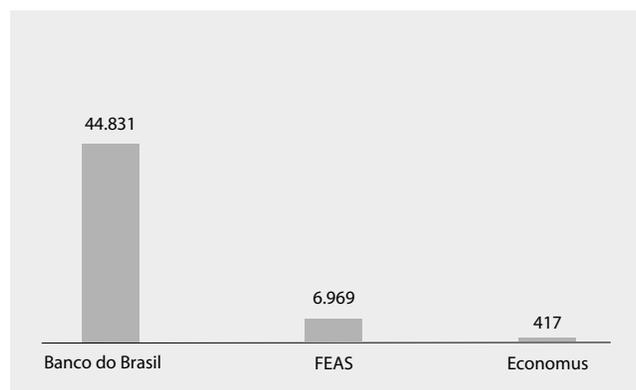
Temos ainda o Ecosaúde que é o plano médico oferecido aos empregados do Economus.

Distribuição dos Beneficiários

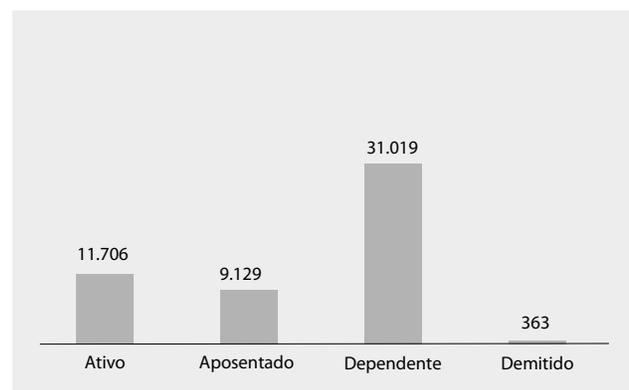
Os gráficos abaixo apresentam a composição consolidada dos beneficiários e informações relativas ao perfil dessa população. Destaca-se a participação dos beneficiários vinculados ao Banco do Brasil com aproximadamente 86% das vidas administradas pelo Economus.

Do total de beneficiários, 56% são do sexo feminino e pouco mais da metade (50,4%) possuem idade igual ou inferior a 48 anos.

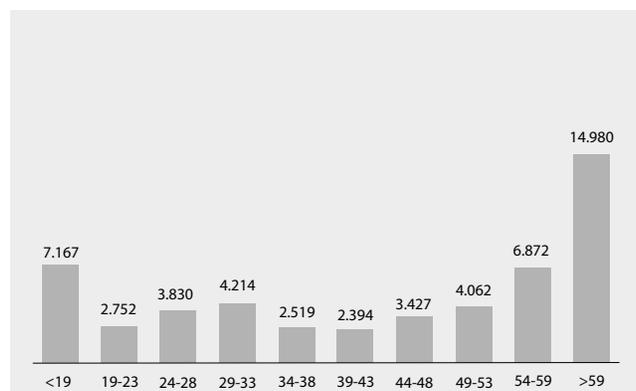
Beneficiários - Por Custeador



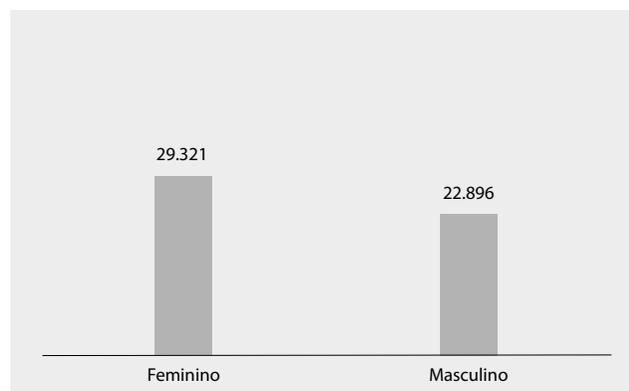
Beneficiários - Por Tipo de Vínculo



Faixa Etária - Consolidado



Beneficiários - Por Sexo

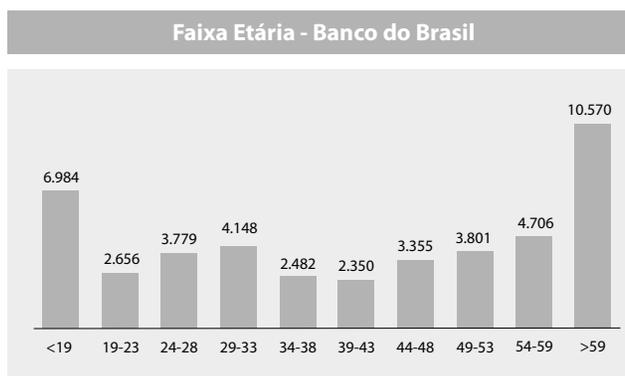
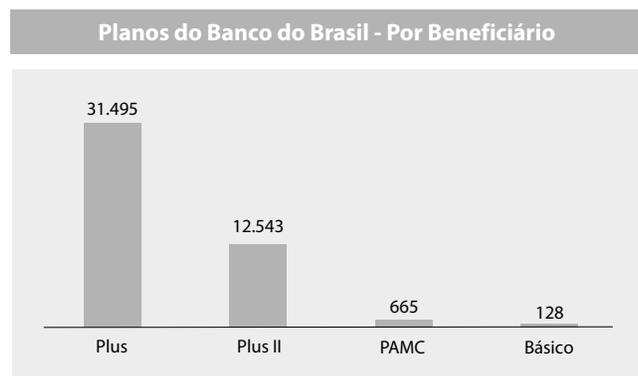


GESTÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Distribuição de Beneficiários do Banco do Brasil

A população vinculada ao Banco do Brasil soma 44.831 vidas, com destaque ao PLUS que possui a maior

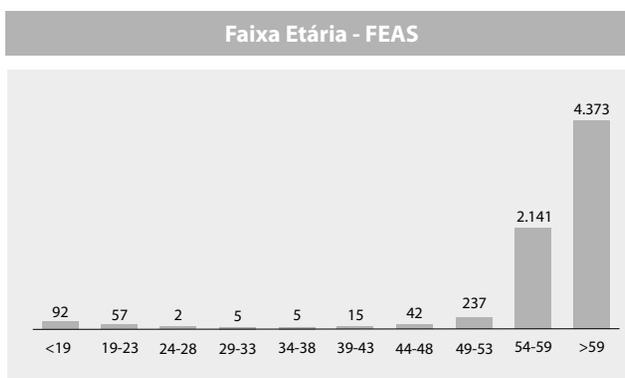
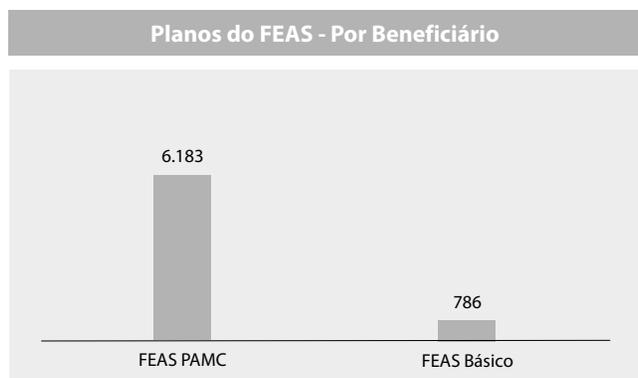
concentração, sendo 70,3% desse total. Cerca de 50% dessa população possui até 43 anos de idade.



Distribuição de Beneficiários do FEAS

Os beneficiários inscritos no FEAS Básico e FEAS PAMC representam 13,4% do total de vidas administradas pelo Economus e, por serem planos constituídos para abriga-

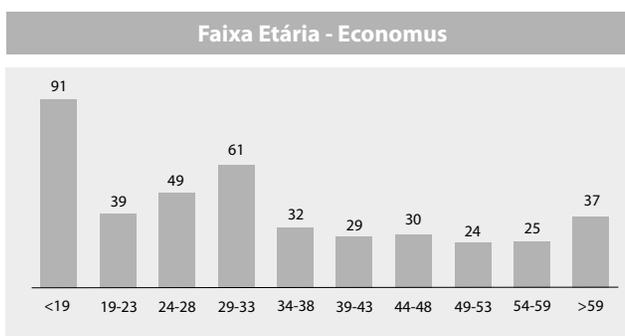
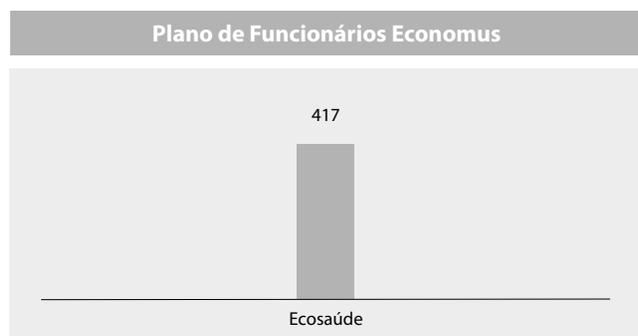
rem aposentados, aproximadamente 63% possuem 59 anos ou mais. A faixa etária média dos inscritos nesses planos é 61,2 anos.



Distribuição dos Beneficiários do Economus

Os empregados do Economus e respectivos dependentes, inscritos no Ecosaúde somam 417 vidas, têm faixa etária

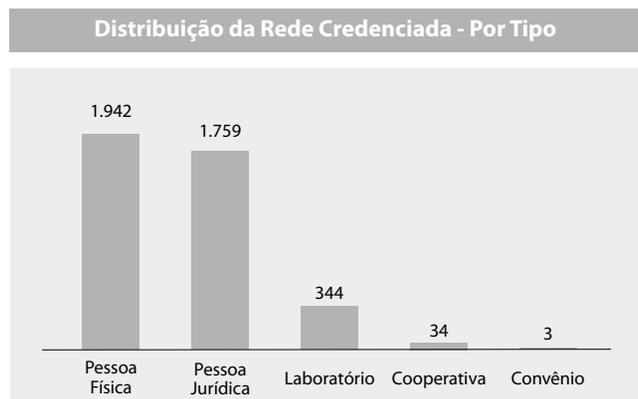
média de 33,8 anos e acentuada concentração com idade igual ou inferior a 43 anos (72,2%).



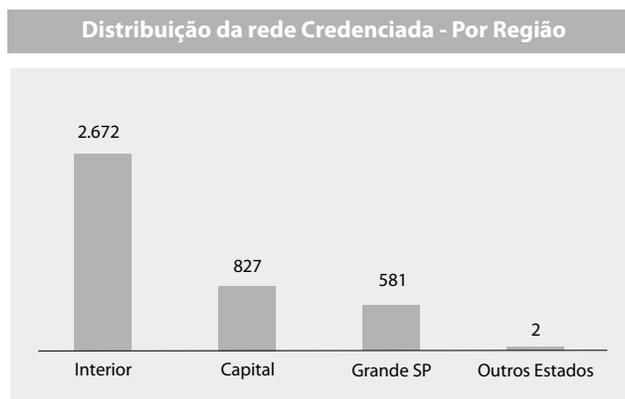
GESTÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Distribuição da Rede Credenciada

A rede credenciada possui 4.080 prestadores de serviços distribuídos por todo Estado de São Paulo e dois convênios para atender especialmente os beneficiários localizados



em outros Estados. Do total de prestadores credenciados, 65,5% estão no interior do Estado e 20,3% na Capital.



Distribuição da Rede por Especialidades

Em 2012, a rede credenciada estava composta por 16.354 especialistas disponíveis em todo Estado de São Paulo,

com destaque para Cirurgia Geral, Ginecologia, Fisioterapia e Cardiologia, conforme quadro abaixo:

Especialidades	Disponibilidade por Rede	Especialidades	Disponibilidade por Rede	Especialidades	Disponibilidade por Rede	Especialidades	Disponibilidade por Rede
Acupuntura	135	Endoscopia	207	Mastologia	144	Pneumologia	307
Alergologia	203	Fisioterapia	1.022	Nefrologia	239	Proctologia	215
Anestesiologia	352	Fonoaudiologia	295	Neonatologia	82	Psicologia	443
Angiologia	267	Gastroenterologia	533	Neurologia	787	Psicomotricidade	15
Broncoscopia	29	Geriatria	103	Nutrologia	161	Psiquiatria	184
Cardiologia	994	Ginecologia	1.580	Obstetrícia	44	Quimioterapia	74
Cirurgia Geral	2.201	Hematologia	197	Oftalmologia	685	Radiologia	876
Colonoscopia	22	Hemoterapia	232	Oncologia	260	Radioterapia	57
Colposcopia	2	Hepatologia	41	Ortopedia	555	Reumatologia	175
Dermatologia	513	Homeopatia	113	Otorrino	593	Tisiologia	58
Endocrinologia	273	Infectologia	152	Pediatria	545	Urologia	389

GESTÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Fluxo Financeiro

No encerramento de 2012, o montante de receitas financeiras dos planos (contribuição + coparticipação) foi de R\$ 99,1 milhões, o que representou acréscimo de 11,34% em relação ao observado em 2011. Já as despesas assistenciais pas-

saram de R\$ 186,5 milhões em 2011 para R\$ 212,0 milhões em 2012, um acréscimo de 13,7%. A diferença entre receita e despesa foi reembolsada pelos custeadores Banco do Brasil, fundo financeiro do FEAS e Economus.



Classificação	Acumulado 2011 (R\$)	Acumulado 2012 (R\$)	Variação 2011/2012	
			Absoluta	Percentual
(+) Receitas	89.020	99.116	10.096	11,34%
Contribuição	86.798	96.652	9.854	11,35%
Coparticipações	2.222	2.464	242	10,89%
(-) Despesas	186.453	212.025	25.572	13,71%
Eventos indenizáveis	186.453	212.025	25.572	13,71%
(=) Resultado Financeiro	- 97.433	- 112.909	- 15.476	15,88%

Central de Atendimento Telefônico

Ao longo do ano foram realizadas 212.994 ligações telefônicas para o Economus com o propósito de obter infor-

mações sobre os planos de saúde, planos de previdência e outros assuntos de interesse geral.



GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Cenário Econômico Internacional

O início do ano de 2012 foi marcado pelos problemas econômicos ocorridos nos países da zona do euro, principalmente Grécia e Espanha, que permaneceram no foco dos investidores ao longo do ano. A Grécia recebeu pacotes de ajuda no valor de aproximadamente € 130 bilhões, devido aos problemas com a dívida pública. Já a Espanha apresentou problemas com os bancos nacionais que não mais conseguiam se financiar e a taxa de desemprego no país atingiu aproximadamente 25%. A Comissão Europeia avaliou que o déficit do governo espanhol estava acima da meta e sugeriu diversas medidas de austeridade, enquanto a economia entrava oficialmente em recessão após o segundo trimestre de retração do Produto Interno Bruto (PIB). Com a crise econômica instalada, os juros dos títulos da dívida espanhola atingiram níveis recordes, próximos a 8% ao ano.

O Banco Central Europeu (BCE) reduziu a taxa de juros para os países da zona do euro de 1,0% para 0,75% ao ano, em uma tentativa de reduzir o custo dos empréstimos e dívidas e também de estimular a economia. Porém, a divulgação do PIB do terceiro trimestre de 2012 decretou o início da 2ª recessão econômica desde 2009, chamada de recessão técnica, o que ocorre quando há dois trimestres seguidos de retração do PIB.

A taxa de desemprego na zona do euro fechou o ano de 2012 em 11,5%, com aproximadamente 19,2 milhões de desempregados no bloco, sendo que, destes, aproximadamente 5 milhões eram da Espanha.

Ao longo do ano, as agências de classificação de risco também foram destaque. A Standard & Poors cortou o *rating* de 34 instituições financeiras na Itália devido à dificuldade econômica do país e dos bancos em se financiar. A agência de classificação de risco Moody's voltou a cortar notas de crédito da Itália, Espanha, Portugal e colocando a França, Reino Unido e Áustria sob perspectiva negativa. A agência ainda alterou as notas de 114 instituições financeiras de 16 países europeus.

Os destaques econômicos nos EUA em 2012 ficaram por conta das discussões acerca de novos estímulos monetários para aquecer a economia, já que no primeiro semes-

tre do ano, os dados de crescimento econômico e de desemprego apresentaram-se piores do que o esperado. Neste contexto, o Federal Reserve (Fed), alegando elevado nível de incerteza quanto ao desempenho da economia global e consequente necessidade de novo afrouxamento monetário, divulgou em setembro um novo pacote de estímulo monetário para a compra de títulos com lastro hipotecário. O novo programa seria realizado por meio de compras mensais de US\$ 40 bilhões até que as condições econômicas e principalmente do mercado de trabalho melhorassem.

Apesar do novo pacote de estímulo anunciado pelo Fed, já no último trimestre do ano, vieram à tona as discussões e negociações no Congresso dos EUA para evitar um abismo fiscal (*fiscal cliff*), corte de gastos e aumento de tarifas com impacto na economia de US\$ 600 bilhões no início de 2013. O presidente Barack Obama chegou a alertar a imprensa que a economia iria parar se um conjunto automático de aumento de impostos e cortes de gastos entrasse em vigor em janeiro de 2013. O acordo entre democratas e republicanos acabou sendo fechado nos últimos dias do ano, porém tratou-se de um acordo provisório e que não muda os problemas fiscais dos EUA para o longo prazo.

Cenário Econômico Brasileiro

Em relação à economia doméstica, o destaque ficou por conta da tentativa do Banco Central de estimular a economia por meio da redução da taxa básica de juros Selic, que iniciou 2012 em 11,00% ao ano. O primeiro corte ocorreu em janeiro, quando o Comitê decidiu reduzir a Selic em 0,50 ponto percentual. Os cortes continuaram nas reuniões de março (0,50 pp), abril (0,75 pp), maio (0,50 pp), julho (0,50 pp), agosto (0,50 pp) e outubro (0,25 pp), quando a taxa Selic atingiu sua mínima histórica em 7,25% ao ano.

Em paralelo aos cortes na taxa básica de juros, o governo tentou adotar medidas para estimular o crescimento econômico, como prolongamento de redução do IPI. Em setembro, o governo anunciou medidas para tentar estimular a produção industrial em queda, anunciando redução das tarifas do setor elétrico, antecipando as renovações de concessões, vincendas em 2015 e 2017, para o ano de 2013.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

No início do ano, a projeção do Governo e também do Banco Central para o crescimento econômico era de 4,5%. As estimativas foram sendo reduzidas ao longo do ano com o arrefecimento da economia internacional e o conseqüente desaquecimento da economia brasileira. Em meados de 2012, as estimativas já haviam sido reduzidas para crescimento de 1,75% em 2012. Por fim, o país apresentou crescimento econômico de 0,90% em 2012, conforme o PIB divulgado pelo IBGE.

A deterioração do cenário internacional ao longo do ano, principalmente da economia da zona do euro, afetou o mercado doméstico e contribuiu para que o Ibovespa, principal índice da bolsa de valores brasileira, registrasse desempenho aquém do esperado até o mês de dezembro. No último mês do ano, o índice apresentou alta de 6,05%, refletindo o ânimo dos investidores com a aprovação de medidas que evitassem o abismo fiscal nos EUA, e fechou o ano com valorização de 7,40%.

Com relação aos indicadores de inflação, o IPCA apresentou variação positiva de 5,84% no ano. O INPC, referência para o cálculo da Taxa Mínima Atuarial do Plano de Benefícios, fechou o ano de 2012 com alta acumulada de 6,20%. Já o IGP-M apresentou valorização de 7,82% no período.

A tabela abaixo apresenta o resultado dos indicadores financeiros em 2012.

Indicadores 2012	
Selic (média)	8,93%
Selic (fechamento)	8,50%
CDI (fechamento)	8,41%
INPC	6,20%
IPCA	5,84%
IGP-M	7,82%
Ibovespa (em pontos)	60.952
Ibovespa (em %)	7,40%
TMA	12,57%
Juros Real*	2,66%

* Deflacionado pelo IPCA

O relatório anual de gestão de recursos dos planos administrados pelo Economus tem o objetivo de divulgar informações sobre os investimentos e atender às disposições contidas na Resolução nº 23, de 06/12/2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, que discorre sobre os procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) na divulgação de informações aos participantes.

Essas informações circulam sobre os elementos contidos nas políticas de investimentos, nas quais são traçados os objetivos e critérios adotados para cada plano administrado, assim como provê uma descrição detalhada dos recursos constantes dos Demonstrativos de Investimentos, um instrumento amplamente utilizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) para aferição das medidas adotadas pelas EFPCs e seus desdobramentos, no que tange à evolução e composição dos patrimônios.

Como forma de subsidiar a interpretação das informações, realizamos uma abordagem sobre o desempenho obtido em cada plano, a aderência da gestão dos recursos às premissas estabelecidas na política de investimentos, a evolução e o enquadramento dos recursos. O relatório contempla, ainda, os custos incorridos com a administração de recursos e a Divergência Não Planejada (DNP), um dos instrumentos de medida de risco de mercado.

Na administração dos recursos são adotados procedimentos de controle operacionais, que visam à valorização da transparência e otimização do desempenho. Para tanto, são observados limites de risco, liquidez e diversificação de ativos, estrutura de custos da administração dos recursos, dentre outros elementos, com intuito de proporcionar melhores resultados e preservação do patrimônio.

Outros detalhes sobre as carteiras de investimentos dos planos, assim como as informações descritas neste relatório, poderão ser obtidos na íntegra na página eletrônica do Economus, no site www.economus.com.br.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

01. Distribuição dos investimentos em 2012

Consolidado	%	Valores em R\$
Segmento de Renda Fixa ⁽¹⁾	79,68%	3.687.503.139,67
Segmento de Renda Variável ⁽²⁾	14,55%	673.547.467,06
Segmento de Invest. Estruturados	3,18%	147.294.665,20
Segmento de Imóveis ⁽³⁾	0,67%	30.835.369,46
Segmento de Empréstimos	1,92%	88.732.192,09
Total	100,00%	4.627.912.833,48

(1) Total de ativos, sem considerar o fundo de contingência de R\$ 1.852.554,99

(2) Total de ativos, sem considerar a provisão de recebimentos de Dividendos e JSCP de R\$ 527.439,65

(3) Total de ativos, sem considerar a provisão de recebimentos de aluguéis de R\$ 214.302,73

No ano de 2012, a posição patrimonial consolidada apresentou uma evolução nominal de 12,20% quando comparada com a posição dos investimentos do mês de dezem-

bro do exercício anterior que, na oportunidade, registrava o montante de R\$ 4.124.638.649,63.



GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

02. Resumo do Demonstrativo dos Investimentos

Nas tabelas comparativas das alocações, temos a distribuição dos investimentos e a composição por segmentos e carteiras distribuídas ao final de 2011 e 2012.

I - Comparativo de Alocações – Posição Consolidada

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	CONSOLIDADO			
	Posição em 31/12/2011		Posição em 31/12/2012	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
Segmento de Renda Fixa	81,75%	3.371.893.543,59	79,68%	3.687.503.139,67
Gestão Indireta	19,21%	792.285.770,67	22,57%	1.044.399.812,45
Fundos de Investimento - Tradicionais	16,95%	699.249.269,87	19,73%	913.000.314,14
Fundos de Investimento - Multimercados	0,48%	19.790.563,28	0,00%	-
Fundos de Investimento - RF Inflação	0,00%	-	1,31%	60.466.094,43
Fundos de Investimento - FIDCs	1,78%	73.245.937,52	1,53%	70.933.403,88
Gestão Direta	62,54%	2.579.607.772,92	57,11%	2.643.103.327,22
Títulos Públicos - Governo Federal	50,32%	2.075.467.842,91	50,22%	2.323.920.234,55
Títulos Privados - DPGEs	1,18%	48.475.838,90	0,71%	32.662.169,23
Títulos Privados - DPGEs Inflação	2,09%	86.332.586,53	1,41%	65.437.979,53
Títulos Privados - Selic / CDI	4,93%	203.225.549,72	0,90%	41.573.661,70
Títulos Privados - Inflação	4,03%	166.105.954,86	3,88%	179.509.282,21
Segmento de Renda Variável	13,37%	551.558.528,54	14,55%	673.547.467,06
Ações em Mercado - Fundos de Ações	10,92%	450.398.243,04	12,35%	571.536.190,02
Ações em Mercado - Carteira Própria	2,45%	101.160.285,50	2,20%	102.011.277,04
Segmento de Investimentos Estruturados	2,11%	86.901.754,91	3,18%	147.294.665,20
Carteira de Multimercados	0,86%	35.631.739,50	1,10%	50.799.766,95
Carteira de Participações	1,02%	42.000.895,49	1,31%	60.777.004,83
Fundos de Investimentos Imobiliários	0,22%	9.269.119,92	0,77%	35.717/893,42
Segmento de Imóveis	0,76%	31.313.869,34	0,67%	30.835.369,46
Imóveis - Aluguel e Renda	0,76%	31.313.869,34	0,67%	30.835.369,46
Segmento de Empréstimos	2,01%	82.970.953,25	1,92%	88.732.192,09
Empréstimos a Participantes	2,01%	82.970.953,25	1,92%	88.732.192,09
Total de Investimentos	100,00%	4.124.638.649,63	100,00%	4.627.912.833,48
Variação Nominal no Período				12,20%

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

II - Comparativo de Alocações - Regulamento Geral – Plano C

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	PLANO C			
	Posição em 31/12/2011		Posição em 31/12/2012	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
Segmento Renda Fixa	77,68%	2.437.689.531,22	76,47%	2.676.516.664,75
Gestão Indireta	3,25%	102.050.360,39	5,11%	178.871.815,15
Fundos de Investimento - Renda Fixa	2,59%	81.432.735,16	3,75%	131.148.365,97
Fundos de Investimento - RF Inflação	0,00%	-	0,75%	26.251.647,67
Fundos de Investimento - FIDCs	0,66%	20.617.625,23	0,61%	21.471.801,51
Gestão Direta	74,42%	2.335.639.170,83	71,35%	2.497.644.849,60
Títulos Públicos Federais - Inflação - IGP-M	49,08%	1.540.353.808,88	48,18%	1.686.492.578,97
Títulos Públicos Federais - Inflação - IPCA	4,04%	126.684.085,73	2,65%	92.677.985,78
Títulos Públicos Federais - Inflação - Mercado	13,01%	408.429.948,30	15,56%	544.749.669,80
Títulos Privados - DPGE SELIC	0,33%	10.378.658,78	0,16%	5.685.770,14
Títulos Privados - DPGE Inflação	1,53%	47.956.055,23	1,10%	38.353.149,43
Títulos Privados - Selic/CDI	2,10%	65.989.001,48	0,13%	4.490.803,64
Títulos Privados - Inflação	4,33%	135.847.612,43	3,58%	125.194.891,84
Segmento de Renda Variável	16,50%	517.676.195,05	17,25%	603.825.143,24
Ações em Mercado - Carteira Própria	3,22%	101.160.285,50	2,91%	102.011.277,04
Ações em Mercado - Fundos de Ações	13,27%	416.515.909,55	14,34%	501.813.866,20
Segmento de Investimentos Estruturados	2,63%	82.446.863,74	3,56%	124.637.691,76
Fundos de Investimento - Multimercados	1,14%	35.631.739,50	1,15%	40.421.729,00
Fundos de Investimento em Participações	1,20%	37.546.004,32	1,39%	48.498.069,34
Fundos de Investimento Imobiliários	0,30%	9.269.119,92	1,02%	35.717.893,42
Segmento Imobiliário	1,00%	31.313.869,34	0,88%	30.835.369,46
Imóveis para Renda	1,00%	31.313.869,34	0,88%	30.835.369,46
Segmento de Empréstimos	2,20%	69.183.664,21	1,84%	64.545.173,63
Empréstimos a Participantes	2,20%	69.183.664,21	1,84%	64.545.173,63
Total de Investimentos	100,00%	3.138.310.123,56	100,00%	3.500.360.042,84
Variação Nominal no Período				11,54%

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

III - Comparativo de Alocações – Contribuição Variável – PrevMais

i. Renda Programada

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	PREVMAIS			
	Posição em 31/12/2011		Posição em 31/12/2012	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
Segmento Renda Fixa	92,54%	367.082.730,95	90,75%	451.852.723,74
Gestão Indireta	71,75%	284.623.063,19	80,26%	399.633.593,33
Fundos de Investimento - Renda Fixa	62,25%	246.927.383,42	73,29%	364.924.714,09
Fundos de Investimento - FIDCs	9,50%	37.695.679,77	6,97%	34.708.879,24
Gestão Direta	20,79%	82.459.667,76	10,49%	52.219.130,41
Títulos Privados - DPGE SELIC	4,03%	16.000.206,08	2,40%	11.939.700,41
Títulos Privados - Selic/CDI	14,67%	58.213.772,81	6,20%	30.866.657,38
Títulos Privados - Inflação	2,08%	8.245.688,87	1,89%	9.412.772,62
Segmento de Renda Variável	3,99%	15.822.520,01	4,39%	21.871.200,33
Ações em Mercado - Fundos de Ações	3,99%	15.822.520,01	4,39%	21.871.200,33
Segmento de Empréstimo	3,48%	13.787.289,04	4,86%	24.187.018,46
Empréstimos a Participantes	3,48%	13.787.289,04	4,86%	24.187.018,46
Total dos Investimentos	100,00%	396.692.540,00	100,00%	497.910.942,53
Varição Nominal no Período				25,52%

ii. Benefício de Risco

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	BENEFÍCIO DE RISCO			
	Posição em 31/12/2011		Posição em 31/12/2012	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
Segmento Renda Fixa	100,00%	204.999.997,84	100,00%	229.184.875,63
Gestão Indireta	84,30%	172.824.771,88	96,11%	220.263.525,12
Fundos de Investimento - Renda Fixa	81,32%	166.706.027,52	94,14%	215.756.908,24
Fundos de Investimento - FIDCs	0,00%	-	1,97%	4.506.616,88
Fundos de Investimento - Multimercados	2,98%	6.118.744,36	0,00%	-
Gestão Direta	15,70%	32.175.225,96	3,89%	8.921.350,51
Títulos Privados - DPGE SELIC	3,17%	6.496.157,64	1,57%	3.608.358,48
Títulos Privados - Selic/CDI	12,53%	25.679.068,32	2,32%	5.312.992,03
Total de Investimentos	100,00%	204.999.997,84	100,00%	229.184.875,63
Varição Nominal no Período				11,80%

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

IV - Comparativo de Alocações - Regulamento Complementar nº 1 – Plano B

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	PLANO B			
	Posição em 31/12/2011		Posição em 31/12/2012	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
Segmento Renda Fixa	100,00%	18.103.039,14	100,00%	15.707.860,35
Gestão Indireta	54,35%	9.838.250,81	81,08%	12.735.877,41
Fundos de Investimento - Renda Fixa	54,35%	9.838.250,81	80,19%	12.595.702,43
Fundos de Investimento - FIDCs	0,00%	-	0,89%	140.174,98
Gestão Direta	45,65%	8.264.788,33	18,92%	2.971.982,94
Títulos Privados - DPGE Inflação	14,30%	2.589.449,51	12,51%	1.964.970,56
Títulos Privados - Selic/CDI	31,35%	5.675.338,82	0,00%	-
Títulos Privados - Inflação	0,00%	-	6,41%	1.007.012,38
Total dos Investimentos	100,00%	18.103.039,14	100,00%	15.707.860,35
Varição Nominal no Período				-13,23%

V - Comparativo de Alocações - Regulamento Complementar nº 2 – Plano A

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	PLANO A			
	Posição em 31/12/2011		Posição em 31/12/2012	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
Segmento Renda Fixa	100,00%	16.463.107,53	100,00%	17.872.415,15
Gestão Indireta	54,83%	9.026.243,51	84,00%	15.012.322,47
Fundos de Investimento - Renda Fixa	54,83%	9.026.243,51	83,21%	14.872.147,49
Fundos de Investimento - FIDCs	0,00%	-	0,78%	140.174,98
Gestão Direta	45,17%	7.436.864,02	16,00%	2.860.092,68
Títulos Privados - DPGE Inflação	15,73%	2.589.449,51	10,99%	1.964.970,56
Títulos Privados - Selic/CDI	29,44%	4.847.414,51	0,00%	-
Títulos Privados - Inflação	0,00%	-	5,01%	895.122,12
Total dos Investimentos	100,00%	16.463.107,53	100,00%	17.872.415,15
Varição Nominal no Período				8,56%

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

VI - Comparativo de Alocações - Fundo Assistencial FEAS

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	FEAS			
	Posição em 31/12/2011		Posição em 31/12/2012	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
Segmento Renda Fixa	93,07%	302.283.513,19	79,56%	274.500.108,45
Gestão Indireta	59,16%	192.142.124,02	57,08%	196.917.396,02
Fundos de Investimento - Renda Fixa	50,55%	164.201.542,60	44,27%	152.737.192,97
Fundos de Investimento - RF Inflação	0,00%	-	9,92%	34.214.446,76
Fundos de Investimento - FIDCs	2,71%	8.813.888,16	2,89%	9.965.756,29
Fundos de Investimento - Multimercados	5,89%	19.126.693,26	0,00%	-
Gestão Direta	33,91%	110.141.389,17	22,49%	77.582.712,43
Títulos Privados - DPGE SELIC	4,80%	15.600.816,40	3,31%	11.428.340,20
Títulos Privados - DPGE Inflação	10,22%	33.197.632,28	6,71%	23.154.888,98
Títulos Privados - Selic/CDI	12,11%	39.330.286,93	0,00%	-
Títulos Privados - Inflação	6,78%	22.012.653,56	12,46%	42.999.483,25
Segmento de Renda Variável	5,56%	18.059.813,48	13,87%	47.851.123,49
Ações em Mercado - Fundos de Ações	5,56%	18.059.813,48	13,87%	47.851.123,49
Segmento de Investimentos Estruturados	1,37%	4.454.891,17	6,57%	22.656.973,44
Fundos de Investimento - Multimercados	0,00%	-	3,01%	10.378.037,95
Fundos de Investimento em Participações	1,37%	4.454.891,17	3,56%	12.278.935,49
Total dos Investimentos	100,00%	324.798.217,84	100,00%	345.008.205,38
Varição Nominal no Período				6,22%

VII - Comparativo de Alocações - Programa Administrativo Previdencial

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	ADM. PREVIDENCIAL			
	Posição em 31/12/2011		Posição em 31/12/2012	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
Segmento Renda Fixa	100,00%	20.754.458,70	100,00%	19.641.010,20
Gestão Indireta	83,18%	17.263.791,85	95,40%	18.737.801,55
Fundos de Investimento - Renda Fixa	79,98%	16.599.921,83	95,40%	18.737.801,55
Fundos de Investimento - Multimercados	3,20%	663.870,02	0,00%	-
Gestão Direta	16,82%	3.490.666,85	4,60%	903.208,65
Títulos Privados - Selic/CDI	16,82%	3.490.666,85	4,60%	903.208,65
Total dos Investimentos	100,00%	20.754.458,70	100,00%	19.641.010,20
Varição Nominal no Período				-5,36%

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

VIII - Comparativo de Alocações – Programa Administrativo Assistencial

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	ADMISTRATIVO ASSISTENCIAL			
	Posição em 31/12/2011		Posição em 31/12/2012	
	%	Valores em R\$	%	Valores em R\$
Segmento Renda Fixa	100,00%	4.517.165,02	100,00%	2.227.481,40
Gestão Indireta	100,00%	4.517.165,02	100,00%	2.227.481,40
Fundos de Investimento - Renda Fixa	100,00%	4.517.165,02	100,00%	2.227.481,40
Total dos Investimentos	100,00%	4.517.165,02	100,00%	2.227.481,40
Varição Nominal no Período				-50,69%

03. Aderência da Gestão dos Recursos às Metas Estabelecidas – Previsto X Realizado

Os “Quadros Resumo do Planejamento dos Investimentos” apresentam os resultados auferidos e comparados com a projeção orçamentária de cada plano, com posição em 31/12/2012, permitindo uma análise paralela com a posição de fechamento da mesma data. As tabelas abaixo foram desenvolvidas para possibilitar uma leitura rápida da

distribuição da macro alocação “prevista” e “realizada” dos patrimônios, facilitando a comparação visual dos percentuais de alocação e respectivos deslocamentos que ficaram dentro dos limites atribuídos para cada segmento nas Políticas de Investimentos dos planos.

I - Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – Plano C

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	Posição em 31/12/2011		Posição em 31/12/2012 (Previsto)		Posição em 31/12/2012 (Realizado)	
	%	Plano C	Alocação Objetivo	Plano C	%	Plano C
Segmento de Renda Fixa	77,68%	2.437.689.531,22	74,35%	2.456.694.759,50	76,47%	2.676.516.664,75
Segmento de Renda Variável	16,50%	517.676.195,05	18,04%	596.147.908,32	17,25%	603.825.143,24
Segmento Investimentos Estruturados	2,63%	82.446.863,74	4,36%	144.165.940,32	3,56%	124.637.691,76
Segmento de Imóveis	1,00%	31.313.869,34	1,50%	49.674.779,04	0,88%	30.835.369,46
Segmento de Empréstimos	2,20%	69.183.664,21	1,74%	57.550.092,89	1,84%	64.545.173,63
Total dos Investimentos	100,00%	3.138.310.123,56	100,00%	3.304.233.480,08	100,00%	3.500.360.042,84
OUTRAS OPERAÇÕES						
Fundo de Contingência		1.019.875,20		1.020.019,17		1.689.277,37
Depósitos Judiciais + *Conta Movimento		27.286.535,65		24.846.084,41		34.361.546,90
Valores a Receber		341.040,49		271.857,33		527.439,65
Total Geral		3.166.957.574,90		3.330.371.440,99		3.536.938.306,76

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

II - Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – PrevMais (Renda Programada e Risco)

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	Posição em 31/12/2011		Posição em 31/12/2012 (Previsto)		Posição em 31/12/2012 (Realizado)	
	%	PrevMais	Alocação Objetivo	PrevMais	%	PrevMais
Segmento de Renda Fixa	95,08%	572.082.728,79	93,33%	657.098.490,42	93,67%	681.037.599,37
Segmento de Renda Variável	2,63%	15.822.520,01	3,03%	21.346.232,20	3,01%	21.871.200,33
Segmento de Empréstimos	2,29%	13.787.289,04	3,63%	25.584.751,68	3,33%	24.187.018,46
Total dos Investimentos	100,00%	601.692.537,84	100,00%	704.029.474,29	100,00%	727.095.818,16

OUTRAS OPERAÇÕES						
Fundo de Contingência		54.055,52		46.143,68		163.277,62
Depósitos Judiciais + *Conta Movimento		852,90		18.755,48		50.375,70
Total Geral		601.747.446,26		704.094.373,45		727.309.471,48

III - Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – Plano B

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	Posição em 31/12/2011		Posição em 31/12/2012 (Previsto)		Posição em 31/12/2012 (Realizado)	
	%	Plano B	Alocação Objetivo	Plano B	%	Plano A
Segmento de Renda Fixa	100,00%	18.103.039,14	100,00%	19.779.873,58	100,00%	15.707.860,35
Total dos Investimentos	100,00%	18.103.039,14	100,00%	19.779.873,58	100,00%	15.707.860,35

OUTRAS OPERAÇÕES						
Depósitos Judiciais + *Conta Movimento		6.692.262,33		6.839.701,77		12.975.470,80
Total Geral		24.795.301,47		26.619.575,36		28.683.331,15

IV - Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – Plano A

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	Posição em 31/12/2011		Posição em 31/12/2012 (Previsto)		Posição em 31/12/2012 (Realizado)	
	%	Plano A	Alocação Objetivo	Plano A	%	Plano A
Segmento de Renda Fixa	100,00%	16.463.107,53	100,00%	16.545.049,33	100,00%	17.872.415,15
Total dos Investimentos	100,00%	16.463.107,53	100,00%	16.545.049,33	100,00%	17.872.415,15

OUTRAS OPERAÇÕES						
Depósitos Judiciais + *Conta Movimento		3.311.274,87		3.449.218,28		4.148.581,60
Total Geral		19.774.382,40		19.994.267,62		22.020.996,75

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

V - Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – FEAS

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	Posição em 31/12/2011		Posição em 31/12/2012 (Previsto)		Posição em 31/12/2012 (Realizado)	
	%	FEAS	Alocação Objetivo	FEAS	%	FEAS
Segmento de Renda Fixa	93,07%	302.283.513,19	82,72%	279.561.086,99	79,56%	274.500.108,45
Segmento de Renda Variável	5,56%	18.059.813,48	14,81%	50.055.130,34	13,87%	47.851.123,49
Segmento de Investimentos Estruturados	1,37%	4.454.891,17	2,47%	8.339.874,72	6,57%	22.656.973,44
Total dos Investimentos	100,00%	324.798.217,84	100,00%	337.956.092,05	100,00%	345.008.205,33

OUTRAS OPERAÇÕES				
Depósitos Judiciais + *Conta Movimento		147.118.206,55	159.543.438,43	155.761.392,35
Total Geral		471.916.424,39	497.499.530,48	500.769.597,73

VI - Planejamento Financeiro e Alocações dos Investimentos – Administrativo Previdencial

MODALIDADES DE INVESTIMENTOS	Posição em 31/12/2011		Posição em 31/12/2012 (Previsto)		Posição em 31/12/2012 (Realizado)	
	%	Administrativo Assistencial	Alocação Objetivo	Administrativo Previdencial	%	Administrativo Previdencial
Segmento de Renda Fixa	100,00%	20.754.458,70	100,00%	19.607.701,05	100,00%	19.641.010,20
Total dos Investimentos	100,00%	20.754.458,70	100,00%	19.607.701,05	100,00%	19.641.010,20

OUTRAS OPERAÇÕES				
Depósitos Judiciais + Conta Movimento		14.389.975,35	15.243.768,32	16.358.348,18
Valores a Receber		267.222,90	845.613,45	628.633,16
Total Geral		35.411.656,95	35.697.082,81	36.627.991,54

04. Montante dos Investimentos com Gestão Direta e Indireta

A apresentação dos investimentos neste item está segregada entre Gestão Direta (carteira proprietária) e Gestão Indireta (gestores contratados). Essa separação possui a intenção de demonstrar o volume de recursos alocados na carteira proprietária que, por sua constituição, realiza operações visando à aquisição direta de títulos e valores mobiliários emitidos pelas instituições, enquanto que a segunda forma de gestão relaciona-se com os investimentos realizados em fundos e carteiras de investimentos ad-

ministradas por terceiros.

Deste modo, apresentamos nas tabelas a seguir o montante de recursos utilizando-se do critério mencionado. O Economus busca minimizar os riscos de concentração e operacional por meio de uma política de diversificação, utilizando um modelo consistente para a abertura de limite técnico para instituições financeiras e para gestoras de recursos independentes, previsto em Instruções Normativas internas.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

I - Regulamento Geral – Plano C

SEÇÃO I - FUNDOS DE INVESTIMENTO - RENDA FIXA - GESTÃO INDIRETA		178.871.815,15	5,06%
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	BB Eco Silver FI RF	47.550.437,23	1,34%
Sul América Investimentos DTVM S.A.	SulAmérica Excellence FI RF CP	32.291.908,29	0,91%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Capital Markets FI RF CP	27.901.080,33	0,79%
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	BB Eco Premium IMA-B FI RF	26.251.647,67	0,74%
BRZ Investimentos Ltda	BRZ Multi Recebíveis CP FIC de FIM	15.871.081,41	0,45%
Petra Investimentos	FIDC Multisetorial Red Factor LP	6.919.583,06	0,20%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Emissões Primárias II FI RF CP	5.821.159,21	0,16%
Daycoval Asset Management	FIDC Daycoval Veículos II	5.396.564,17	0,15%
Caixa Econômica Federal	FIDC Plural Capital Fornecedores Petrobrás	5.340.677,82	0,15%
XP Gestão de Recursos Ltda	FIDC CPMG	3.277.015,82	0,09%
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	BB Institucional FI RF	1.712.699,50	0,05%
Vinci Capital Gestora de Recursos LTDA	FIDC Vinci Crédito e Desenvolvimento I	537.960,64	0,02%

SEÇÃO II - FUNDOS DE INVESTIMENTO - RENDA VARIÁVEL - GESTÃO INDIRETA		501.813.866,20	14,19%
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	BB Eco Gold FIA	96.522.492,82	2,73%
Schroder Investment Management Brasil DTVM S.A.	Schroder Eco Plus FIA	71.988.239,12	2,04%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	Bradesco FIA Dividendos	57.487.998,04	1,63%
Sul América Investimentos DTVM S.A.	Sul América Expertise FIA	45.920.928,79	1,30%
BNY Mellon ARX Investimentos Ltda	BNY Mellon ARX Income FIA	43.548.518,23	1,23%
BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	Bradesco FIA Small Cap	40.593.266,01	1,15%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Institucional Dividendos FIA	37.926.386,60	1,07%
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda	Fator Sinergia IV FIA	35.789.604,89	1,01%
M Square Investimentos Ltda	M Square Pipe FIA	25.916.013,40	0,73%
Guepardo Investimentos Ltda	Guepardo Ações Institucional FIA	18.842.430,08	0,53%
Opus Gestão de Recursos LTDA	Opus Ações FIA	11.049.543,03	0,31%
Mercatto Gestão de Recursos Ltda	Mercatto GF FIA	16.228.445,19	0,46%

SEÇÃO III - TÍTULOS PRIVADOS - GESTÃO DIRETA		173.724.615,05	4,91%
Banco Bradesco	Títulos Privados - Inflação	62.737.072,98	1,77%
Banco Votorantim	Títulos Privados - Inflação	41.665.149,66	1,18%
Bndespar	Títulos Privados - Selic / CDI / Inflação	25.283.472,84	0,71%
Banco Banif	Títulos Privados - DPGes Inflação	5.860.111,03	0,17%
BIC Banco	Títulos Privados - DPGes Inflação	8.518.860,00	0,24%
Banco Bonsucesso	Títulos Privados - DPGes Selic	5.685.770,14	0,16%
Banco Panamericano	Títulos Privados - DPGes Inflação	8.526.846,46	0,24%
Banco Rural	Títulos Privados - DPGes Inflação	7.689.642,64	0,22%
Banco Schaim	Títulos Privados - DPGes Inflação	7.757.689,30	0,22%

SEÇÃO IV - TÍTULOS PÚBLICOS - GESTÃO DIRETA		2.323.920.234,55	65,70%
Tesouro Nacional	NTN-C - até o vencimento	1.686.492.578,97	47,68%
Tesouro Nacional	NTN-C - para negociação	462.115.374,01	13,07%
Tesouro Nacional	NTN-B - até o vencimento	92.677.985,78	2,62%
Tesouro Nacional	NTN-B - para negociação	82.634.295,79	2,34%

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

SEÇÃO V - AÇÕES EM MERCADO - GESTÃO DIRETA			102.011.277,04	2,88%
VALE DO RIO DOCE	PNA	22.576.588,00	0,64%	
AMBEV	PN	18.651.476,36	0,53%	
PETROBRAS	PN	11.841.944,64	0,33%	
BRADESCO	PN	11.150.437,48	0,32%	
BANCO DO BRASIL S/A.	ON	9.346.560,00	0,26%	
PETROBRAS	ON	6.721.094,50	0,19%	
ITUB - ITAU UNIBANCO	PN	5.325.705,00	0,15%	
CEMIG	PN	4.576.274,00	0,13%	
CIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	ON	3.774.960,00	0,11%	
ITAUSA	PN	2.304.030,06	0,07%	
METALURGICA GERDAU	PN	1.809.100,00	0,05%	
GERDAU	PN	1.760.726,00	0,05%	
ELETOBRAS	PNB	1.223.016,00	0,03%	
EMPRESA BRASILEIRA DE AERONAUTICA S/A	ON	949.365,00	0,03%	
Seção VI - Fundos de Investimentos Estruturados - Gestão Indireta			124.637.691,76	3,52%
GAP Gestora de Recursos Ltda	Singular ECO FIC DE FIM	40.421.729,00	1,14%	
Coin DTVM Ltda.	FII Progeto Agua Branca	21.043.619,43	0,59%	
Neo Gestão de Recursos LTDA	Capital Mezanino FIP	11.316.992,17	0,32%	
Claritas Administração de Recursos LTDA	FII Claritas Logística	9.022.178,75	0,26%	
Pátria Investimentos S.A.	Pátria Real Estate II Private FIC de FIP	8.581.512,75	0,24%	
Neo Gestão de Recursos LTDA	Neo Capital Mezanino FIP	7.826.063,69	0,22%	
TCG Gestor Ltda	Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas FIP	7.798.409,69	0,22%	
GG Investimentos	FIP Governança e Gestão II	5.973.750,58	0,17%	
Rio Bravo Investimentos S.A. DTVM	FII Centro Têxtil Internacional	5.652.095,24	0,16%	
P2 Gestão de Recursos LTDA	P2 Brasil Infraestrutura FIC de FIP	2.208.018,13	0,06%	
BRZ Investimentos Ltda	Brasil Portos Ativos e Logistica	2.019.921,14	0,06%	
A Riviera Gestora de Recursos Ltda	Riviera GR Industrial FIP	1.130.944,59	0,03%	
Pátria Investimentos S.A.	Pátria Special Opportunities I - FIQ FIP	781.332,84	0,02%	
Valora Gestão de Investimentos	FIP Brasil Óleo e Gás	764.265,60	0,02%	
Mare Investimentos Ltda	FIP Brasil Petróleo I	96.858,16	0,00%	
SEÇÃO VII - IMÓVEIS - GESTÃO DIRETA			30.835.369,46	0,87%
Imóveis	Imóveis para Renda	30.835.369,46	0,87%	
SEÇÃO VIII - EMPRÉSTIMOS - GESTÃO DIRETA			64.545.173,63	1,82%
Empréstimos	Recursos Concedidos	64.545.173,63	1,82%	
SEÇÃO IX - OUTROS RECURSOS			36.578.263,92	1,03%
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	32.168.129,52	0,91%	
Depósito Judicial - Ambev	-	2.193.417,38	0,06%	
Contas a Receber	-	527.439,65	0,01%	
Fundo Contingencial	-	1.689.277,37	0,05%	
Total de Gestão Direta		2.695.036.669,73	76,20%	
Total de Gestão Indireta		805.323.373,11	22,77%	
Total de Outros Recursos		36.578.263,92	1,03%	
Total dos Recursos		3.536.938.306,76	100,00%	

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

II - Contribuição Variável – PrevMais – Renda Programada

SEÇÃO I - FUNDOS DE INVESTIMENTO - GESTÃO INDIRETA		399.633.593,33	80,23%
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	BB Eco Silver FI RF	150.443.881,77	30,20%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Capital Markets FI RF CP	115.339.970,65	23,16%
Sul América Investimentos DTVM S.A.	SulAmérica Excellence FI RF CP	68.780.204,34	13,81%
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	BB Institucional FI RF	30.262.749,09	6,08%
Daycoval Asset Management	FIDC Daycoval Veículos II	10.793.128,35	2,17%
Caixa Econômica Federal	FIDC Plural Capital Fornecedores Petrobras	8.901.129,76	1,79%
Ideal Invest S.A	FIDC Crédito Universitário 7ª série	5.070.394,46	1,02%
Ideal Invest S.A	FIDC Crédito Universitário 6ª série	4.532.980,73	0,91%
Petra Investimentos	FIDC Multisetorial Red Factor LP	2.594.843,65	0,52%
XP Gestão de Recursos Ltda	FIDC CPMG	2.457.761,86	0,49%
Vinci Capital Gestora de Recursos LTDA	FIDC Vinci Crédito e Desenvolvimento I	358.640,43	0,07%
BRZ Investimentos Ltda	BRZ Multi Recebíveis CP FIC de FIM	97.908,24	0,02%
SEÇÃO II - FUNDOS DE INVESTIMENTO - RENDA VARIÁVEL - GESTÃO INDIRETA		21.871.200,33	4,39%
Schroder Investment Management Brasil DTVM S.A.	Schroder Eco Plus FIA	12.904.955,05	2,59%
Opus Gestão de Recursos LTDA	Opus Ações FIA	5.043.022,37	1,01%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Institucional Dividendos FIA	3.923.222,91	0,79%
SEÇÃO III - TÍTULOS PRIVADOS - GESTÃO DIRETA		52.219.130,41	10,48%
Banco Itaú	Títulos Privados - Selic / CDI	16.648.030,40	3,34%
Banco Panamericano	Títulos Privados - Selic / CDI	10.625.984,07	2,13%
Banco Votorantim	Títulos Privados - Inflação	9.412.772,62	1,89%
Banco Schaim	Títulos Privados - DPGEs Selic	6.013.930,81	1,21%
Banco Rural	Títulos Privados - DPGEs Selic	5.925.769,60	1,19%
Bndespar	Títulos Privados - Selic / CDI	3.592.642,91	0,72%
SEÇÃO IV - EMPRÉSTIMOS - GESTÃO DIRETA		24.187.018,46	4,86%
Empréstimos	Recursos Concedidos	24.187.018,46	4,86%
SEÇÃO V - OUTROS RECURSOS		184.194,36	0,04%
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	20.916,74	0,00%
Fundo Contingencial	-	163.77,62	0,03%
Total de Gestão Direta		76.406.148,87	15,34%
Total de Gestão Indireta		421.504.793,66	84,62%
Total de Outros Recursos		184.194,36	0,04%
Total dos Recursos		498.095.136,89	100,00%

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

III - Contribuição Variável – PrevMais – Risco

SEÇÃO I - FUNDOS DE INVESTIMENTO - GESTÃO INDIRETA		220.263.525,12	96,10%
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	BB Institucional FI RF	91.616.950,14	39,97%
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	BB Eco Silver FI RF	56.623.441,24	24,70%
Sul América Investimentos DTVM S.A.	SulAmérica Excellence FI RF CP	35.924.288,32	15,67%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Capital Markets FI RF CP	27.887.256,35	12,17%
BRZ Investimentos Ltda	BRZ Multi Recebíveis CP FIC de FIM	3.704.972,19	1,62%
Ideal Invest S.A	FIDC Crédito Universitário 6ª série	2.266.490,36	0,99%
XP Gestão de Recursos Ltda	FIDC CPMG	1.469.656,82	0,64%
Ideal Invest S.A	FIDC Crédito Universitário 9ª série	770.469,70	0,34%
SEÇÃO II - TÍTULOS PRIVADOS - GESTÃO DIRETA		8.921.350,51	3,89%
Banco Panamericano	Títulos Privados - Selic / CDI	5.312.992,03	2,32%
Banco Schaim	Títulos Privados - DPGes Selic	3.608.358,48	1,57%
SEÇÃO III - OUTROS RECURSOS		29.458,96	0,01%
Depósito Judicial + Cta. Movimento	Recursos Concedidos	29.458,96	0,01%
Total de Gestão Direta		8.921.350,51	3,89%
Total de Gestão Indireta		220.263.525,12	96,10%
Total de Outros Recursos		29.458,96	0,01%
Total dos Recursos		229.214.334,59	100,00%

IV - Regulamento Complementar nº 1 – Plano B

SEÇÃO I - FUNDOS DE INVESTIMENTO - GESTÃO INDIRETA		12.735.877,41	44,40%
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	BB Eco Silver FI RF	8.437.549,68	29,42%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Capital Markets FI RF CP	2.706.847,69	9,44%
Sul América Investimentos DTVM S.A.	SulAmérica Excellence FI RF CP	1.014.718,12	3,54%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Emissões Primárias II FI RF	436.586,94	1,52%
Ideal Invest S.A	FIDC Crédito Universitário 9ª série	115.070,15	0,40%
Vinci Capital Gestora de Recursos LTDA	FIDC Vinci Crédito e Desenvolvimento I	25.104,83	0,09%
SEÇÃO II - TÍTULOS PRIVADOS - GESTÃO DIRETA		2.971.982,94	10,36%
Banco Votorantim	Títulos Privados - Inflação	1.007.012,38	3,51%
Banco Panamericano	Títulos Privados - DPGes Inflação	983.866,90	3,43%
BIC Banco	Títulos Privados - DPGes Inflação	981.103,66	3,42%
SEÇÃO III - OUTROS RECURSOS		12.975.470,80	45,24%
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	12.975.470,80	45,24%
Total de Gestão Direta		2.971.982,94	10,36%
Total de Gestão Indireta		12.735.877,41	44,40%
Total de Outros Recursos		12.975.470,80	45,24%
Total dos Recursos		28.683.331,15	100,00%

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

V - Regulamento Complementar nº 2 – Plano A

SEÇÃO I - FUNDOS DE INVESTIMENTO - GESTÃO INDIRETA		15.012.322,47	68,17%
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	BB Eco Silver FI RF	10.293.206,47	46,74%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Capital Markets FI RF CP	2.841.970,00	12,91%
Sul América Investimentos DTVM S.A.	SulAmérica Excellence FI RF CP	1.300.384,07	5,91%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Emissões Primárias II FI RF CP	436.586,95	1,98%
Ideal Invest S.A	FIDC Crédito Universitário 9ª série	115.070,15	0,52%
Vinci Capital Gestora de Recursos LTDA	FIDC Vinci Crédito e Desenvolvimento I	25.104,83	0,11%
SEÇÃO II - TÍTULOS PRIVADOS - GESTÃO DIRETA		2.860.092,68	12,99%
Banco Panamericano	Títulos Privados - DPGEs Inflação	983.866,90	4,47%
BIC Banco	Títulos Privados - DPGEs Inflação	981.103,66	4,46%
Banco Votorantim	Títulos Privados - Inflação	895.122,12	4,06%
SEÇÃO III - OUTROS RECURSOS		4.148.581,60	18,84%
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	4.148.581,60	18,84%
Total de Gestão Direta		2.860.092,68	12,99%
Total de Gestão Indireta		15.012.322,47	68,17%
Total de Outros Recursos		4.148.581,60	18,84%
Total dos Recursos		22.020.996,75	100,00%

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

VI - FEAS - Programa Assistencial

SEÇÃO I - FUNDOS DE INVESTIMENTO - GESTÃO INDIRETA		196.917.396,02	39,32%
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	BB Eco Silver FI RF	76.720.844,60	15,32%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Capital Markets FI RF CP	40.812.765,09	8,15%
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	BB Eco Premium IMA-B FI RF	34.214.446,76	6,83%
Sul América Investimentos DTVM S.A.	SulAmérica Excellence FI RF CP	19.416.608,33	3,88%
BRZ Investimentos Ltda	BRZ Multi Recebíveis CP FIC de FIM	9.965.815,74	1,99%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Emissões Primárias II FI RF CP	5.821.159,21	1,16%
Caixa Econômica Federal	FIDC Plural Capital Fornecedores Petrobrás	3.560.451,92	0,71%
Petra Investimentos	FIDC Multisetorial Red Factor LP	3.459.791,53	0,69%
XP Gestão de Recursos Ltda	FIDC CPMG	2.457.761,86	0,49%
Vinci Capital Gestora de Recursos LTDA	FIDC Vinci Crédito e Desenvolvimento I	487.750,98	0,10%
Seção II - Títulos Privados - Gestão Direta		77.582.712,43	15,49%
Banco BMG	Títulos Privados - DPGEs Selic/Inflação	17.537.522,72	3,50%
Banco Bradesco	Títulos Privados - Inflação	9.412.772,62	1,88%
Banco Votorantim	Títulos Privados - Inflação	33.586.710,63	6,71%
Banco Panamericano	Títulos Privados - DPGEs Inflação	8.526.846,46	1,70%
BIC Banco	Títulos Privados - DPGEs Inflação	8.518.860,00	1,70%
Seção III - Fundos de Investimento - Renda Variável - Gestão Indireta		47.851.123,49	9,56%
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	BB Eco Gold FIA	25.718.894,83	5,14%
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda	Fator Sinergia IV FIA	12.723.051,22	2,54%
Schroder Investment Management Brasil DTVM S.A.	Schroder Eco Plus FIA	9.409.177,44	1,88%
Seção IV - Fundos de Investimentos Estruturados - Gestão Indireta		22.656.973,44	4,52%
GAP Gestora de Recursos Ltda	Singular ECO FIC DE FIM	10.378.037,95	2,07%
Neo Gestão de Recursos LTDA	Neo Capital Mezanino FIP	5.217.375,79	1,04%
TCG Gestor Ltda	Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas FIP	5.198.939,80	1,04%
P2 Gestão de Recursos LTDA	P2 Brasil Infraestrutura FIC de FIP	1.472.012,08	0,29%
Pátria Investimentos S.A.	Pátria Real Estate II Private FIC de FIP	390.607,82	0,08%
SEÇÃO V - OUTROS RECURSOS		155.761.392,35	31,11%
Depósito Judicial + Cta. Movimento	Imóveis para Renda	155.761.392,35	31,11%
Total de Gestão Direta		77.582.712,43	15,49%
Total de Gestão Indireta		267.425.492,95	53,40%
Total de Outros Recursos		155.761.392,35	31,11%
Total dos Recursos		500.769.597,73	100,00%

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

VII - Programa Administrativo Previdencial

SEÇÃO I - FUNDOS DE INVESTIMENTO - GESTÃO INDIRETA		18.737.801,55	51,16%
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	BB Institucional FI RF	5.268.491,83	14,38%
BB Gestão de Recursos DTVM S.A.	BB Eco Silver FI RF	5.246.796,89	14,32%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Capital Markets FI RF CP	5.054.075,79	13,80%
Sul América Investimentos DTVM S.A.	SulAmérica Excellence FI RF CP	3.168.437,04	8,65%
SEÇÃO II - TÍTULOS PRIVADOS - GESTÃO DIRETA		903.208,65	2,46%
Banco Panamericano	Títulos Privados - Selic / CDI	903.208,65	2,46%
SEÇÃO III - OUTROS RECURSOS		16.986.981,34	46,38%
Depósito Judicial + Cta. Movimento	-	16.358.348,18	44,66%
Participação Corseg	-	628.633,16	1,72%
Total de Gestão Direta		903.208,65	2,46%
Total de Gestão Indireta		18.737.801,55	51,16%
Total de Outros Recursos		16.986.981,34	46,38%
Total dos Recursos		36.627.991,54	100,00%

VIII - Programa Administrativo Assistencial

SEÇÃO I - FUNDOS DE INVESTIMENTO - GESTÃO INDIRETA		2.227.481,40	75,70%
BTG Pactual Asset Management S.A. DTVM	BTG Pactual Capital Markets FI RF CP	2.227.481,40	75,70%
SEÇÃO II - OUTROS RECURSOS		715.023,66	24,30%
Depósito Judicial + Cta. Movimento	Títulos Privados - Selic / CDI	715.023,66	24,30%
Total de Gestão Direta		-	0,00%
Total de Gestão Indireta		2.227.481,40	75,70%
Total de Outros Recursos		715.023,66	24,30%
Total dos Recursos		2.942.505,06	100,00%

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

05. Enquadramento dos Investimentos

Para avaliar a aderência das aplicações financeiras realizadas ao longo de 2012 às regras estabelecidas nas Políticas de Investimentos e na Resolução do CMN 3.792/2009, o Economus utiliza os trabalhos da Consultoria de Investimentos contratada, que apresenta mensalmente relatórios sobre o enquadramento dos investimentos. As tabelas

a seguir mostram que os investimentos dos planos sob a administração do Instituto se encontram em consonância com os limites atribuídos tanto pela Política de Investimentos vigente à época quanto pelos limites estabelecidos pela Resolução nº 3.792, de 24/09/2009, do Conselho Monetário Nacional.

I - Enquadramento dos Investimentos - Plano C

SEGMENTOS	Alocação em 31/12/2012 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Renda Fixa	76,47	61,00	97,00	100,00
Renda Variável	17,25	0,00	20,00	70,00
Investimento Estruturado	3,56	1,00	11,00	20,00
Investimento no Exterior	0,00	0,00	1,00	10,00
Imóveis	0,88	1,00	3,00	8,00
Empréstimos	1,84	1,00	4,00	15,00
Total Geral	100,00			

II - Enquadramento dos Investimentos – PrevMais (RP e Risco)

SEGMENTOS	Alocação em 31/12/2012 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Renda Fixa	93,67	40,00	98,00	100,00
Renda Variável	3,01	0,00	45,00	70,00
Empréstimos	3,32	2,00	15,00	15,00
Total Geral	100,00			

III - Enquadramento dos Investimentos – Plano B

SEGMENTOS	Alocação em 31/12/2012 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Renda Fixa	100,00	80,00	100,00	100,00
Total Geral	100,00			

IV - Enquadramento dos Investimentos – Plano A

SEGMENTOS	Alocação em 31/12/2012 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Renda Fixa	100,00	80,00	100,00	100,00
Total Geral	100,00			

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

V - Enquadramento dos Investimentos - Programa Assistencial

SEGMENTOS	Alocação em 31/12/2012 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Renda Fixa	79,56	70,00	99,00	100,00
Renda Variável	13,87	0,00	20,00	70,00
Investimentos Estruturados	6,57	1,00	10,00	20,00
Total Geral	100,00			

VI - Enquadramento dos Investimentos - Programa Administrativo

SEGMENTOS	Alocação em 31/12/2012 em %	Limite Inferior em %	Limite Superior em %	Limite Res. 3792 em %
Renda Fixa	100,00	100,00	100,00	100,00
Total Geral	100,00			

06. Resultado dos investimentos do Economus em 2012

Os resultados demonstrados abaixo foram apurados por intermédio do cálculo de Taxa Interna de Retorno e devem ser comparados com os indicadores de desempenho estabelecidos nas respectivas Políticas de Investimentos dos Planos e Programas, os quais podem ser identificados nas

tabelas a seguir. O resultado indicado neste tópico compreende o desempenho dos recursos dos Planos C, B, A e PrevMais, do Fundo FEAS e do Programa Administrativo, além de suas contribuições para a performance do Patrimônio Consolidado.

I - Resultado – Patrimônio Consolidado

PATRIMÔNIO CONSOLIDADO	1º Semestre de 2012	2º Semestre de 2012	Acumulado no Ano
Retorno Consolidado	7,86%	8,82%	17,39%
Retorno de Renda Fixa	7,72%	8,58%	16,96%
Retorno de Renda Variável	5,65%	10,74%	16,99%
Retorno de Invest. Estruturados	28,50%	8,99%	40,05%
Retorno de Imóveis	4,31%	2,17%	6,58%
Retorno de Empréstimos	7,26%	7,33%	15,12%
Varição da Taxa Mínima Atuarial	5,59%	6,61%	12,57%
Varição da Taxa SELIC	4,66%	3,68%	8,51%
Varição do índice Ibovespa	-4,23%	12,14%	7,40%

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

O retorno acumulado no ano de 2012 do segmento de renda fixa foi de 16,96%, enquanto que o CDI, principal comparativo de renda fixa, apresentou variação de 8,41% e a taxa Selic apresentou variação de 8,51%. No segmento de renda variável o retorno acumulado foi de 16,99% enquanto que o Ibovespa, principal comparativo de renda variável, apresentou variação de 7,40%. Nos demais segmentos — Investimentos Estruturados, Imóveis e Empréstimos a Participantes — o retorno acumulado em 2012 foi de 40,05%, 6,58% e 15,12%, respectivamente. O resultado consolidado dos segmentos em 2012 foi de 17,39%.

A TMA (Taxa Mínima Atuarial) dos Planos de Benefício Definido, composta pela variação do INPC + 6% ao ano, apresentou variação de 12,57% em 2012. O resultado consolidado dos investimentos foi equivalente a 138,33% da TMA. Destaca-se que, com exceção do segmento de imóveis, o retorno acumulado dos investimentos do Economus foi superior ao desempenho dos respectivos indicadores de mercado.

No segmento de renda fixa, destaca-se a rentabilidade dos títulos públicos NTNS-C, com vencimentos em 2017, não considerados no cálculo do Resultado a Realizar, que foram transferidos da categoria de “títulos mantidos até o vencimento” para a categoria “títulos para negociação”, no final de 2011. Em 2012, esses títulos tiveram valorização de 26,33%.

Destaca-se também a estratégia realizada pelo Instituto, no início do ano, de desinvestir recursos atrelados à taxa SELIC/CDI para investir em fundos de investimentos de renda fixa atrelados à inflação, como, por exemplo, fundos que objetivam superar o índice IMA-B. Essa estratégia pos-

Os quadros, a seguir, apresentam o resultado dos investimentos segregado por plano:

II - Resultado – Plano C

REGULAMENTO GERAL - PLANO C	1º Semestre de 2012	2º Semestre de 2012	Acumulado no Ano
Retorno Consolidado	8,54%	10,05%	19,45%
Variação da Taxa Mínima Atuarial	5,59%	6,61%	12,57%
Variação da Taxa SELIC	4,66%	3,68%	8,51%

Em 2012, o Plano C apresentou resultado positivo de 19,45%, enquanto a TMA, composta pela variação do INPC + 6% ao ano, apresentou variação de 12,57%. Destaca-se que o Plano C iniciou o ano com déficit de aproximada-

sibilitou ganho de aproximadamente 26% no ano, enquanto o CDI apresentou variação de 8,41% no mesmo período.

Na renda variável, o destaque foi a diversificação dos investimentos entre as categorias de fundos (*Asset Allocation*), inclusive com alocação em fundos de “Dividendos” e “Valor”, que tendem a apresentar melhor resultado em cenários em que o índice Bovespa não apresenta boa performance, como foi verificado em 2012.

O desempenho do Índice Bovespa, acumulado em 2012, foi positivo em 7,40%, enquanto o retorno consolidado dos investimentos em renda variável do Economus foi de 16,99%, o que representa um desempenho de 9,59 pontos percentuais acima do Ibovespa, justificado pelo benefício da diversificação da carteira de investimentos nesse segmento e também pelo processo de seleção e alocação dos recursos entre os gestores (*Asset Allocation*).

Destacaram-se os Fundos de Investimento em Ações classificados como “Dividendos”, que apresentaram rentabilidade média de aproximadamente 22% no ano, e também os Fundos classificados como “Valor”, que apresentaram rentabilidade média de aproximadamente 40%.

Ao longo do ano, conforme previsto na Política de Investimentos, o Economus aumentou as aplicações em Fundos de Investimento em Participações (*Private Equity*) e Fundos de Investimentos Imobiliários, que são classificados no segmento de Investimentos Estruturados. Esse segmento apresentou rentabilidade de 40,05% no ano, devido a valorização dos ativos que compõem os fundos investidos, em geral, empresas e imóveis.

mente R\$ 80 milhões. Devido ao bom resultado dos investimentos, o plano encerrou o ano de 2012 com superávit de aproximadamente R\$ 19,8 milhões.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

III - Resultado – PrevMais

CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PREVMAIS	1º Semestre de 2012	2º Semestre de 2012	Acumulado no Ano
Retorno Consolidado	5,51%	4,37%	10,13%
Varição da Taxa SELIC	4,66%	3,68%	8,51%
Varição do indicador de Referência CDI	4,60%	3,64%	8,41%

Em 2012, o resultado consolidado dos investimentos do Plano PrevMais, que possui perfis de investimentos, foi de 10,13%, resultado equivalente a 120,45% do CDI, cuja valorização foi de 8,41%. O desempenho foi bastante

satisfatório, considerando que o resultado de cada perfil de investimento foi superior aos respectivos indicadores de desempenho, conforme apresentamos a seguir:

i. Resultado dos Perfis de Investimentos do Plano PrevMais

Patrimônio Consolidado	Acumulado no Ano
Conservador	10,53%
Benchmark do Perfil	8,41%
Conservador	10,97%
Benchmark do Perfil	8,26%
Conservador	11,41%
Benchmark do Perfil	8,11%
Conservador	11,84%
Benchmark do Perfil	7,96%
Comparativo de Mercado	Acumulado no Ano
CDI	8,41%
Ibovespa	7,40%

O Perfil Conservador apresentou desempenho de 10,53% em 2012, enquanto o *benchmark* de mercado (CDI) apresentou variação de 8,41% no mesmo ano.

O Perfil Moderado apresentou desempenho de 10,97% em 2012, já o *benchmark* de mercado, composto por 85% do CDI e 15% do Ibovespa, apresentou variação de 8,26%.

O Perfil Agressivo apresentou desempenho de 11,41% em

2012, enquanto o seu *benchmark* de mercado, composto por 70% do CDI e 30% do Ibovespa, apresentou variação de 8,11%.

O Perfil Super Agressivo apresentou desempenho de 11,84% em 2012, enquanto o *benchmark* de mercado, composto por 55% do CDI e 45% do Ibovespa, apresentou variação de 7,96%.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

IV - Resultado – Plano B

REGUL. COMPLEMENTAR NR. 1 - PLANO B	1º Semestre de 2012	2º Semestre de 2012	Acumulado no Ano
Retorno Consolidado	7,10%	6,08%	13,62%
Varição da Taxa Mínima Atuarial	5,59%	6,61%	12,57%
Varição da Taxa SELIC	4,66%	3,68%	8,51%

O resultado consolidado dos investimentos do plano B foi superior à variação da TMA do plano. O total de recursos desse plano está investido no segmento de renda fixa. O bom resultado é justificado pela alocação de recursos em

investimentos em fundos e títulos indexados ao índice de inflação IPCA, que possui maior correlação com o INPC, índice de inflação que compõe a TMA deste plano.

V - Resultado – Plano A

REGUL. COMPLEMENTAR NR. 2 - PLANO A	1º Semestre de 2012	2º Semestre de 2012	Acumulado no Ano
Retorno Consolidado	6,39%	6,05%	12,83%
Varição da Taxa Mínima Atuarial	5,59%	6,61%	12,57%
Varição da Taxa SELIC	4,66%	3,68%	8,51%

Semelhante ao Plano B, o resultado consolidado dos investimentos do plano A foi superior à variação da TMA. O total de recursos desse plano está investido no segmento de renda fixa. O bom resultado é justificado pela alocação de

recursos em investimentos em fundos e títulos indexados ao índice de inflação IPCA, que possui maior correlação com o INPC, índice de inflação que compõe a TMA deste plano.

VI - Resultado – Fundo Assistencial – FEAS

FUNDO FEAS	1º Semestre de 2012	2º Semestre de 2012	Acumulado no Ano
Retorno Consolidado	6,13%	6,66%	13,21%
Varição do Indicador de Referência (IPCA + 6% ao ano)	5,35%	6,50%	12,19%
Varição da Taxa SELIC	4,66%	3,68%	8,51%

Em 2012, o resultado dos investimentos do Fundo Assistencial FEAS foi positivo em 13,21%, enquanto o indicador

de referência (IPCA + 6% ao ano) apresentou variação de 12,19% no mesmo período.

VII - Resultado – Programa Administrativo Previdencial e Assistencial

PGA - PREVIDENCIAL E ASSISTENCIAL	1º Semestre de 2012	2º Semestre de 2012	Acumulado no Ano
Retorno Programa Adm. Previdencial	4,89%	3,80%	8,87%
Retorno Programa Adm Assistencial	4,76%	3,78%	8,72%
Varição da Taxa SELIC	4,66%	3,68%	8,51%

O resultado dos investimentos do Programa Administrativo Previdencial e Assistencial foi superior ao CDI, indi-

cador de referência de ambos. O total de recursos desses programas está investido no segmento de renda fixa.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

07. Divergência Não Planejada

A Divergência não Planejada (DnP) é uma medida de risco criada pela Secretaria de Previdência Complementar, atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar – (PREVIC), com o objetivo de avaliar o desempenho dos investimentos dos Planos de Benefícios frente à evolução apresentada pela Taxa Mínima Atuarial (TMA) para os planos BD ou Indicador de Referência dos Segmentos para os planos CV.

O cálculo para se obter a DnP é efetuado pela diferença entre o retorno apurado nos investimentos e a TMA ou Indicador de Referência, dependendo do tipo do plano, BD ou CV. No caso

do Economus é utilizada a variação do INPC+ 6% ao ano para os planos BD, o CDI para a carteira de Renda Fixa e de Empréstimos do plano CV e o Ibovespa para a carteira de Renda Variável do plano CV. A interpretação do resultado se dá como satisfatória quando o valor apurado for positivo ou, no mínimo, igual a zero, indicando que o desempenho da carteira conseguiu acompanhar ou superar a performance do *benchmark*. Quando o resultado apresenta valor negativo indica que a carteira de investimento em análise não acompanhou o comportamento do seu *benchmark*.

I - Divergência Não Planejada – Regulamento Geral – Plano C

Na sequência, apresentamos a tabela da Divergência não Planejada (DnP) apurada para a carteira de investimento do Plano C, que contempla alocações de recursos nos

segmentos de renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, imóveis e empréstimos a participantes, conforme segue:

Divergência não Planejada - Plano C															
Trimestres/ Segmentos/Carteiras		1T12			2T12			3T12			4T12			Acumulado de 12 meses	Acumulado de 36 meses
		Jan-12	Fev-12	Mar-12	Abr-12	Mai-12	Jun-12	Jul-12	Ago-12	Set-12	Out-12	Nov-12	Dez-12		
Somatório dos Recursos do Plano C	DnP	1,0216%	0,5912%	1,0426%	0,6162%	-0,8297%	0,3381%	1,4979%	0,5832%	0,5393%	-0,4565%	-0,0726%	1,2137%	6,8506%	12,3755%
Segmento de Renda Fixa	DnP	0,0024%	-0,1179%	0,9654%	0,7119%	0,8297%	0,3235%	1,4636%	0,9888%	0,4727%	-0,2508%	-0,2983%	0,8101%	6,7391%	22,0774%
Segmento de Renda Variável	DnP	6,1636%	3,8893%	0,4560%	-1,9206%	-8,3326%	0,5539%	1,5472%	-0,9387%	0,7369%	-1,4235%	0,4399%	3,5965%	4,5998%	-30,9239%
Segmento de Investimento Estruturado*	DnP	0,1572%	0,0948%	8,0723%	15,6968%	-0,2802%	-0,2485%	2,9784%	-0,6620%	1,8125%	-0,5823%	0,0726%	0,0247%	32,5711%	28,4027%
Segmento de Imóveis	DnP	-0,3486%	-0,1966%	0,0271%	-0,5164%	-0,1146%	-0,0871%	-0,4338%	-0,5517%	-0,7297%	-0,8942%	-0,5463%	-1,2119%	-6,0912%	83,2625%
Segmento Empréstimos e Financiamentos	DnP	0,0723%	0,2561%	0,4861%	-0,2944%	0,3385%	0,4625%	0,0422%	0,1856%	0,0908%	0,0005%	0,3654%	-0,0421%	2,2084%	7,5424%

O resultado negativo de 6,0912% da DnP no segmento de Imóveis indica que, no acumulado de 2012, a performance desse segmento foi inferior à TMA do Plano, devido à vacância verificada em alguns imóveis que passam por

período de reformas. Observa-se, contudo, que o resultado da DnP acumulada em 36 meses é superior a TMA do Plano. Destaca-se que o segmento de imóveis representa 0,88% dos investimentos do plano.

II - Divergência Não Planejada – PrevMais

Divergência não Planejada - PrevMais															
Trimestres/ Segmentos/Carteiras		1T12			2T12			3T12			4T12			Acumulado 12 meses	Acumulado 36 meses
		Jan-12	Fev-12	Mar-12	Abr-12	Mai-12	Jun-12	Jul-12	Ago-12	Set-12	Out-12	Nov-12	Dez-12		
Somatório dos Recursos do PrevMais	(S)	0,2585%	0,2848%	0,1521%	0,2568%	-0,0664%	0,0038%	0,1499%	0,0627%	0,1417%	0,1261%	0,0649%	0,1688%	1,7385	2,8202%
Segmento de Renda Fixa	(S)	0,0794%	0,1644%	0,1544%	0,3368%	0,1809%	0,0214%	0,0713%	0,0646%	0,0800%	0,1244%	0,0255%	0,0416%	1,4562%	3,3693%
Segmento de Renda Variável	DnP	-3,7945%	0,5203%	2,4123%	2,2349%	3,6006%	-0,3301%	-0,0397%	-1,6657%	-1,3470%	3,7436%	0,7065%	-1,6228%	5,9594%	12,6167%
Segmento de Empréstimos e Financiamentos	DnP	0,5696%	0,5310%	0,6582%	0,5450%	0,6126%	0,5481%	0,5645%	0,6414%	0,4919%	0,6420%	0,4944%	0,5560%	7,6178%	29,6886%

Verifica-se que no segmento de renda variável ocorreu DnP em alguns meses do ano, devido a volatilidade da bolsa de valores. Contudo, no ano, o resultado dos investimentos

nesse segmento é bastante superior ao índice Ibovespa, como pode ser verificado no quadro acima. O resultado da DnP acumulada nos 12 meses do ano foi positivo.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

III - Divergência Não Planejada – Plano B

Divergência não Planejada - Plano B															
Trimestres/ Segmentos/Carteiras	1T12			2T12			3T12			4T12			Acumulado 12 meses	Acumulado 36 meses	
	Jan12	Fev-12	Mar-12	Abr-12	Mai-12	Jun-12	Jul-12	Ago-12	Set-12	Out-12	Nov-12	Dez-12			
Somatório dos Recursos do Plano B	(S)	0,0317%	0,2503%	0,4416%	0,4523%	0,3436%	-0,1965%	0,1097%	0,0909%	-0,2477%	0,2124%	-0,3737%	-0,4917%	0,6922%	-2,1535%
Segmento de Renda Fixa	(S)	0,0317%	0,2503%	0,4416%	0,4523%	0,3436%	-0,1965%	0,1097%	0,0909%	-0,2477%	0,2124%	-0,3737%	-0,4917%	0,6922%	-2,1535%

O resultado positivo de 0,6922% da DnP consolidada do Plano B indica que o desempenho dos investimentos desse plano foi superior à variação da TMA. O total de recursos desse plano está investido no segmento de renda

fixa. No ano de 2012, o Economus deu continuidade à estratégia de alocar recursos em investimentos indexados ao índice de inflação IPCA, que possui maior correlação com o INPC, índice que compõe a TMA desse plano.

IV - Divergência Não Planejada – Plano A

Divergência não Planejada - Plano A															
Trimestres/ Segmentos/Carteiras	1T12			2T12			3T12			4T12			Acumulado 12 meses	Acumulado 36 meses	
	Jan12	Fev-12	Mar-12	Abr-12	Mai-12	Jun-12	Jul-12	Ago-12	Set-12	Out-12	Nov-12	Dez-12			
Somatório dos Recursos do Plano A	(S)	0,0345%	0,1843%	0,4196%	0,3089%	0,0643%	-0,2511%	0,2534%	0,1354%	-0,2559%	0,2408%	-0,4019%	-0,5152%	0,2389	-2,8526%
Segmento de Renda Fixa	(S)	0,0345%	0,1843%	0,4196%	0,3089%	0,0643%	-0,2511%	0,2534%	0,1354%	-0,2559%	0,2408%	-0,4019%	-0,5152%	0,2389	-2,8526%

O resultado positivo de 0,2389% da DnP consolidada do Plano A indica que o desempenho consolidado dos investimentos foi superior à variação da TMA. O total de recursos desse plano está investido no segmento de renda

fixa. Em 2012, o Economus prosseguiu com a estratégia de alocar recursos em investimentos indexados ao índice de inflação IPCA, que possui maior correlação com o INPC, índice que compõe a TMA desse plano.

08. Evolução da Reserva Matemática e dos Resultados a Realizar do Plano C

A reserva matemática é calculada atuarialmente, com base na avaliação dos dados cadastrais da população e tem o intuito de identificar o montante financeiro necessário para a realização dos pagamentos de complementação descritos no respectivo regulamento. O valor da reserva está subdividido ainda em “Benefícios a Conceder” e “Benefícios Concedidos”. É possível observar na tabela abaixo a

evolução comparativa da rubrica “Resultados a Realizar”, data base dezembro/2012, no valor de R\$ 420.211.453,16, bem como o comportamento verificado do “Exigível Atuarial” do plano de benefícios e seus efeitos sobre o “Equilíbrio Técnico” do plano. A avaliação mostra que, nesse momento, o Regulamento Geral - Plano C apresenta ligeiro superávit no montante de R\$ 19,8 milhões

Conta Contábil	Resultado do Regulamento Geral Plano C	Posição em 06/2012	Posição em 12/2012	Varição em %
2.3	Patrimônio Social	3.706.855.394,24	3.926.868.627,47	5,94
2.3.1.1.01	Benefícios Concedidos	3.177.036.584,96	3.347.684.076,92	5,37
2.3.1.1.02	Benefícios a Conceder	928.943.151,95	918.523.716,01	(1,12)
2.3.1.1.03.02	Déficit Equacionado *	(379.586.517,63)	(378.325.754,95)	(0,33)
2.3.1.2.01	Resultados Realizados	(454.680.370,78)	(400.394.449,76)	(11,94)
2.3.1.2.02	Resultados a Realizar **	418.433.311,42	420.211.453,16	0,42
2.3.1.2	Equilíbrio Técnico	(36.247.059,36)	19.817.003,40	

* proveniente da taxa cobrada dos participantes a título de antecipação para o equacionamento do déficit.

** proveniente da compra dos títulos para equacionamento do déficit (ofício 2206).

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

É fato que o valor registrado na rubrica de “Resultados a Realizar” (R\$ 420,2 milhões - dez/12) tende a zero, pois quanto mais se aproximam os vencimentos dos títulos utilizados para equacionamento parcial do déficit, menor será o ganho contábil auferido pelo extinto artigo 5º da CGPC nr. 4, pois passam a ser contabilizados em “Resultados Realizados”. Por outro lado, com a devida apropriação da correção monetária e juros, bem como amortização do deságio auferido na aquisição desses títulos, a variação nominal se comporta de maneira inversa, tendo o seu valor cada vez maior à medida que os vencimentos se aproximam. Portanto, como efeito prático dos cálculos, o resultado financeiro (curva dos títulos) e o contábil (Resultados a Realizar) apresentam equilíbrio na medida em que o tempo decorre.

Na tabela acima, é possível observar a variação do “Resultado a Realizar” no 2º semestre de 2012. Houve elevação nos valores comparativos, pois como temos o componente da inflação embutido no cálculo é possível verificar esse fenômeno entre um período e outro. A justificativa para essa situação circula principalmente sobre o comportamento verificado entre a “taxa do IGP-M” e a “taxa de amortização do deságio” pactuada, posto que, quando a variação do IGP-M for superior à taxa de amortização, o valor do resultado a realizar sofre os efeitos e apresenta elevação. O mesmo ocorre na situação inversa, ou seja, quando a “taxa do IGPM” se posiciona abaixo da linha da “taxa de amortização”, o valor apresenta um decréscimo.



9. Custos com a Administração dos Recursos – Gestão Direta e Indireta

O conceito adotado para cálculo e distribuição das despesas da Gestão Direta (GD) e Gestão Indireta (GI) foi o de “Rateio dos Custos por Regime de Caixa”, que leva em consideração a participação de cada plano na despesa total diante do seu patrimônio, preservando a consistência dessa equação ao longo do tempo.

O mapeamento mencionado está demonstrado de forma gerencial e sintética por meio da apresentação das tabelas abaixo relacionadas, as quais identificam, por plano administrado pelo Economus, o total dos valores efetivamente pagos ao longo de 2012 aos prestadores de serviços contratados.

Os custos identificados, em grande parte, visam a oferecer mais segurança aos ativos financeiros e são instrumentos fundamentais para uma boa administração. Essas técnicas proporcionam a mensuração dos riscos aos quais as aplicações estão expostas, possibilitando a construção de estratégias mais seguras e consistentes, por intermédio de investimentos com características de longo prazo e baixa volatilidade.

Vale ressaltar que, no que concerne à gestão indireta, as cotas dos fundos de investimento são divulgadas líquidas de quaisquer custos e/ou encargos financeiros. Portanto, não há desembolso físico de recursos, já que são quitadas por meio da diminuição de rentabilidade desses veículos.

Deste modo, o mapeamento a seguir reflete as despesas incorridas somente com a gestão de recursos no período citado. Porém, esses custos poderão oscilar no decorrer do ano, em virtude, por exemplo, de futuras operações junto a BM&F e/ou Bovespa que possam ser constituídas com o objetivo de diminuir as exposições ao risco de mercado ou mesmo no que tange às despesas operacionais, como: custódia renovação de contratos, cartórios, ANBID e outros, posto que tais custos poderão ser contraídos também pelos gestores contratados pelo Economus. Essas movimentações são objeto de permanente monitoramento, visando a analisar a sua coerência e benefício para o portfólio de redução.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

I - Custos com a Administração dos Recursos – Plano C

Custos Segregados - Gestão Direta - Plano C

Gestão Direta	
Descrição - Plano C	1º Semestre de 2012 Valores em R\$
Custeio Administrativo	1.745.213,41
Custódia Qualificada	230.704,89
Tarifas/Despesas Bancárias	43.478,97
Total dos Custos com Investimentos	2.019.397,26
Total dos Investimentos	3.288.024.739,51
% dos Custos sobre os Investimentos	0,061%

Gestão Direta	
Descrição - Plano C	2º Semestre de 2012 Valores em R\$
Custeio Administrativo	2.195.958,71
Custódia Qualificada	174.055,72
Tarifas/Despesas Bancárias	43.478,97
Total dos Custos com Investimentos	2.413.493,40
Total dos Investimentos	3.500.360.042,84
% dos Custos sobre os Investimentos	0,069%

Custos Segregados - Gestão Indireta - Plano C

Gestão Indireta	
Descrição	1º Semestre de 2012 Valores em R\$
Taxa de Administração	3.849.305,34
Taxa de Custódia	36.320,83
Taxa de Fiscalização - CVM	37.588,93
Taxa de Auditoria	22.226,48
Total dos Custos com Investimentos	3.945.441,58
Total dos Investimentos	3.288.024.739,51
% dos Custos sobre os Investimentos	0,120%

Gestão Indireta	
Descrição	2º Semestre de 2012 Valores em R\$
Taxa de Administração	4.326.617,94
Taxa de Custódia	37.048,63
Taxa de Fiscalização - CVM	44.948,20
Taxa de Auditoria	18.538,06
Total dos Custos com Investimentos	4.427.152,83
Total dos Investimentos	3.500.360.042,84
% dos Custos sobre os Investimentos	0,126%

II - Custos com a Administração dos Recursos – PrevMais

Custos Segregados - Gestão Direta - PrevMais

Gestão Direta	
Descrição - PrevMais	1º Semestre de 2012 Valores em R\$
Custeio Administrativo	346.707,36
Custódia Qualificada	23.410,83
Tarifas/Despesas Bancárias	9.466,89
Total dos Custos com Investimentos	379.585,08
Total dos Investimentos	662.955.616,30
% dos Custos sobre os Investimentos	0,057%

Gestão Direta	
Descrição - PrevMais	2º Semestre de 2012 Valores em R\$
Custeio Administrativo	454.892,08
Custódia Qualificada	20.079,23
Tarifas/Despesas Bancárias	9.466,89
Total dos Custos com Investimentos	484.438,20
Total dos Investimentos	727.095.818,16
% dos Custos sobre os Investimentos	0,067%

Custos Segregados - Gestão Indireta - PrevMais

Gestão Indireta	
Descrição - PrevMais	1º Semestre de 2012 Valores em R\$
Taxa de Administração	668.158,76
Taxa de Custódia	16.476,48
Taxa de Fiscalização - CVM	12.967,22
Taxa de Auditoria	1.627,92
Total dos Custos com Investimentos	699.230,38
Total dos Investimentos	662.955.616,30
% dos Custos sobre os Investimentos	0,105%

Gestão Indireta	
Descrição - PrevMais	2º Semestre de 2012 Valores em R\$
Taxa de Administração	778.271,32
Taxa de Custódia	20.261,11
Taxa de Fiscalização - CVM	16.025,30
Taxa de Auditoria	9.436,31
Total dos Custos com Investimentos	823.994,04
Total dos Investimentos	727.095.818,16
% dos Custos sobre os Investimentos	0,113%

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

III - Custos com a Administração dos Recursos – Plano B

Custos Segregados - Gestão Direta - Plano B

Gestão Direta	
Descrição - Plano B	1º Semestre de 2012 Valores em R\$
Custeio Administrativo	8.912,44
Custódia Qualificada	961,49
Tarifas/Despesas Bancárias	380,29
Total dos Custos com Investimentos	10.254,22
Total dos Investimentos	14.456.059,07
% dos Custos sobre os Investimentos	0,071%

Gestão Direta	
Descrição - Plano B	2º Semestre de 2012 Valores em R\$
Custeio Administrativo	9.486,22
Custódia Qualificada	587,43
Tarifas/Despesas Bancárias	380,29
Total dos Custos com Investimentos	10.453,94
Total dos Investimentos	15.707.860,35
% dos Custos sobre os Investimentos	0,067%

Custos Segregados - Gestão Indireta - Plano B

Gestão Indireta	
Descrição - Plano B	1º Semestre de 2012 Valores em R\$
Taxa de Administração	9.259,63
Taxa de Custódia	367,98
Taxa de Fiscalização - CVM	278,44
Taxa de Auditoria	53,78
Total dos Custos com Investimentos	9.959,83
Total dos Investimentos	14.456.059,07
% dos Custos sobre os Investimentos	0,071%

Gestão Indireta	
Descrição - Plano B	2º Semestre de 2012 Valores em R\$
Taxa de Administração	10.146,23
Taxa de Custódia	302,89
Taxa de Fiscalização - CVM	441,67
Taxa de Auditoria	312,19
Total dos Custos com Investimentos	11.202,98
Total dos Investimentos	15.707.860,35
% dos Custos sobre os Investimentos	0,067%

IV - Custos com a Administração dos Recursos – Plano A

Custos Segregados - Gestão Direta - Plano A

Gestão Direta	
Descrição - Plano A	1º Semestre de 2012 Valores em R\$
Custeio Administrativo	8.892,04
Custódia Qualificada	899,07
Tarifas/Despesas Bancárias	385,52
Total dos Custos com Investimentos	10.176,63
Total dos Investimentos	17.091.028,01
% dos Custos sobre os Investimentos	0,060%

Gestão Direta	
Descrição - Plano A	2º Semestre de 2012 Valores em R\$
Custeio Administrativo	11.060,13
Custódia Qualificada	671,79
Tarifas/Despesas Bancárias	385,52
Total dos Custos com Investimentos	12.117,44
Total dos Investimentos	17.872.415,15
% dos Custos sobre os Investimentos	0,068%

Custos Segregados - Gestão Indireta - Plano A

Gestão Indireta	
Descrição - Plano A	1º Semestre de 2012 Valores em R\$
Taxa de Administração	9.324,89
Taxa de Custódia	382,54
Taxa de Fiscalização - CVM	395,49
Taxa de Auditoria	58,30
Total dos Custos com Investimentos	10.161,22
Total dos Investimentos	17.091.028,01
% dos Custos sobre os Investimentos	0,059%

Gestão Indireta	
Descrição - Plano A	2º Semestre de 2012 Valores em R\$
Taxa de Administração	12.618,99
Taxa de Custódia	392,78
Taxa de Fiscalização - CVM	514,95
Taxa de Auditoria	365,97
Total dos Custos com Investimentos	13.892,69
Total dos Investimentos	17.872.415,15
% dos Custos sobre os Investimentos	0,078%

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

V - Custos com a Administração dos Recursos – FEAS

Custos Segregados - Gestão Direta - FEAS

Gestão Direta	
Descrição - FEAS	1º Semestre de 2012 Valores em R\$
Custeio Administrativo	556.292,87
Custódia Qualificada	16.228,42
Tarifas/Despesas Bancárias	99.104,86
Total dos Custos com Investimentos	671.626,15
Total dos Investimentos	334.182.800,67
% dos Custos sobre os Investimentos	0,201%

Gestão Direta	
Descrição - FEAS	2º Semestre de 2012 Valores em R\$
Custeio Administrativo	671.790,75
Custódia Qualificada	12.305,93
Tarifas/Despesas Bancárias	99.104,86
Total dos Custos com Investimentos	783.201,54
Total dos Investimentos	345.008.205,38
% dos Custos sobre os Investimentos	0,227%

Custos Segregados - Gestão Indireta - FEAS

Gestão Indireta	
Descrição	1º Semestre de 2012 Valores em R\$
Taxa de Administração	401.126,08
Taxa de Custódia	9.259,49
Taxa de Fiscalização - CVM	8.780,86
Taxa de Auditoria	10.402,95
Total dos Custos com Investimentos	429.569,37
Total dos Investimentos	334.182.800,67
% dos Custos sobre os Investimentos	0,129%

Gestão Indireta	
Descrição	2º Semestre de 2012 Valores em R\$
Taxa de Administração	507.018,41
Taxa de Custódia	9.555,28
Taxa de Fiscalização - CVM	13.702,16
Taxa de Auditoria	5.022,91
Total dos Custos com Investimentos	535.298,76
Total dos Investimentos	345.008.205,38
% dos Custos sobre os Investimentos	0,155%

VI- Custos Totais - Consolidado

Custos Consolidados dos Planos de Benefícios

Gestão Direta	
Descrição	1º Semestre de 2012 Valores em R\$
Custeio Administrativo	2.666.018,12
Custódia Qualificada	272.980,67
Tarifas/Despesas Bancárias	202.449,79
Total dos Custos com Investimentos	3.141.448,58
Total dos Investimentos	4.339.167.751,4
% dos Custos sobre os Investimentos	0,072%

Gestão Direta	
Descrição	2º Semestre de 2012 Valores em R\$
Custeio Administrativo	3.343.187,90
Custódia Qualificada	208.281,02
Tarifas/Despesas Bancárias	202.449,79
Total dos Custos com Investimentos	3.753.918,71
Total dos Investimentos	4.627.912.833,48
% dos Custos sobre os Investimentos	0,081%

Custos Consolidados dos Planos de Benefícios Realizado

Gestão Indireta	
Descrição	1º Semestre de 2012 Valores em R\$
Taxa de Administração	4.960.761,23
Taxa de Custódia	63.615,01
Taxa de Fiscalização - CVM	60.539,55
Taxa de Auditoria	34.425,47
Total dos Custos com Investimentos	5.119.341,26
Total dos Investimentos	4.339.167.751,40
% dos Custos sobre os Investimentos	0,118%

Gestão Indireta	
Descrição	2º Semestre de 2012 Valores em R\$
Taxa de Administração	5.660.170,41
Taxa de Custódia	68.525,12
Taxa de Fiscalização - CVM	76.141,51
Taxa de Auditoria	33.933,52
Total dos Custos com Investimentos	5.838.770,56
Total dos Investimentos	4.627.912.833,48
% dos Custos sobre os Investimentos	0,126%

Para a composição dos Custos Totais – Consolidado, considerou-se também os custos da Gestão Direta e Gestão Indireta do PGA.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

10. Sumário Executivo das Políticas de Investimentos

Em cumprimento ao disposto na legislação vigente, apresentamos o Resumo das Políticas de Investimentos, cuja premissa central é estabelecer diretrizes e procedimentos a serem observados pela administração do Economus na aplicação dos recursos vinculados aos Planos de Benefícios, Fundo Assistencial FEAS e Programa Administrativo, a fim de promover o equilíbrio econômico-financeiro entre os ativos e os respectivos passivos, além das demais obrigações.

Os planos abaixo elencados estão identificados pelo Ca-

adastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB), Plano de Gestão Administrativa (PGA). Em 2012, esses planos foram registrados junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) com os respectivos *benchmarks*, que são os indicadores de referência de desempenho adotados pelo Economus nas políticas de investimentos. O Fundo FEAS, devido às características, não é registrado na PREVIC, contudo, o Economus elabora Política de Investimentos para os recursos e realiza o controle dos investimentos, seguindo as melhores práticas de mercado.

Código	Planos de Benefícios / Programas	Patrimônio dos Investimentos em R\$	TMA / Indicador de Referência
CNPB 1978000138	Regulamento Geral - Plano C	3.500.360.042,84	INPC + 6% AA
CNPB 2006003429	Contribuição Variável - PrevMais - Perfil Conservador Contribuição Variável - PrevMais - Perfil Moderado Contribuição Variável - PrevMais - Perfil Agressivo Contribuição Variável - PrevMais - Perfil Super Agressivo Contribuição Variável - PrevMais - Risco	422.756.736,54 27.283.513,39 28.498.089,82 19.372.602,78 229.184.875,63	100% do CDI 85% do CDI + 15% do Ibovespa 70% do CDI + 30% do Ibovespa 55% do CDI + 45% do Ibovespa 100% do CDI
CNPB 1978000219	Regulamento Complementar nº 1 - Plano B	15.707.860,35	INPC + 6% AA
CNPB 1978000138	Regulamento Complementar nº 2 - Plano A	17.872.415,15	INPC + 6% AA
PGA 4003120019	Programa de Gestão Administrativa	19.641.010,20	100% do CDI
FEAS	Fundo Assistencial FEAS + Adm. Assistencial	347.235.686,78	-
TOTAL EM 31/12/2012		4.627.912.833,48	

OBS.: CNPB - Cadastro Nacional de Planos de Benefícios; PGA - Plano de Gestão Administrativa e TMA - Taxa Mínima Atuarial

11. Vigências das Políticas de Investimentos

Nesses documentos, detalhamos os principais pontos da estratégia de investimento a vigorar no período de 2013 até 2017, que poderão ser submetidos a revisões anuais ou em períodos inferiores, sempre que necessário, com o in-

tuito de preservar as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência dos investimentos por conta da conjuntura econômica vigente, modificações promovidas no passivo ou alteração legal.

12. Princípios a serem observados na Gestão

Os princípios a serem observados na gestão dos recursos visam nortear os investimentos no horizonte de longo prazo, seguindo as premissas destacadas a seguir:

I - Proporcionar a manutenção do equilíbrio atuarial dos planos por meio da aquisição de títulos e valores mobiliários, observando as margens de alocações atribuídas nas políticas de investimentos;

II - Buscar, dentro de princípios que valorizem a prudência

e a segurança, atingir a micro e macro alocações previamente definidas, assim como alcançar o retorno esperado traçado para cada plano;

III - Buscar instrumentos financeiros que contribuam para a preservação patrimonial e que proporcionem a perenidade dos planos de benefícios;

IV - Construir hipóteses de cenários macroeconômicos alinhados com as perspectivas vigentes no mercado;

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

V - Gerenciar as carteiras de investimentos de forma que minimizem a probabilidade de ocorrência da falta de liquidez e de solvência para atendimento dos compromissos atuariais dos planos, no curto, médio e longo prazos;

13. Alocação Estratégica

O Economus determina a alocação entre as diversas classes de ativos, baseado em: (i) cenário macroeconômico; (ii) estudo de Gestão de Ativos e Passivos *Asset Liability Management (ALM)* - realizado para os planos; e (iii)

I - Definição do Cenário Macroeconômico

Para a construção do cenário econômico de 2013 a 2022 foi utilizado, principalmente, o Sistema de Expectativas do Banco Central para as projeções dos indicadores de

VI - Adotar procedimentos que se mostrem eficientes no tocante à mitigação de risco de mercado, de crédito, legal, sistêmico e de precificação de ativos.

planejamento financeiro para o ano de 2013, que considera a projeção do fluxo do passivo e a liquidez (disponibilidade) dos ativos para o próximo ano.

inflação, PIB e Selic, e o Modelo de *Capital Asset Pricing Model (CAPM)*, para as projeções de bolsa de valores, conforme quadro a seguir:

Descrição	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Selic (média)	7,58%	8,96%	9,00%	8,50%	8,50%	8,50%	8,53%	8,50%	8,50%	8,50%
INPC	5,38%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,01%	5,02%	5,00%	5,00%	5,00%
IPCA	5,48%	5,25%	5,00%	4,90%	4,89%	4,91%	4,92%	4,90%	4,89%	4,90%
IGP-M	5,27%	5,00%	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%	4,53%	4,49%	4,48%	4,51%
PIB	4,00%	4,00%	4,00%	3,70%	3,70%	3,70%	3,70%	3,70%	3,70%	3,70%
Ibovespa (%)	11,95%	11,72%	11,47%	11,37%	10,71%	11,39%	10,82%	11,02%	10,92%	10,77%

II - Estudo de Gestão de Ativos e Passivos

Para a estratégia de alocação dos recursos garantidores é de fundamental importância observar a estrutura do passivo atuarial dos planos, visando preservar a liquidez, a solvência e o seu equilíbrio. Dentro deste contexto, o

Economus realiza estudos de Gestão de Ativos e Passivos (ALM) para os planos de benefícios que administra, buscando reduzir os riscos de descasamento da curva do passivo com a dos ativos dos planos.

14. Segmentos de Investimentos e Limites de Aplicação

Adicionalmente às diretrizes e limites determinados pela legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, o Economus estabelece limites próprios, aplicados aos Recursos Garantidores dos planos de benefícios, para as carteiras de investimento.

Considerando as informações do cenário macroeconômico, dos estudos de Gestão de Ativos e Passivos (ALM) e do Planejamento Financeiro elaborado para os planos, apresentamos nas tabelas abaixo a distribuição percentual dos recursos dos planos, bem como os limites de investimentos por segmento e por classe de ativos traçados para o exercício de 2013.

Destaca-se que a macro alocação “objetivo”, definida para os ativos, corresponde à distribuição pretendida dos recursos entre os segmentos (renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e empréstimos a participantes). Já a micro alocação está vinculada às aplicações dentro dos segmentos denominadas de “carteiras”, que possuem a função de otimizar a combinação de títulos e valores mobiliários permitidos pela legislação. As margens de alocação se referem à atribuição de limites inferiores e superiores às carteiras, oferecendo flexibilidade à administração, no sentido de aproveitar as oportunidades ou diminuir as posições conforme as condições oferecidas pelo mercado.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

I - Regulamento Geral – Plano C

PLANO C			Margens de Alocação			
Segmento	Macro Alocação Objetivo	Carteira	Micro Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Res. CMN 3792
Renda Fixa	68%	Baixo Risco de Crédito	68%	36%	96%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
Renda Variável	20%	Fundos de Investimentos em Ações	20%	0%	30%	70%
Estruturados	7%	Fundos Multimercados Estruturados	2%	0%	5%	20%
		Fundos de Investimentos Participações	3%	1%	10%	
		Fundos de Investimentos Imobiliários	2%	1%	5%	
Exterior	1%	Fundos de Investimentos no Exterior	1%	0%	1%	10%
Imóveis	3%	Investimentos em Imóveis	3%	1%	4%	8%
Empréstimos	1%	Empréstimos	1%	1%	4%	15%

II - Plano de Contribuição Variável – PrevMais

A tabela a seguir demonstra as alocações projetadas para os investimentos do Plano PrevMais:

PREVMAIS			Margens de Alocação			
Segmento	Macro Alocação Objetivo	Carteira	Micro Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Res. CMN 3792
Renda Fixa	85%	Baixo Risco de Crédito	85%	18%	100%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
Renda Variável	7%	Fundos de Investimentos em Ações	7%	0%	42%	70%
Estruturados	4%	Fundos Multimercados Estruturados	1%	0%	6%	20%
		Fundos de Investimentos Participações	1%	0%	6%	
		Fundos de Investimentos Imobiliários	2%	0%	8%	
Empréstimos	4%	Empréstimos	4%	0%	15%	15%

O Plano de Contribuição Variável – PrevMais está dividido em Benefícios de Renda Programada, que possui as opções de Perfis de Investimentos, e o Benefício de Risco, para pagamento de alguns benefícios, como, por exemplo, os benefícios de renda

vitalícia, pensão por morte e invalidez. As tabelas a seguir apresentam as alocações planejadas para o Benefício de Renda Programada e para o Benefício de Risco.

a. Benefício de Renda Programada - Consolidado

RENDA PROGRAMADA			Margens de Alocação			
Segmento	Macro Alocação Objetivo	Carteira	Micro Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Res. CMN 3792
Renda Fixa	90%	Baixo Risco de Crédito	90%	33%	100%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
Renda Variável	4%	Fundos de Investimentos em Ações	4%	0%	48%	70%
Empréstimos	6%	Empréstimos a Participantes	6%	0%	15%	15%

As alocações dos recursos da carteira de Renda Programada ocorre de acordo com as opções de Perfis de Investimentos, cuja distribuição entre os segmentos está apresentada nas tabelas abaixo:

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

b. Benefício de Renda Programada – Perfil Conservador

PREVMAIS PERFIL CONSERVADOR				Margens de Alocação		
Segmento	Macro Alocação Objetivo	Carteira	Micro Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Res. CMN 3792
Renda Fixa	94%	Baixo Risco de Crédito	94%	80%	100%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
Empréstimos	6%	Empréstimos	6%	0%	15%	15%

c. Benefício de Renda Programada – Perfil Moderado

PREVMAIS PERFIL MODERADO				Margens de Alocação		
Segmento	Macro Alocação Objetivo	Carteira	Micro Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Res. CMN 3792
Renda Fixa	80%	Baixo Risco de Crédito	80%	63%	88%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
Renda Variável	15%	Fundos de Investimentos em Ações	15%	12%	18%	70%
Empréstimos	5%	Empréstimos	5%	0%	15%	15%

d. Benefício de Renda Programada – Perfil Agressivo

PREVMAIS PERFIL AGRESSIVO				Margens de Alocação		
Segmento	Macro Alocação Objetivo	Carteira	Micro Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Res. CMN 3792
Renda Fixa	66%	Baixo Risco de Crédito	66%	48%	73%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
Renda Variável	30%	Fundos de Investimentos em Ações	30%	27%	33%	70%
Empréstimos	4%	Empréstimos	4%	0%	15%	15%

e. Benefício de Renda Programada – Super Agressivo

PREVMAIS PERFIL SUPER AGRESSIVO				Margens de Alocação		
Segmento	Macro Alocação Objetivo	Carteira	Micro Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Res. CMN 3792
Renda Fixa	52%	Baixo Risco de Crédito	52%	33%	58%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
Renda Variável	45%	Fundos de Investimentos em Ações	45%	42%	48%	70%
Empréstimos	3%	Empréstimos	3%	0%	15%	15%

f. Benefício de Risco

A tabela abaixo apresenta a macro alocação projetada, considerando apenas os recursos do Benefício de Risco:

BENEFÍCIO DE RISCO				Margens de Alocação		
Segmento	Macro Alocação Objetivo	Carteira	Micro Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Res. CMN 3792
Renda Fixa	73%	Baixo Risco de Crédito	73%	45%	100%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
Renda Variável	15%	Fundos de Investimentos em Ações	15%	0%	30%	70%
Estruturados	12%	Fundos de Multimercados Estruturado	3%	0%	6%	20%
		Fundos de Investimentos Participações	3%	0%	6%	
		Fundos de Investimentos Imobiliários	6%	0%	8%	

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

III - Regulamento Complementar nº 1 – Plano B

PLANO B			Margens de Alocação			
Segmento	Macro Alocação Objetivo	Carteira	Micro Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Res. CMN 3792
Renda Fixa	89%	Baixo Risco de Crédito	89%	40%	100%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
Renda Variável	0%	Fundos de Investimentos em Ações	0%	0%	20%	70%
Estruturados	11%	Fundos Multimercados Estruturados	3%	0%	6%	20%
		Fundos de Investimentos Participações	3%	0%	6%	
		Fundos de Investimentos Imobiliários	5%	0%	8%	
Empréstimos	0%	Empréstimos	0%	0%	15%	15%

IV - Regulamento Complementar nº 2 – Plano A

PLANO A			Margens de Alocação			
Segmento	Macro Alocação Objetivo	Carteira	Micro Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Res. CMN 3792
Renda Fixa	90%	Baixo Risco de Crédito	90%	40%	100%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
Renda Variável	0%	Fundos de Investimentos em Ações	0%	0%	20%	70%
Estruturados	10%	Fundos Multimercados Estruturados	3%	0%	6%	20%
		Fundos de Investimentos Participações	3%	0%	6%	
		Fundos de Investimentos Imobiliários	4%	0%	8%	
Empréstimos	0%	Empréstimos	0%	0%	15%	15%

V - FEAS – Fundo Economus de Assistência Social

FEAS			Margens de Alocação			
Segmento	Macro Alocação Objetivo	Carteira	Micro Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Res. CMN 3792
Renda Fixa	65%	Baixo Risco de Crédito	65%	45%	100%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	
Renda Variável	20%	Fundos de Investimentos em Ações	20%	0%	30%	70%
Estruturados	15%	Fundos Multimercados Estruturados	4%	0%	6%	20%
		Fundos de Investimentos Participações	5%	0%	6%	
		Fundos de Investimentos Imobiliários	6%	0%	8%	

VI - Programas Administrativos

PGA			Margens de Alocação			
Segmento	Macro Alocação Objetivo	Carteira	Micro Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Res. CMN 3792
Renda Fixa	100%	Baixo Risco de Crédito	100%	95%	100%	100%
		Médio Risco de Crédito	0%	0%	5%	

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

15. Critérios de Contratação e de Avaliação de Gestores de Recursos

O Economus adota, entre outros critérios, os seguintes procedimentos para avaliar periodicamente o desempenho e a consistência de resultados, com a finalidade de contratar e avaliar gestores de recursos no mercado:

I - A instituição financeira ou gestora de recursos, conforme o caso, deve possuir obrigatoriamente limite técnico previamente aprovado junto ao Economus, conforme critérios estabelecidos nas Instruções Normativas Internas;

II - O processo de seleção de fundos condominiais abertos com gestão discricionária deve ser realizado periodicamente, sempre que solicitado pelo Comitê de Investimentos, conforme critérios estabelecidos nas Instruções Normativas Internas.

III - O processo de seleção de fundos condominiais fechados com gestão discricionária deve ser realizado de acordo com Instruções Normativas Internas.

IV - O processo de seleção de fundos exclusivos com gestão discricionária, não discricionária ou compartilhada deve ser realizado, observando: (i) custos condizentes com o formato da administração pretendida; (ii) expertise e histórico do gestor no segmento; (iii) capacidade técnica para o fornecimento diário das informações requeridas pelo Economus; (iv) habilidade do gestor em agregar valor na gestão direta dos recursos; e (v) observar o limite técnico estabelecido para gestores de recursos.

O Economus realiza análise do desempenho dos fundos de investimentos abertos em que é cotista, perante os seus pares de mercado, nos meses de janeiro e julho. A análise

se divide em avaliação de performance e avaliação de aderência ao mandato de gestão. Para avaliação de performance, devem ser utilizados indicadores, tais como: Índice de Sharpe, Índice de Treynor, Alpha de Jensen, desvio padrão, prêmio sobre o *benchmark* e retorno absoluto. Para a avaliação de aderência ao mandato deve ser utilizado o *Benchmark-Value at Risk* (B-VaR).

Adicionalmente, o Economus avaliará também a qualidade e a eficiência dos serviços prestados pelos *back-offices* das instituições contratadas.

O Comitê de Investimentos, baseado nos resultados da análise de desempenho realizado, deve notificar formalmente o gestor que, porventura, não cumprir as metas exigidas para o período (semestre), solicitando reunião presencial, a ser realizada na sede do Economus, para apresentação de justificativa técnica para o resultado e perspectivas futuras para a estratégia adotada.

O Comitê de Investimentos deve avaliar a justificativa técnica e as perspectivas para a estratégia adotada pelo gestor e, conforme o caso, tomar as seguintes ações:

I - Se o gestor for avaliado negativamente, o Comitê deverá solicitar a redução de 30% a 50% do total de recursos administrado pelo gestor;

II - Se o gestor for avaliado negativamente por dois períodos de avaliação consecutivos, o Comitê deverá solicitar a redução de 50% a 100% do total de recursos administrados pelo gestor.

16. Critérios de Análise de Riscos

I - Controle e Avaliação dos Riscos

i. Risco de Crédito

Embora a Resolução CMN 3.792/2009 não estabeleça distinção entre títulos privados com base no seu risco de crédito, o Economus faz distinção entre diferentes níveis de risco, a fim de determinar limites de investimento específicos para cada um.

Para títulos emitidos por instituições não financeiras e para fundos de direitos creditórios será considerado o *rating* de crédito atribuído por qualquer uma das agências dispostas na tabela abaixo e respectiva classificação de risco.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Grau de Investimento	Moody's	S&P	Fitch	Risco de Crédito
	Aaa	AAA	AAA	AAA
Aa1	AA+	AA+	AA+	
Aa2	AA	AA	AA	
Aa3	AA-	AA-	AA-	
A1	A+	A+	A+	
A2	A	A	A	
A3	A-	A-	A-	Médio
Baa1	BBB+	BBB+	BBB+	
Baa2	BBB	BBB	BBB	
Baa3	BBB-	BBB-	BBB-	

Para o caso de um mesmo papel ser classificado de maneira diferente entre duas ou mais agências elegíveis de classificação de risco, o Economus adotará a classificação que for mais conservadora.

Com o objetivo de ampliar o controle de risco de crédito, o Economus possui contrato com uma agência classificadora de risco, que permite acesso aos relatórios sobre as instituições financeiras e não financeiras.

A Entidade possui ferramenta (cálculo de limite técnico) de monitoramento da exposição e de controle de concentração dos recursos investidos em Instituições Financeiras, de acordo com o *rating* atribuído pela agência classificadora de risco contratada e por outros critérios definidos

ii. Risco de Mercado

O valor dos ativos que integram as carteiras de investimentos pode sofrer variações com as flutuações de preços no mercado. Em caso de queda do preço dos ativos, o patrimônio pode ser afetado negativamente. A queda nos preços dos ativos pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por período longo ou indeterminado.

Segundo o Art. 13 da Resolução CMN nº 3792/2009, as entidades devem acompanhar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos com o uso de modelo que limite a probabilidade de perdas máximas toleradas. Em atendimento à legislação, a identifi-

cação, avaliação, controle e monitoramento do risco de mercado dos investimentos do Economus é feito por meio do *Value at Risk (VaR)*, do *Benchmark - Value at Risk (B-VaR)* e do cálculo de DnP.

em Instruções Normativas internas. Para aquisição de títulos emitidos por instituição financeira, por meio de carteira própria e fundos exclusivos, o Economus deve observar a nota de crédito (*rating*) atribuída pela agência contratada e respectiva classificação de risco, conforme tabela acima, bem como a Instrução Normativa que trata do cálculo do limite técnico.

As Instruções Normativas internas também contemplam os procedimentos a serem adotados pela gestão em caso de agravamento e/ou perspectiva de agravamento do risco de crédito.

Adicionalmente, o crédito em questão deverá ser aprovado pelo Comitê de Investimentos.

O *Value-at-Risk (VaR)* estima a perda esperada, com base nos dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada. O *benchmark Value-at-Risk (B-VaR)* aponta, com um grau de confiança e para um horizonte de tempo pré-definido, qual a perda esperada em relação à carteira teórica do índice de referência. Para o cálculo de VaR e de B-VaR é utilizado o modelo não paramétrico, com horizonte de tempo de 21 dias úteis e intervalo de confiança de 95%.

O *Value-at-Risk (VaR)* estima a perda esperada, com base nos dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada. O *benchmark Value-at-Risk (B-VaR)* aponta, com um grau de confiança e para um horizonte de tempo pré-definido, qual a perda esperada em relação à carteira teórica do índice de referência. Para o cálculo de VaR e de B-VaR é utilizado o modelo não paramétrico, com horizonte de tempo de 21 dias úteis e intervalo de confiança de 95%.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

iii. Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é observado no horizonte de curto, médio e longo prazos, sendo:

I – Monitoramento de Liquidez de Curto Prazo: visa a observar e ajustar, com prudência, o percentual mínimo de locação em ativos de liquidez imediata, para fazer frente aos compromissos de curto prazo (2013);

iv. Risco Legal

A administração e o acompanhamento do risco legal são efetuados constantemente e visam a mensurar e quantificar a aderência de todas as carteiras de investimentos sob a luz da legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdên-

v. Risco Operacional

Os procedimentos relativos ao desenvolvimento operacional são monitorados pela Gerência de Controles (GECOT), por meio da Divisão de Controles Internos e Riscos (RISCO), cuja atribuição circula sobre a avaliação de todo o fluxograma de informações e procedimentos para identifi-

vi. Risco Sistêmico

A alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, bem como a diversificação de gestores externos e diferentes benchmarks de investimento, visando, desta maneira, a mitigar impactos de crises de grande magnitude sobre os ativos.

vii. Responsabilidade Socioambiental

Desde 2007, quando aderiu ao PRI (Princípios para o Investimento Responsável), o Economus observa, continuamente,

II – Monitoramento de Liquidez de Médio e Longo Prazos: visa a observar o comportamento do caixa dos planos de benefícios, considerando a aquisição, manutenção ou venda de ativos considerados pelo Economus de médio prazo (2014 a 2017) e longo prazo (2018 em diante). Esse monitoramento é realizado por meio de estudo de Gestão de Ativos e Passivos (ALM – Asset Liability Management).

cia Complementar. Essa atividade de avaliação é realizada pelo BB DIMEC, prestador de serviços de custódia centralizada, instituição financeira credenciada junto à CVM – Comissão de Valores Mobiliários - especialmente para esse fim.

car riscos intrínsecos às operações desenvolvidas pela gestão financeira. Como resultado desse mapeamento qualitativo e quantitativo, são elaborados planos de ação que possuem a intenção de mitigar os riscos dessa natureza.

Procurar-se-á, ainda, obter diversificação, no caso de risco de crédito privado, entre os vários setores de atividade econômica, de modo a ter uma distribuição de risco entre o setor bancário e o não financeiro, bem como entre os diversos setores deste último.

te, os Princípios de Responsabilidade Socioambiental.

17. Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Conforme o artigo 7º da Resolução nº 3.792, do CMN de 24/09/2009 e parágrafo 5º do artigo 35º da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, toda Entidade Fechada de Previdência Complementar deve designar um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ), responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos e prestação de informações relativas à aplicação, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos de-

mais administradores da Entidade. Deste modo, o Sr. Paulo Leite Julião foi nomeado pelo Conselho Deliberativo como Administrador Responsável do Economus Instituto de Seguridade Social. A seguir, apresentamos informações cadastrais do Administrador: Paulo Leite Julião, Diretor Financeiro, CPF.: 956.029.098-34 - Telefone: 11 3464 7607 e-mail: juliao@economus.com.br



GESTÃO CONTÁBIL

GESTÃO CONTÁBIL

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Balanco Patrimonial Consolidado (R\$ Mil)

ATIVO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
DISPONÍVEL		541	4.481	EXIGÍVEL OPERACIONAL		14.525	12.202
REALIZÁVEL		4.802.456	4.278.672	Gestão Previdencial		8.565	7.446
Gestão Previdencial	5.1	483.196	454.868	Gestão Administrativa		5.524	4.623
Gestão Administrativa	5.2	27.880	18.751	Investimentos		436	133
Investimentos	5.3	4.291.380	3.805.053	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	5.6	83.917	71.851
Títulos Públicos		2.323.920	2.075.468	Gestão Previdencial		60.648	50.365
Créditos Privados e Depósitos		241.600	393.998	Gestão Administrativa		17.941	16.393
Ações		102.539	101.501	Investimentos		5.328	5.093
Fundos de Investimento		1.495.430	1.111.508	PATRIMÔNIO SOCIAL		4.706.607	4.200.635
Investimentos Imobiliários		31.050	31.543	Patrimônio de Cobertura do Plano		4.551.894	4.049.291
Empréstimos		88.732	82.962	Provisões Matemáticas	5.7	4.525.800	4.125.207
Depósitos Judiciais/Recursais		5.287	5.093	Benefícios Concedidos		3.519.151	3.190.032
Outros Realizáveis		2.822	2.980	Benefícios a Conceder		1.384.975	1.314.914
PERMANENTE	5.4	2.052	1.535	(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(378.326)	(379.739)
Imobilizado		1.283	1.040	Equilíbrio Técnico	5.8	26.094	(75.916)
Intangível		769	495	Resultados Realizados		(394.117)	(496.828)
GESTÃO ASSISTENCIAL	5.5	523.097	487.235	(-) Déficit Técnico Acumulado		(394.117)	(496.828)
				Resultados a Realizar		420.211	420.912
				FUNDOS	5.9	154.713	151.344
				Fundos Previdenciais		126.200	128.941
				Fundos Administrativos		26.792	21.329
				Fundos dos Investimentos		1.721	1.074
				GESTÃO ASSISTENCIAL		523.097	487.235
TOTAL DO ATIVO		5.328.146	4.771.923	TOTAL DO PASSIVO		5.328.146	4.771.923

GESTÃO CONTÁBIL

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada (R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	3.779.723	3.517.450	7,46
1. Adições	864.004	598.302	44,41
(+) Contribuições Previdenciais	165.860	178.942	(7,31)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gest. Previd.	652.375	385.131	69,39
(+) Receitas Administrativas	24.239	19.629	23,49
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gest. Admin.	1.343	1.737	(22,68)
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	647	53	1.120,75
(+) Receitas Assistenciais	19.540	12.810	52,54
2. Destinações	(357.331)	(336.029)	6,34
(-) Benefícios	(315.301)	(285.890)	10,29
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(2.371)	(14.269)	(83,38)
(-) Despesas Administrativas	(18.961)	(20.441)	(7,24)
(-) Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(1.158)	(2.619)	(55,78)
(-) Despesas Assistenciais	(19.540)	(12.810)	52,54
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	506.673	262.273	93,19
(+/-) Provisões Matemáticas	400.593	305.782	31,01
(+/-) Fundos Previdenciais	(2.741)	45.062	(106,08)
(+/-) Fundos Administrativos	5.463	(1.695)	(422,30)
(+/-) Fundos dos Investimentos	647	53	1.120,75
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	102.711	(86.929)	(218,16)
(+/-) Gestão Assistencial	35.862	30.167	18,88
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	4.286.396	3.779.723	13,41

Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefício Grupo A (R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	16.830	15.911	5,78
1. Adições	5.773	5.304	8,84
(+) Contribuições	3.727	3.405	9,46
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gest. Previd.	2.046	1.894	8,03
(+) Reversão de Contingências - Gest. Previdencial	-	5	(100,00)
2. Destinações	(4.097)	(4.385)	(6,57)
(-) Benefícios	(2.343)	(2.909)	(19,46)
(-) Custeio Administrativo	(1.754)	(1.476)	18,83
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	1.676	919	82,37
(+/-) Provisões Matemáticas	(137)	(1.525)	(91,02)
(+/-) Fundos Previdenciais	249	753	(66,93)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.564	1.691	(7,51)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	18.506	16.830	9,96
C) Fundos não previdenciais	1.691	1.451	16,54
(+/-) Fundos Administrativos	1.691	1.451	16,54

Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefício Grupo B (R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	22.086	19.526	13,11
1. Adições	5.475	4.751	15,24
(+) Contribuições	3.307	2.696	22,66
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gest. Previd.	2.010	2.055	(2,19)
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	158	-	-
2. Destinações	(2.256)	(2.191)	2,97
(-) Benefícios	(854)	(1.053)	(18,90)
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	-	(116)	(100,00)
(-) Custeio Administrativo	(1.402)	(1.022)	37,18
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	3.219	2.560	25,74
(+/-) Provisões Matemáticas	909	365	149,04
(+/-) Fundos Previdenciais	1.827	759	140,71
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	483	1.436	(66,36)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	25.305	22.086	14,57
C) Fundos não previdenciais	806	573	40,66
(+/-) Fundos Administrativos	806	573	40,66

Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefício Grupo C (R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	3.117.146	3.003.420	3,79
1. Adições	660.215	388.731	69,84
(+) Contribuições	74.701	64.832	15,22
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gest. Previd.	585.514	323.899	80,77
2. Destinações	(289.873)	(275.005)	5,41
(-) Benefícios	(282.223)	(256.211)	10,15
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(2.529)	(14.158)	(82,14)
(-) Custeio Administrativo	(5.121)	(4.636)	10,46
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	370.342	113.726	225,64
(+/-) Provisões Matemáticas	269.472	184.664	45,93
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	100.870	(70.938)	(242,19)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	3.487.488	3.117.146	11,88
C) Fundos não previdenciais	19.170	15.801	21,32
(+/-) Fundos Administrativos	17.616	14.781	19,18
(+/-) Fundos dos Investimentos	1.554	1.020	52,35

GESTÃO CONTÁBIL

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefício PrevMais (R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	601.258	454.548	32,28
1. Adições	165.607	181.791	(8,90)
(+) Contribuições	102.802	124.507	(17,43)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gest. Previd.	62.805	57.284	9,64
2. Destinações	(40.281)	(35.081)	14,82
(-) Benefícios	(29.881)	(25.717)	16,19
(-) Custeio Administrativo	(10.400)	(9.364)	11,06
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	125.326	146.710	(14,58)
(+/-) Provisões Matemáticas	130.349	122.278	6,60
(+/-) Fundos Previdenciais	(4.817)	43.550	(111,06)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(206)	(19.118)	(98,92)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	726.584	601.258	20,84
C) Fundos não previdenciais	6.846	4.578	49,54
(+/-) Fundos Administrativos	6.679	4.524	47,63
(+/-) Fundos dos Investimentos	167	54	209,26

Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefício Grupo A (R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão (%)
1. Ativos	25.721	22.622	13,70
Disponível	98	-	-
Receb�vel	7.751	6.159	25,85
Investimento	17.872	16.463	8,56
Créditos Privados e Depósitos	2.860	7.437	(61,54)
Fundos de Investimento	15.012	9.026	66,32
2. Obrigações	5.524	4.341	27,25
Operacional	1.473	1.030	43,01
Contingencial	4.051	3.311	22,35
3. Fundos não Previdenciais	1.691	1.451	16,54
Fundos Administrativos	1.691	1.451	16,54
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	18.506	16.830	9,96
Provisões Matemáticas	8.000	8.137	(1,68)
Superávit/Déficit Técnico	3.449	1.886	82,87
Fundos Previdenciais	7.057	6.807	3,67

Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefício Grupo B (R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão (%)
1. Ativos	39.616	30.046	31,85
Disponível	301	1	30.000,00
Receb�vel	23.607	11.942	97,68
Investimento	15.708	18.103	(13,23)
Títulos Públicos	-	-	-
Créditos Privados e Depósitos	2.972	8.265	(64,04)
Fundos de Investimento	12.736	9.838	29,46
2. Obrigações	13.504	7.387	82,81
Operacional	829	538	54,09
Contingencial	12.675	6.849	85,06
3. Fundos não Previdenciais	807	573	40,84
Fundos Administrativos	807	573	40,84
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	25.305	22.086	14,57
Provisões Matemáticas	14.027	13.118	6,93
Superávit/Déficit Técnico	2.591	2.108	22,91
Fundos Previdenciais	8.687	6.860	26,63

Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefício Grupo C (R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variacão (%)
1. Ativos	3.981.879	3.604.485	10,47
Disponível	36	4.106	(99,12)
Receb�vel	471.572	453.322	4,03
Investimento	3.510.271	3.147.057	11,54
Títulos Públicos	2.323.920	2.075.468	11,97
Créditos Privados e Depósitos	173.725	260.171	(33,23)
Ações	102.539	101.501	1,02
Fundos de Investimento	807.013	602.055	34,04
Investimentos Imobiliários	31.050	31.543	(1,56)
Empréstimos	64.545	69.178	(6,70)
Depósitos Judiciais/Recursais	5.286	5.093	3,79
Outros Realizáveis	2.193	2.048	7,08
2. Obrigações	55.010	50.626	8,66
Operacional	5.760	5.329	8,09
Contingencial	49.250	45.297	8,73
3. Fundos não Previdenciais	19.169	15.801	21,32
Fundos Administrativos	17.616	14.781	19,18
Fundos dos Investimentos	1.553	1.020	52,25
4. Resultados a Realizar	420.211	420.912	(0,17)
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	3.487.489	3.117.146	11,88
Provisões Matemáticas	3.887.883	3.618.411	7,45
Superávit/Déficit Técnico	(400.394)	(501.265)	(20,12)

GESTÃO CONTÁBIL

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefício PrevMais (R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
1. Ativos	734.368	606.517	21,08
Disponível	50	1	4.900,00
Receível	7.059	4.773	47,89
Investimento	727.259	601.743	20,86
Créditos Privados e Depósitos	61.140	114.635	(46,67)
Fundos de Investimento	641.932	473.324	35,62
Empréstimos	24.187	13.784	75,47
2. Obrigações	938	682	37,54
Operacional	938	682	37,54
3. Fundos não Previdenciais	6.846	4.578	49,54
Fundos Administrativos	6.679	4.524	47,63
Fundos dos Investimentos	167	54	209,26
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	726.584	601.257	20,84
Provisões Matemáticas	615.891	485.541	26,85
Superávit/Déficit Técnico	237	443	(46,50)
Fundos Previdenciais	110.456	115.273	(4,18)

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado (R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	21.329	23.024	(7,36)
1. Custeio da Gestão Administrativa	45.122	34.175	32,03
1.1. Receitas	45.122	34.175	32,03
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	18.676	16.498	13,20
Custeio Administrativo dos Investimentos	5.376	444	1.110,81
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	58	850	(93,18)
Receitas Diretas	-	552	(100,00)
Resultado Positivo dos Investimentos	1.343	1.737	(22,68)
Reembolso da Gestão Assistencial	19.540	12.810	52,54
Outras Receitas	129	1.284	(89,95)
2. Despesas Administrativas	39.659	35.870	10,56
2.1. Administração Previdencial	14.205	16.078	(11,65)
Pessoal e encargos	7.460	6.155	21,20
Treinamentos/congressos e seminários	58	61	(4,92)
Viagens e estadias	172	158	8,86
Serviços de terceiros	3.539	5.657	(37,44)
Despesas gerais	1.351	1.266	6,71
Depreciações e amortizações	467	162	188,27
Contingências	1.158	2.619	(55,78)
2.2. Administração dos Investimentos	5.914	6.982	(15,30)
Pessoal e encargos	3.892	4.386	(11,26)
Treinamentos/congressos e seminários	25	35	(28,57)
Viagens e estadias	49	60	(18,33)
Serviços de terceiros	1.242	1.709	(27,33)
Despesas gerais	705	761	(7,36)
Depreciações e amortizações	1	31	(96,77)
2.3. Administração Assistencial	19.540	12.810	52,54
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	-
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	5.463	(1.695)	(422,30)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	5.463	(1.695)	(422,30)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	26.792	21.329	25,61

Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefício Grupo A (R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	11.449	10.023	14,23
1. Provisões Matemáticas	8.000	8.137	(1,68)
1.1. Benefícios Concedidos	1.746	1.592	9,67
Benefício Definido	1.746	1.592	9,67
1.2. Benefício a Conceder	6.254	6.545	(4,45)
Benefício Definido	6.254	6.545	(4,45)
2. Equilíbrio Técnico	3.449	1.886	82,87
2.1. Resultados Realizados	3.449	1.886	82,87
Superávit técnico acumulado	3.449	1.886	82,87
Reserva de contingência	2.000	1.886	6,04
Reserva para revisão de plano	1.449	-	-

Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefício Grupo B (R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	16.618	15.226	9,14
1. Provisões Matemáticas	14.027	13.118	6,93
1.1. Benefícios Concedidos	7.834	6.917	13,26
Benefício Definido	7.834	6.917	13,26
1.2. Benefício a Conceder	6.193	6.201	(0,13)
Benefício Definido	6.193	6.201	(0,13)
2. Equilíbrio Técnico	2.591	2.108	22,91
2.1. Resultados Realizados	2.591	2.108	22,91
Superávit técnico acumulado	2.591	2.108	22,91
Reserva de contingência	2.591	2.108	22,91

GESTÃO CONTÁBIL

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefício Grupo C (R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	3.907.700	3.538.058	10,45
1. Provisões Matemáticas	3.887.883	3.618.411	7,45
1.1. Benefícios Concedidos	3.347.684	3.057.600	9,49
Benefício Definido	3.347.684	3.057.600	9,49
1.2. Benefício a Conceder	918.524	940.550	(2,34)
Benefício Definido	918.524	940.550	(2,34)
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(378.325)	(379.739)	(0,37)
(-) Déficit equacionado	(378.325)	(379.739)	(0,37)
(-) Patrocinador(es)	(189.163)	(189.870)	(0,37)
(-) Participantes	(50.237)	(50.482)	(0,49)
(-) Assistidos	(138.925)	(139.387)	(0,33)
2. Equilíbrio Técnico	19.817	(80.353)	(124,66)
2.1. Resultados Realizados	(400.394)	(501.265)	(20,12)
(-) Déficit técnico acumulado	(400.394)	(501.265)	(20,12)
2.2. Resultados a realizar	420.211	420.912	(0,17)

Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefício PrevMais (R\$ Mil)

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	616.128	485.984	26,78
1. Provisões Matemáticas	615.891	485.541	26,85
1.1. Benefícios Concedidos	161.887	123.922	30,64
Contribuição Definida	38.897	28.740	35,34
Benefício Definido	122.990	95.182	29,22
1.2. Benefício a Conceder	454.004	361.619	25,55
Contribuição Definida	454.004	361.619	25,55
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	221.309	175.134	26,37
Saldo de contas - parcela participantes	232.695	186.485	24,78
2. Equilíbrio Técnico	237	443	(46,50)
2.1. Resultados Realizados	237	443	(46,50)
Superávit técnico acumulado	237	443	(46,50)
Reserva de contingência	237	443	(46,50)

1. Contexto Operacional

O Economus - Instituto de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, constituída em 1º de setembro de 1977 e patrocinada pelo Banco do Brasil S.A. e pelo próprio Economus, exclusivamente para os empregados oriundos do Banco Nossa Caixa S.A. e do Economus. Administra planos de previdência na modalidade de Benefício Definido (BD) e de Contribuição Variável (CV), também opera planos de assistência à saúde, regulados pela ANS e destina-se a prover assistência médica de qualidade aos empregados do Banco do Brasil S/A, do Economus e aos participantes do Fundo Economus de Assistência Social (FEAS).

As normas de controle e fiscalização que o Economus obedece são emanadas pelo Ministério da Previdência Social, por meio do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB), da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Os recursos de que o Economus dispõe são oriundos de contribuições das suas patrocinadoras (Banco do Brasil e Economus), assistidos e seus participantes, e pelos rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto na Resolução 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A gestão dos investimentos é realizada na forma de multifundo, situação que caracteriza uma gestão segregada dos recursos por plano administrado e indica que os ativos não estão investidos de forma coletiva.

2. Planos Administrados

O Economus administra quatro planos de benefícios, que estão inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) das entidades fechadas de previdência complementar mantido pela PREVIC. Além dos planos de benefícios, o Economus também possui um Plano de Gestão Administrativa (PGA).

Os planos desenhados na modalidade de benefício definido (BD) têm como finalidade a complementação dos benefícios assegurados pelo INSS aos seus participantes, a saber: BD - Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B), Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A) e Regula-

mento Geral (Grupo C).

Regulamento Complementar nº 1 - Grupo B, (CNPB nº 1978000219) assegura o pagamento de complementação de auxílio doença e de pecúlio por invalidez para os participantes em atividade, além de pecúlio por morte para todos os dependentes dos participantes que forem elegíveis ao recebimento de pensão. A quantidade de participantes tem a seguinte composição:

	2012	2011
Participantes	1.245	1.255
Aposentados	8	9
Pensionistas	2	2
Total	1.255	1.266

Regulamento Complementar nº 2 - Grupo A (CNPB nº 1978000383) assegura o pagamento do benefício de pecúlio por morte. A quantidade de participantes tem a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2012	2011
Participantes	1.277	1.342
Pensionistas	7	7
Total	1.284	1.349

Regulamento Geral - Grupo C (CNPB nº 1978000138) assegura o pagamento da complementação de benefícios de prestação continuada, a saber: aposentadorias, pensão por morte e auxílio doença. Além desses, também está assegurado o pagamento, em forma de prestação única, de pecúlio por morte e por invalidez. A quantidade de participantes tem a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2012	2011
Ativos	41	44
Autopatrocinado - Não Saldado	1	1
Autopatrocinado - Saldado	45	57
Participantes em Benefício Proporcional Diferido - BPD	22	23
Optantes pelo Saldamento	5.407	5.617
Aposentados	5.901	5.749
Pensionistas	423	416
Total	11.840	11.907

Em 10 de novembro de 2004, o Conselho Deliberativo do Economus aprovou o saldamento do Plano de Benefícios, instituído no Regulamento Geral - Grupo C para os empregados do Banco Nossa Caixa S.A., incorporado pelo Banco do Brasil S.A. em novembro de 2009.

O processo de saldamento foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atualmente Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), em 30 de dezembro de 2005, por meio do Ofício nº 2.713, reconhecendo que a base do benefício complementar fosse calculada considerando os efeitos da Lei nº 9.876/99, que instituiu o fator previdenciário e a aplicação da média dos salários de contribuição de julho de 1994 em diante.

De forma concomitante ao saldamento, foi criado o PrevMais.

O PrevMais foi instituído na modalidade de contribuição variável (CV), (CNPB nº 2006003429). Estão previstos os benefícios de renda mensal vitalícia ou programada e suplementação de auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte. A quantidade de participantes tem a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2012	2011
Ativos	9.278	9.239
Autopatrocinado - não Saldado	78	82
Autopatrocinado - Saldado	184	327
Participantes desligados que não manifestaram as respectivas opções pelos institutos	474	486
Participantes em BPD	7	15
Aposentados	1.022	847
Pensionistas	53	39
Total	11.096	11.035

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa do Economus, na forma do seu Regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo, por meio da Ata nº 384, de 06 de dezembro de 2011.

3. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Economus estão sendo apresentadas em atendimento às práticas contábeis ado-

tadas no Brasil aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar, reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB), especificamente a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, Resolução CGPC nº 29 de 31 de agosto de 2009, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e as demais práticas contábeis brasileiras, quando for o caso. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado dos ativos e passivos de curto e longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC's reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcionem informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

No item 17 das Normas Gerais da Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, são apresentadas as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS (consolidada), Demonstração do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial), Demonstração da Mutações do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (consolidada) e a Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano – DOAP (por plano de benefício previdencial).

As Demonstrações Contábeis consolidadas incluem os saldos das contas do Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B), Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A) e Regulamento Geral (Grupo C), PrevMais e do PGA. Cada Plano de Benefícios tem sua contabilidade estruturada em Gestão Previdencial e Investimentos.

De acordo com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os planos assistenciais à saúde, com registro e em situação ativa na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, devem efetuar e manter sua contabilidade em separado, de forma a possibilitar a identificação, a independência do patrimônio e a adequação à legislação aplicável estabelecida pela ANS.

Em atendimento à legislação vigente, o Economus está

apresentando as informações financeiras dos planos assistenciais à saúde em separado, mas como parte das Demonstrações Contábeis, conforme demonstrado nas Informações Suplementares da Gestão Assistencial.

Estimativas e premissas, consideradas prudentes pela Administração, foram utilizadas na preparação dessas demonstrações contábeis, incluindo a mensuração do valor justo dos ativos financeiros e não financeiros, a provisão para contingências e a provisão para passivos atuariais. Essas premissas e estimativas são revistas anualmente pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os quadros, as informações e os demonstrativos constantes das notas explicativas estão expressos em milhares de reais, sendo o Real a moeda funcional do Economus.

4. Principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração e foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as normas contábeis regulamentadas pelo Conselho de Gestão de Previdência Complementar – CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, que não requerem a adoção plena dos Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. As práticas contábeis adotadas pelo Economus são específicas para o segmento das entidades fechadas de previdência complementar e estão descritas a seguir:

a. Resultado das operações

O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto o recebimento das contribuições dos participantes autopatrocinados, que são registrados pelo regime de caixa.

b. Gestão previdencial

Representa os recursos a receber de cada plano de benefícios, relativos às contribuições normais e contribuições extraordinárias dos patrocinadores, participantes, assistidos e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio, bem como o valor de resultados a realizar de títulos e valores mobiliários, pelo diferencial da taxa de juros dos títulos mantidos até o vencimento e a taxa de juros das obrigações atuariais. Também é constituído pelos valores

dos depósitos judiciais e recursais, em processo de conciliação junto ao patrocinador, referentes aos planos de benefícios Regulamento Complementar 1 - Grupo B e nº 2 - Grupo A.

c. Gestão administrativa

Registra as atividades referentes à gestão administrativa do Economus na forma de seu regulamento.

d. Investimentos

Os rendimentos gerados pelos investimentos são contabilizados diretamente no resultado do exercício, independentemente da categoria em que estão classificados.

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários compõem-se de títulos públicos, créditos privados e depósitos, ações e fundos de investimentos.

Conforme determinam as Resoluções nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e nº 14, de 23 de agosto de 2005, e o item 14 da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os títulos de Renda Fixa são registrados ao custo de aquisição e estão classificados nas seguintes categorias:

i. Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem negociados independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição, os quais são contabilizados pelo valor de mercado.

ii. Títulos mantidos até o vencimento

Os títulos para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” e o critério de avaliação contábil é do rendimento pela curva de forma proporcional (pro rata dia) até o vencimento.

Investimentos imobiliários

Edificações locadas a terceiros são demonstradas pelo custo de aquisição, depreciadas mensalmente, de acordo com as taxas correspondentes ao tempo de vida útil e ajustadas por meio de reavaliações a cada três anos (última reavaliação em 2011). Os resultados dos ajustes positivos ou nega-

tivos são contabilizados nas contas específicas em contrapartida com a conta “investimento imobiliário” do resultado. Essa prática tem por finalidade atualizar periodicamente o valor contábil dos imóveis a valor justo. (Nota 5.3 ii).

Fundos Imobiliários

São registrados de acordo com o valor da cota informada pelo administrador responsável pelo Fundo.

Empréstimos

Registra os empréstimos concedidos, acrescidos dos encargos contratuais incorridos até 31 de dezembro de 2012. Os empréstimos são concedidos aos participantes dos planos de benefícios administrados pelo Economus.

Os prazos contratuais variam de acordo com o Plano em que o participante está registrado.

Para o registro contábil da provisão para créditos de liquidação duvidosa, são observados os seguintes critérios:

i. No caso de atraso entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias: 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos;

ii. No caso de atraso entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias: 50% (cinquenta por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos;

iii. No caso de atraso entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias: 75% (setenta e cinco por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos;

iv. No caso de atraso superior a 360 (trezentos e sessenta) dias: 100% (cem por cento) sobre o valor dos créditos vencidos e vincendos.

Na hipótese de haver o provisionamento de 100% do saldo devedor, o plano de benefícios detentor de crédito é ressarcido integralmente pelo fundo contábil de contingência (risco de crédito) que, a partir desse momento, assume a posição dos eventuais devedores.

Outros realizáveis

Composto pelos seguintes investimentos:

- Investimento em controlada, avaliado pelo método de

equivalência patrimonial; e

- Depósito judicial para exercer o direito na subscrição de ações da Ambev.

e. Provisão para perdas

A provisão para perdas em investimentos são efetuadas, segundo critérios definidos no item 11 das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. As provisões são contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento do ativo. Portanto, os investimentos estão apresentados pelo seu valor líquido.

f. Ativo Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em outras circunstâncias que indiquem a possibilidade de perda dos seus valores.

- A depreciação é feita pelo método linear, com taxa anual de 10% para móveis e utensílios; 20% para máquinas e equipamentos, veículos e hardware.
- Intangível: composto por softwares e licenças de uso, são amortizados pelo método linear com taxa anual de 20%.

g. Exigível operacional

Registra as obrigações conhecidas e calculáveis de cada gestão, pelo custo mais atualizações monetárias, quando aplicáveis.

h. Exigível contingencial

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras, quando aplicável.

Passivos contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma consequente saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação. Para as causas substancialmente composta por reclamatórias trabalhistas, cuja a responsabilidade é do Patrocinador, a provisão do Economus limita-se aos respectivos depósitos judiciais.

Os depósitos judiciais efetuados pelo Economus e as provisões contingenciais são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a exceção das provisões de seguro de vida, que são atualizadas pela taxa de poupança.

i. Imposto de renda, contribuição social e contribuições (PIS e COFINS)

O Economus, por se tratar de uma entidade fechada de previdência complementar e não ter fins lucrativos, é isento da apuração de Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, do PIS e da COFINS.

j. Patrimônio social

Composto pelos recursos acumulados para fazer frente às obrigações de cada plano, o patrimônio social compreende o patrimônio de cobertura do plano e os fundos, segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos. As contas que compõem o patrimônio social são classificadas em:

I. Patrimônio de cobertura do plano **Provisões matemáticas**

Representam, ao final de cada exercício, o valor dos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes, assistidos e beneficiários, com base em cálculos atuariais, elaborados por atuários externos.

i. Benefícios concedidos e a conceder

As provisões matemáticas de benefícios concedidos repre-

sentam o valor atual dos compromissos futuros em relação aos assistidos, ao passo que as provisões de benefícios a conceder constituem o valor atual dos compromissos futuros, pelo método de crédito unitário projetado, avaliados proporcionalmente ao tempo de adesão, em relação aos participantes que ainda não iniciaram o recebimento do benefício de aposentadoria.

Benefícios do plano com a geração atual

Representam o valor atual dos compromissos futuros, calculado pelo método de crédito unitário projetado, avaliado à época do benefício, em relação aos participantes que ainda não adquiriram o direito ao benefício de complementação da aposentadoria por tempo de contribuição ou idade.

Outras contribuições da geração atual

Representam o valor atual das contribuições futuras a serem realizadas pelos patrocinadores e pelos participantes da geração atual que ainda não estejam em gozo do benefício de prestação continuada. Exclui-se toda contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes nesse plano, bem como, as contribuições a serem recolhidas, tanto pelos integrantes da geração atual durante o período de percepção do benefício quanto pelos patrocinadores sobre o valor dos benefícios a serem pagos a esses integrantes.

ii. (-) Provisões matemáticas a constituir

Representam, de acordo com o Plano Anual de Custeio, o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referentes aos déficits equacionados.

Equilíbrio técnico

É determinado em função dos resultados realizados e a realizar.

Resultados realizados

São os resultados acumulados oriundos dos planos de benefícios, compostos por "Superávit Técnico" e pela conta redutora "Déficit Técnico".

Superávit/Déficit técnico acumulado

Representa o excedente ou a insuficiência patrimonial de

recursos para a cobertura das provisões matemáticas (recursos necessários para arcar com o pagamento de benefício dos participantes). Para efeito do cálculo das provisões matemáticas (reservas atuariais), o atuário externo baseou-se na legislação que regula as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e nos respectivos Regulamentos dos Planos de Benefícios (Nota 5.8).

Resultados a realizar

Representa os resultados antecipados dos ajustes dos títulos, em decorrência da diferença positiva auferida entre o valor presente apurado pelos respectivos custos de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos dos títulos, componentes da categoria “títulos mantidos até o vencimento” e o valor presente destes títulos, considerando a taxa de desconto utilizada na última avaliação atuarial, em 31 de dezembro de 2012, com a devida anuência do órgão fiscalizador. Em 31 de dezembro de 2012, o plano de benefícios - Grupo C apresentou o montante de R\$ 420.211, contra um montante de R\$ 420.912, em 2011.

II. Fundos

Fundos são valores constituídos com finalidades específicas de acordo com sua origem, podendo ser previdencial, administrativo e de investimentos.

O fundo para cobertura de oscilação de riscos da gestão previdencial é calculado pelo atuário externo, conforme expresso em nota técnica atuarial de cada plano, sendo constituído para suportar possíveis desvios probabilísticos nas ocorrências de morte, invalidez e doença, em relação ao estimado no estudo (cálculo atuarial), assim como para cobertura de eventual rendimento inferior ao exigido para a atualização (correção) de benefícios concedidos (aposentadorias).

O fundo administrativo do plano de gestão administrativa é formado pelas receitas, deduzidas das despesas, acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos, da constituição e reversão das contingências contabilizadas no grupo de contas da gestão administrativa.

O fundo dos investimentos é constituído por meio da aplicação de percentual, denominado taxa de contingência, incidente sobre as parcelas pagas dos empréstimos quitados pelos participantes. Esse montante será utilizado

para cobertura do saldo devedor dos mutuários inadimplentes, assim como para o pagamento dos custos decorrentes das medidas judiciais cabíveis. A utilização dos recursos desse fundo somente poderá ser efetivada mediante autorização dos órgãos deliberativos do Economus e depois de cessadas as chances de êxito na recuperação dos créditos.

k. Gestão assistencial

As diretrizes contábeis referentes à Gestão Assistencial estão descritas nas Informações Suplementares da Gestão Assistencial.

l. Despesas administrativas

As despesas administrativas são segregadas por tipo de gestão (Gestão previdencial, Gestão de investimentos e Gestão assistencial), de acordo com critérios pré-estabelecidos e aprovados por ocasião da elaboração do Orçamento Anual do Economus.

As despesas administrativas diretas de cada gestão são registradas nos respectivos grupamentos contábeis definidos pela Resolução CNPC Nº 8, de 31 de outubro de 2011, no ato da ocorrência do fato contábil, sendo as despesas comuns às diversas gestões registradas nas contas contábeis da gestão previdencial e segregadas para as demais, ao final de cada mês, através dos critérios pré-estabelecidos.

Os critérios utilizados para a segregação das despesas administrativas indiretas são apurados a partir de variáveis que observam o consumo da estrutura (espaço físico, quantidade de pessoas, área ocupada etc.) e a dedicação de cada área administrativa para cada tipo de Gestão.

m. Custeio administrativo

Os recursos da Gestão Administrativa são oriundos do custeio administrativo repassados pelos Planos de Previdência, conforme o regulamento de cada Plano e registrados de forma segregada. Estes recursos são destinados exclusivamente ao pagamento das despesas administrativas das gestões previdencial e de investimentos, sendo as despesas administrativas relacionadas à gestão assistencial reembolsadas integralmente pelas receitas administrativas dos planos assistenciais.

As sobras, bem como as eventuais despesas que excederem esses percentuais, serão incorporadas ao Fundo Administrativo.

Em 2012, o custeio administrativo teve as seguintes fontes:

- Custeio administrativo Previdencial – BD correspondente a contribuição de 0,90% dos salários reais de participação (ativos) e das complementações (assistidos), sendo o mesmo percentual cobrado dos patrocinadores. Para os participantes autopatrocinados, a contribuição corresponde a 1,80% do salário real de participação.
- Custeio administrativo Previdencial – CV correspondente à cobrança de contribuição, que varia de 0,15% a 0,94% sobre o salário de benefício dos participantes, 0,90% sobre a complementação paga aos assistidos, sendo a contribuição dos patrocinadores paritária a dos participantes e assistidos. Para os participantes autopatrocinados, a contribuição varia de 0,30% a 1,88% sobre o salário de benefício;
- Custeio administrativo de Investimento – correspondente ao reembolso mensal dos gastos específicos realizados na gestão de investimentos de cada plano;
- Receitas de administração de empréstimos – correspondente à taxa de administração recebida da realização de operações de empréstimos aos participantes

n. Resultado administrativo

O resultado administrativo é apurado mensalmente, sendo este registrado contabilmente de forma segregada pelos diversos planos previdenciais administrados pelo Economus, conforme determinação da Resolução CNPC Nº 8, de 31 de outubro de 2011 e IN 34, de 24 de setembro de 2009.

5. Composição por gestões

5.1. Gestão Previdencial

A composição do ativo realizável da gestão previdencial está demonstrada como segue:

DESCRIÇÃO	2012	2011
Gestão previdencial	483.196	454.868
Contribuições normais	1.794	199
Patrocinadores (a)	1.375	90
Participantes	358	109
Autopatrocinados	61	-
Contribuições contratadas	4.410	965
Patrocinadores (b)	3.550	343
Participantes	730	502
Autopatrocinados	130	120
Adiantamentos	1.324	741
Adiantamentos diversos	1.324	741
Resultados a realizar (c)	420.211	420.912
Diversos		
Gestão previdencial depósitos judiciais/Recursais	43.571	26.042
Outros realizáveis (d)	11.886	6.009

(a) (b) A variação apontada nos itens se deu devido ao recebimento das contribuições, de dezembro/2012, terem ocorrido nos primeiros dias de janeiro/2013.

(c) Contabilização - Resultados a Realizar. Durante os exercícios de 2002 e 2003, o Economus adquiriu títulos de baixo risco de crédito, Notas do Tesouro Nacional - NTN-C, cujo cupom médio de aquisição foi de 10,22% ao ano, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento e estão alocados ao plano de benefícios do Regulamento Geral - Grupo C.

Os rendimentos a serem gerados por esses papéis, classificados na rubrica Resultados a Realizar, em 31 de dezembro de 2012, representam o montante de R\$ 420.211 (em 2011, R\$ 420.912) de receitas futuras, já reconhecido contabilmente.

A Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), autorizou, em 09 de junho de 2006, por meio do ofício nº 2206/SPC/GAB, o registro contábil como Resultados a Realizar, condicionando tal registro à manutenção destes títulos até seu respectivo vencimento, ao Saldamento do Plano de Benefícios do Regulamento Geral (Grupo C) e à implantação do Plano de Contribuição Variável - PrevMais.

(d) Composto principalmente pelos valores, em processo de conciliação junto ao patrocinador, referentes aos depósitos judiciais e recursais efetuados pelos planos de benefícios A e B, no montante de R\$ 11.726 (em 2011 - R\$ 5.843).

5.2. Gestão administrativa

DESCRIÇÃO	2012	2011
Gestão Administrativa	27.880	18.751
Contas a receber	11.619	4.682
Transferência entre administrativos (a)	6.753	1.428
Taxa administrativa folha aposentado	1.229	1.229
Contribuições para o custeio	1.519	395
Responsabilidade dos empregados	201	76
Responsabilidade de terceiros	27	18
Outros recursos a receber	1.890	1.536
Despesas antecipadas	20	21
Gestão administrativa depósitos judiciais/recursais	16.209	13.977
	32	71

(a) O acréscimo ocorreu devido ao não repasse da taxa de administração da Gestão Assistencial para o Plano de Gestão Administrativo – PGA.

5.3. Gestão de investimentos

O Economus utiliza-se da gestão direta (carteira própria) e da gestão indireta (fundos de investimentos) como instrumentos para viabilizar as operações financeiras. Neste contexto, a Entidade opera com investimentos em renda fixa, renda variável, fundos de investimentos, investimentos imobiliários, empréstimos a participantes e outros realizáveis, conforme descrição detalhada para cada tipo de investimento:

Renda fixa

Os títulos públicos federais e os títulos privados (empresas) são adquiridos com o intuito de diminuir a volatilidade do portfólio, principalmente aqueles atrelados a índices de preço, objetivando a proteção do passivo atuarial do Regulamento Geral (Grupo C). São demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até 31 de dezembro de 2012, e se encontram classificados nas categorias de Títulos Mantidos até o Vencimento e Títulos para Negociação.

Renda variável

Os ativos registrados nesse segmento correspondem às aplicações em ações adquiridas no mercado à vista. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos de despesas de corretagem e outras taxas e precificadas ao valor de mercado pela cotação do último dia em que a ação tenha sido negociada em bolsa de valores (B&MF Bovespa).

Fundos de investimentos

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimentos são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço. Alguns ativos relevantes alocados nesses fundos são precificados pelo valor econômico, conforme previsto na Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002 e de acordo com o item 17.b das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

a. Composição da carteira de investimentos

Os títulos de Renda Fixa e Renda Variável encontram-se custodiados no Banco do Brasil (de Janeiro a Outubro/2012 estavam custodiados pelo Citibank S.A.) e a carteira de investimentos, em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, está composta conforme discriminado a seguir:

INVESTIMENTOS	31/12/2012	31/12/2011
Títulos Públicos Federais	2.323.920	2.075.468
Notas do Tesouro Nacional	2.323.920	2.075.468
1.1 Créditos Privados e Depósitos	241.600	393.998
Instituições Financeiras	212.724	347.782
Certificado de Depósito Bancário	133.878	261.772
Recibo de Depósito Bancário	63.517	86.010
Letras Financeiras Privadas	15.329	-
Companhias Abertas	28.876	46.216
Petrobrás	-	17.846
Bndespar	28.876	28.370
Ações	102.539	101.501
Instituições Financeiras	28.127	20.981
Companhias Abertas	74.412	80.520
Fundos de Investimentos	1.495.430	1.111.508
Renda Fixa	786.140	531.605
Ações	523.685	432.338
Multimercado	40.422	36.296
Direito Creditórios	60.967	64.432
Participações	48.498	37.546
Imobiliário	35.718	9.291
Investimentos Imobiliários	31.050	31.543
Imóveis	30.836	31.314
Aluguéis e Renda	214	229
Locadas a Patrocinador (es)	115	100
Locadas a Terceiros	99	129
Empréstimos e Financiamentos	88.732	82.962
Empréstimos	88.732	82.962
Investimentos Depósitos Judiciais / Recursais	5.287	5.093
Outros Realizáveis	2.822	2.980
Total dos Investimentos	4.291.380	3.805.053

b. Composição da gestão de investimentos

i. Títulos de Renda Fixa e Renda Variável

INVESTIMENTOS	Segmento	2012		2011	
		Valor Contábil	Valor de mercado	Valor Contábil	Valor de mercado
A- Títulos para negociação					
Fundos de renda fixa	Renda fixa	784.287	784.287	531.194	531.194
Títulos de renda fixa	Renda fixa	-	-	-	-
Títulos públicos (a)	Renda fixa	544.749	544.749	408.430	408.130
Créditos privados e depósitos	Renda fixa	16.842	16.842	130.552	130.552
Carteira de ações	Renda variável	102.539	102.539	101.501	101.501
Fundos - empréstimos	Renda fixa	1.853	1.853	1.074	1.074
Fundos de renda variável	Renda variável	416.058	416.058	382.088	382.088
Total (1)		1.866.328	1.866.328	1.554.839	1.554.539
B- Títulos mantidos até o vencimento					
Fundos de renda fixa	Renda fixa	60.967	60.967	64.432	64.432
Títulos públicos (a)	Renda fixa	1.779.171	2.683.943	1.667.038	2.170.757
Créditos privados e depósitos	Renda fixa	224.758	224.748	263.446	263.435
Fundos de renda variável (b)	Renda variável	107.627	107.627	50.250	50.250
Investimentos estruturados	Invest. estruturados	124.638	124.638	82.469	82.469
Total (2)		2.297.161	3.201.923	2.127.635	2.631.343
Total (1+2)		4.163.489	5.068.251	3.682.474	4.185.882
Investimentos imobiliários		31.050	31.050	31.543	31.543
Empréstimos		88.732	88.732	82.963	82.963
Depósito Judicial		5.287	5.287	5.093	5.093
Outros Realizáveis		2.822	2.822	2.980	2.980
Total investimentos		4.291.380	5.196.142	3.805.053	4.308.461

- a. A diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos títulos públicos deve ser analisada em conjunto com a nota nº 5.1 - Resultados a Realizar.
b. Os fundos de renda variável FIA S.A. Expertise, FIA M. Square e FIA Sinergia são classificados "Títulos mantidos até o vencimento".

Em dezembro de 2012, o Economus realizou a reclassificação de títulos públicos NTN-B que integram a carteira própria do Plano C de "Títulos Mantidos até o Vencimento" para "Títulos para Negociação", no montante de R\$ 57.108. Esta reclassificação teve como objetivo possibilitar o desinvestimento dessas NTN-Bs com vencimento em 2024 e 2035, substituindo-as por títulos de maior duration, conforme oportunidades de mercado.

Estudos realizados, em novembro de 2012 (ALM - Asset Liability Management), mostraram que o alongamento da carteira de ativos reduzirá o risco de reinvestimento sem comprometimento da liquidez (projeção do caixa) do Plano C.

Os ganhos decorrentes da reclassificação dos títulos mantidos até o Vencimento e títulos para Negociação foram reconhecidos imediatamente no resultado de 2012 pelo valor de R\$ 15.367.

Fundos Exclusivos

Em 31 de dezembro de 2012, os fundos exclusivos do Economus representam um montante de R\$ 683.437, contra um montante de R\$ 355.631, em 2011.

Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimentos exclusivos estão assim demonstrados:

GESTÃO CONTÁBIL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (R\$mil)

FUNDOS EXCLUSIVOS	2012	2011
	Ativo/ Passivo	Ativo/ Passivo
A- Singular Eco FIC de FIM	50.799	35.632
Fundo Advis Enduro 30 FicFim	1.462	390
Fundo Advis Delta 30 FicFi	443	373
Advis Delta FicFim	2.872	2.769
Cshg VII FicFim	2.079	1.746
Duna Ls 60 Fic de FI	2.876	2.007
Advis Enduro Fic Fim	2.121	1.701
Gap Absoluto Fim	5.384	3.146
Gap Ações Fia	-	894
Gap Long Short Fim	1.935	1.770
Itaú Soberano Refere	812	503
Jgp Max Fic Fim	4.610	4.445
Kadima 30 FIC Fim	3.053	2.167
Kondor Max Fic Fim	6.472	4.868
Mellom Fir Di Lp	38	11
Murano Fic de Fim	1.720	1.728
Oceaba Ls Fim	1.724	-
Polo Macro Fim	3.586	-
Spx Nimitz Fdr FicFi	4.379	3.926
Squadra Long Biased	1.044	631
Studio Fic Fia	1.018	-
Ventor Hedge Fim	3.259	2.575
Valores a pagar	(88)	(18)
B- Schroder Eco Plus FIA	94.302	181.119
Letra Financeira do Tesouro	-	486
Nota do Tesouro Nacional B	1.360	-
Ações de Cias Abertas	75.392	134.973
Ações em Empréstimos -Dadas	15.645	44.851
Depósitos à vista	14	25
Valores a receber	4.275	4.399
Valores a pagar	(2.384)	(3.615)
C- Citibank FI Renda Fixa Eco	-	128.660
Letra Financeira	-	24.429
Letra do Tesouro Nacional	-	12.571
Letra Financeira do Tesouro	-	12.668
Nota do Tesouro Nacional B	-	3.996
Nota do Tesouro Nacional F	-	47.342
Cdb Pos (CDI)	-	11.965
Dpge % CDI	-	1.852
Nota Crédito	-	2.527
Snd	-	11.339
Valores a pagar	-	(29)

FUNDOS EXCLUSIVOS	2012	2011
	Ativo/ Passivo	Ativo/ Passivo
D- Operação Compromissada	-	8.609
Letra do Tesouro Nacional	-	5.184
Safra Leasing S/A Arrend. Mercantil	-	3.425
E- Cotas de Fundos de Renda Fixa	-	1.611
F- BB ECO PREMIUM IMA-B FI Renda Fixa	60.466	-
Letra Financeira Subord. BB POS	2.134	-
Nota do Tesouro Nacional B	50.101	-
Debentures Simples – IPCA	4.353	-
Depósitos à vista	18	-
Valores a receber	3.865	-
Valores a pagar	(5)	-
G- BB RENDA FIXA ECO SILVER FI	355.629	-
CDB / RDB Pós-Fix Bcos Oficiais	9.004	-
CDB / RDB Pós-Fix Bcos Privados	10.855	-
Contratos Mercado Futuro	4	-
Cotas de FDIC Outros Bancos	1.515	-
Debentures	14.692	-
DPGE Depósito a Prazo Garantia Especial	19.955	-
Letras Financeiras	13.199	-
Letra Financeira do Tesouro	43.099	-
Letras Financeiras Subordinadas	9.771	-
Letras do Tesouro Nacional	100.501	-
Nota do Tesouro Nacional B	9.638	-
Depósitos à vista	59	-
Valores a receber	123.347	-
Valores a pagar	(10)	-
H - BB ECO GOLD FUNDO DE INVEST. AÇÕES	122.241	-
Instituições Financeiras	19.023	-
Companhias Abertas	98.068	-
Patrocinador	4.214	-
Índice Bovespa Futuro	2	-
Depósitos à vista	332	-
Valores a receber	2.779	-
Valores a pagar	(2.177)	-
Total	683.437	355.631

ii. Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários, ao final do exercício de 2012, podem ser demonstrados como segue:

DESCRIÇÃO	2011	Deduções	Depreciações	2012
Terrenos	14.094	-	-	14.094
Aluguéis	229	(15)	-	214
Edificações	17.220	-	(478)	16.742
Total	31.543	(15)	(478)	31.050

O Economus possui imóveis locados ao patrocinador e a terceiros. Durante o exercício de 2012, os aluguéis recebidos totalizaram R\$ 2.791, contra um montante de R\$ 2.193 em 2011.

iii. Investimentos com Empréstimos

Segue a movimentação da carteira de empréstimo em 2012:

DESCRIÇÃO	2011	Concessões	Amortizações	Juros	2012
Empréstimo a participante	83.111	69.873	(51.124)	(13.052)	88.808
Provisão liquidação duvidosa	(149)	314	(241)	-	(76)
Total	82.962	70.187	(51.365)	(13.052)	88.732

iv. Total dos Investimentos

Em 31 de dezembro de 2012, o custo atualizado por vencimento está distribuído da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2012	2011
A vencer em até um ano	147.434	139.105
A vencer entre um e cinco anos	1.118.360	1.108.815
A vencer após cinco anos	1.615.431	1.465.294
Vencimento indeterminado	1.410.155	1.091.839
Total	4.291.380	3.805.053

A administração dos investimentos da carteira própria é efetuada pelo Economus, tendo esses recursos o Banco do Brasil como prestador de serviços de custódia qualificada e controladoria, centralizando a totalidade dos títulos e valores mobiliários sob a sua guarda (O Citibank S.A. prestou serviços de custódia e controladoria qualificada entre o período de janeiro a outubro/2012).

O contido na Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que dispõe sobre as diretrizes dos recursos garantidores dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, foi cumprido na íntegra pelo Economus.

v. Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

O Economus, em consonância com as boas práticas de Gestão de Riscos e Controles Internos, vem ao longo dos últimos anos solidificando seu processo de Gestão de Riscos e promovendo o aperfeiçoamento contínuo de seus controles internos.

Durante 2012, a avaliação de riscos operacionais e controles internos, cuja metodologia segue os conceitos do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), teve seu processo fortalecido com a intensificação das etapas de evidênciação e certificação. As exposições identificadas passaram a ser objeto de planos de ações corretivas, que são monitorados continuamente.

Gerenciamento de riscos

O Economus está exposto a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações relacionadas aos investimentos e seus passivos atuariais. O gerenciamento de tais riscos está contido nas Políticas de Investimentos, bem como em Instruções Normativas internas.

Risco de crédito

O Economus faz distinção entre diferentes níveis de risco, a fim de determinar limites de investimentos específicos para cada um deles, embora a Res. CMN 3.792/2009 não estabeleça distinção entre títulos privados com base no seu risco de crédito.

Para títulos emitidos por instituições não financeiras e para fundos de direitos creditórios será considerado o rating de crédito atribuído por qualquer uma das agências dispostas na tabela abaixo e respectiva classificação de risco.

	Moody's	S&P	Fitch	Risco de Crédito
Grau de Investimento	Aaa	AAA	AAA	Baixo
	Aa1	AA+	AA+	
	Aa2	AA	AA	
	Aa3	AA-	AA-	
	A1	A+	A+	
	A2	A	A	
	A3	A-	A-	
Médio	Baa1	BBB+	BBB+	
	Baa2	BBB	BBB	
	Baa3	BBB-	BBB-	

Para o caso de um mesmo papel ser classificado de maneira diferente entre duas ou mais agências elegíveis de classi-

ficação de risco, o Economus adotará a classificação mais conservadora.

Com o objetivo de ampliar o controle de risco de crédito, o Economus possui contrato com uma agência classificadora de risco, que permite o acesso aos relatórios sobre as instituições financeiras e não financeiras.

O Economus possui ferramenta (cálculo de limite técnico) de monitoramento da exposição e de controle de concentração dos recursos investidos em Instituições Financeiras, de acordo com o rating atribuído pela agência classificadora de risco contratada e outros critérios definidos em Instruções Normativas internas. Para aquisição de títulos emitidos por instituição financeira, por meio de carteira própria e fundos exclusivos, a Entidade deverá observar a nota de crédito (rating) atribuída pela agência contratada e respectiva classificação de risco, conforme tabela acima, bem como a Instrução Normativa de Limite Técnico Bancário.

O normativo interno também contempla os procedimentos a serem adotados pela administração em caso de agravamento e/ou perspectiva de agravamento do risco de crédito.

Adicionalmente, o risco de crédito em questão deverá ser aprovado pelo Comitê de Investimentos.

Risco de Mercado

Em atendimento à legislação, a identificação, avaliação, controle e monitoramento do risco de mercado é feito por meio do *Value at Risk (VaR)*, do *Benchmark - Value at Risk (B-VaR)* e do cálculo de DNP – Divergência Não Planejada.

O *Value-at-Risk (VaR)* estima, com base nos dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, a perda esperada. O *Benchmark Value-at-Risk (B-VaR)* aponta, com um grau de confiança e para um horizonte de tempo pré-definido, qual a perda esperada em relação à carteira teórica do índice de referência. Para o cálculo de VaR e de B-VaR é utilizado o modelo não para-métrico, com horizonte de tempo de 21 dias úteis e inter-valor de confiança de 95%.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez será observado no horizonte de curto, médio e longo prazos, sendo:

I – Monitoramento de Liquidez de Curto Prazo: Visa obser-

var e ajustar, com prudência, o percentual mínimo de alocação em ativos de liquidez imediata, para fazer frente aos compromissos de curto prazo (até 1 ano).

II – Monitoramento de Liquidez de Médio e Longo Prazos: Visa observar o comportamento do caixa do plano, considerando a aquisição, manutenção ou venda de ativos considerados pelo Economus de médio prazo (de 2 até 4 anos) e longo prazo (de 5 anos em diante). Este monitoramento é realizado por meio de estudo de Gestão de Ativos e Passivos *Asset Liability Management (ALM)*.

O gerenciamento do risco de liquidez é preocupação constante da administração e com a adoção dessa Política, espera-se eliminar a possibilidade de que haja qualquer dificuldade em honrar os compromissos previdenciais no curto, médio e longo prazos.

Risco Legal

A administração e o acompanhamento do risco legal são efetuados pelo Economus constantemente e visam mensurar e quantificar a aderência de todas as carteiras de investimentos sob a luz da legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Essa atividade de avaliação é realizada também pelo Banco do Brasil - DIMEC, prestador de serviços de “controladoria e custódia centralizada”, instituição financeira credenciada junto à CVM – Comissão de Valores Mobiliários especialmente para esse fim.

Risco Operacional

Os procedimentos atinentes ao desenvolvimento opera-

cional são monitorados pela Gerência de Controles (GECOT), por meio da Divisão de Controles Internos e Riscos (RISCO), cuja atribuição circula sobre a avaliação de todo o fluxograma de informações e procedimentos, objetivando a identificação de riscos intrínsecos às operações desenvolvidas pela gestão financeira. Como resultado desse mapeamento qualitativo e quantitativo, são elaborados planos de ação que possuem a intenção precípua de mitigar os riscos dessa natureza.

Risco Sistêmico

A alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, bem como a diversificação de gestores externos e diferentes *benchmarks* de investimento, visando, desta maneira, mitigar os impactos de crises de grande magnitude sobre os ativos do plano.

Procurar-se-á, ainda, obter diversificação, no caso de risco de crédito privado, entre os vários setores de atividade econômica, de modo a ter uma distribuição de risco entre o setor bancário e o não financeiro, bem como entre os diversos setores deste último.

Responsabilidade Socioambiental

Desde 2007, quando o Economus aderiu ao PRI (Principles for Responsible Investment), o Economus observa, continuamente, os Princípios de Responsabilidade Socioambiental, que fazem parte dos Princípios para o Investimento Responsável - PRI.

5.4. Permanente

A composição do ativo permanente está demonstrada como segue:

PERMANENTE IMOBILIZADO	2011	Reclassificação	Adições	Baixa	Depreciações e Amortizações	2012
Móveis e utensílios	120	(72)	171	-	(14)	205
Máquinas e equipamentos	869	72	328	-	(264)	1.005
Veículos	49	-	40	-	(16)	73
Direito de uso (telefone)	2	-	-	(2)	-	-
Total	1.040	-	539	(2)	(294)	1.283
Intangível		-	-	-	-	-
Software	495	-	463	(16)	(173)	769
Total	1.535	-	1.002	(18)	(467)	2.052

5.5. Gestão assistencial

A partir do exercício de 2010, as entidades fechadas de previdência complementar que operam plano de assistência à saúde aos seus participantes e assistidos, passaram a utilizar as regras da Agência Nacional de Saúde (ANS) para os registros contábeis. Portanto, as demonstrações contábeis dos planos assistenciais administrados pelo Economus, em 31 de dezembro de 2011 e 2012, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC).

As demonstrações contábeis e as notas explicativas da

gestão assistencial são apresentadas de forma segregada às demonstrações dos planos previdenciais e plano de gestão administrativa, mas como parte integrante das demonstrações contábeis, conforme demonstrado nas informações suplementares.

Nos demonstrativos contábeis consolidados, elaborados em conformidade com os normativos do CNPC e PREVIC, são apresentados apenas os saldos totais do ativo, passivo e movimentos patrimoniais ocorridos no plano assistencial. Os valores de forma analítica são apresentados nos demonstrativos assistenciais elaborados em conformidade com as normas da ANS.

5.6. Exigível Contingencial

O Economus tem parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes

e, quanto às ações trabalhistas, de acordo com o histórico anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão no montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

A composição do exigível contingencial das ações classificadas como prováveis está demonstrada como segue:

DESCRIÇÃO	2011	Adições	Atualização	Baixas	2012
Depósitos					
Fiscais	14.880	1.282	210	-	16.372
Trabalhistas	26.700	15.714	1.908	(199)	44.123
Outras	3.528	676	365	-	4.569
Subtotal	45.108	17.672	2.483	(199)	65.064
Provisões					
Fiscais	16.383	1.301	344	(16)	18.012
Trabalhistas	51.011	15.746	1.909	(7.410)	61.256
Cíveis	929	42	100	(990)	81
Outras	3.528	676	364	-	4.568
Subtotal	71.851	17.765	2.717	(8.416)	83.917

Fiscais: são compostas basicamente de:

i) Mandado de Segurança PIS/COFINS, impetrado em 2006, teve liminar concedida e os valores apurados passaram a ser depositados judicialmente. Contabilmente, estão provisionados, em 2012, R\$ 7.155 (contra um montante de R\$ 5.854 em 2011) e depositados judicialmente em 2012, R\$ 7.033 (contra um montante de R\$ 5.752 em 2011).

ii) Depósitos judiciais convertidos em renda da União. Com a edição da Medida Provisória 2222, de 04/09/2001, que dispôs sobre o Regime Especial de Tributação - RET, o Economus desistiu das ações em andamento. Os depósitos judiciais referentes ao PIS e COFINS, efetuados de abril de 2000 a dezembro de 2002, totalizando R\$ 3.751 (provisão e depósito em 2009 e 2010), foram convertidos em renda da União, aguardando julgamento dos processos em andamento junto à Receita Federal do Brasil para finalização dos procedimentos contábeis.

iii) O Economus provisionou e depositou judicialmente valores devidos a título de IPTU dos bens constantes do Imobilizado. Em 2007, aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado da Prefeitura do Município de São Paulo, aguardando decisão. Em 2012, estão depositados e provisionados R\$ 5.072 (contra um montante de R\$ 4.892 em 2011).

Trabalhistas: são compostas por ações interpostas por participantes e ex-participantes dos Grupos A, B e C e acompanhadas por escritórios de advocacia especializados.

Atualmente, o Economus reconhece em seu Ativo (Outros Realizáveis - Nota 5.1) o reembolso, por parte do Patrocinador Banco do Brasil dos valores referentes aos depósitos judiciais e recursais efetuados pelos planos de benefícios Regulamento Complementar nº 2 - Grupo A e Regulamento Complementar nº 1 - Grupo B, compreendendo o período de novembro/2009 a dezembro/2012.

Cível: são compostas por ações em andamento na justiça comum, com provisionamento, em 2012, de R\$ 81 contra um montante de R\$ 929 em 2011.

Outras: compostas de ações diversas contingenciais, basicamente dos Grupos A e B e seguro de vida. Contabilmente estão provisionados em 2012 no valor total de R\$ 4.568, contra um montante de R\$ 3.528 em 2011 e depositados judicialmente em 2012 no valor total de R\$ 4.569, contra um montante de R\$ 3.528 em 2011.

Programa de Parcelamento Incentivado PPI – Prefeitura de São Paulo

Em 2007, o Economus aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado da Prefeitura de São Paulo, instituído pela Lei 14.129/06 de 11/01/2006. O PPI é um programa cuja finalidade é oferecer oportunidade para que as pessoas físicas ou jurídicas possam quitar seus débitos tributários e não tributários e, assim, regularizar a situação perante o Município de São Paulo, com redução de até 75% da multa e 100% dos juros de mora.

Os débitos incluídos estão em fase de homologação e são aqueles originados substancialmente de IPTU, ITBI e ISS.

O montante atualizado, em 31 de dezembro de 2012, dos débitos incluídos no parcelamento é de R\$ 5.072 (2011 – R\$ 4.892) para IPTU, R\$ 166 (2011 – R\$ 153) para ITBI e R\$ 1.519 (2011 – R\$ 1.385) para o ISS.

O Economus possui ações de natureza trabalhista e cível que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificados pela Administração e por seus advogados como possível, estando assim representadas:

NATUREZA	Descrição do Objeto	2012	2011
		Expectativa de Perda Possível	
Trabalhista			
Ações do Grupo C	Diferenças de verbas trabalhistas nos benefícios previdenciários, concessão ou revisão de benefício.	7.140	-
Providencial			
Ações Cíveis Grupo B	Concessão ou revisão de benefícios previdenciários	-	160
Ações Cíveis Grupo C	Concessão ou revisão de benefícios previdenciários	321	1.383
Subtotal Previdenciário		7.461	1.543
Administrativo			
Ações Cíveis Seguro de Vida em Grupo	Seguro	3.637	151
Ações Cíveis Seguro de Vida em Grupo			
Ações Cíveis Seguro de Vida em Grupo			
Subtotal Administrativo		3.637	151
Investimento			
Ações Cíveis - Empréstimo	Cobrança de empréstimo a participante	-	120
Subtotal Investimento		-	120
Total Geral		11.098	1.814

5.7. Provisões Matemáticas

a. A movimentação das provisões matemáticas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 pode ser resumida como segue:

DESCRIÇÃO	1º de janeiro de 2012	Constituição em exercício	31 de dezembro de 2012
Provisões Matemáticas	4.125.207	400.593	4.525.800
Benefícios concedidos	3.190.032	329.119	3.519.151
Benefícios do plano	3.190.032	329.119	3.519.151
Benefícios a conceder	1.314.914	70.061	1.384.975
Benefícios do plano com a geração atual	1.315.644	69.937	1.385.581
(-) Outras contribuições da geração atual	(730)	124	(606)
(-) Provisões matemáticas a constituir	(379.739)	1.413	(378.326)

As provisões matemáticas a constituir estão representadas por R\$ 378.326, referente ao valor atual das contribuições futuras, a serem realizadas pelos patrocinadores, participantes (saldados, não saldados e autopatrocinados) e

assistidos, dos quais está sendo descontada Contribuição Extraordinária, que vem sendo efetuada paritariamente desde o saldamento do plano de benefícios do Regulamento Geral (Grupo C).

b. Demonstrativo da composição das provisões matemáticas por planos

DESCRIÇÃO	Plano de Benefícios do Regulamento Geral	Plano de Benefícios do Regulamento Complementar 1	Plano de Benefícios do Regulamento Complementar 2	PrevMais	Total
Exigível atuarial	3.887.882	14.027	8.000	615.891	4.525.800
Benefícios concedidos	3.347.684	7.834	1.746	161.887	3.519.151
Benefícios a conceder	918.524	6.193	6.254	454.004	1.384.975
(-) Provisões matemáticas a constituir	(378.326)	-	-	-	(378.326)

O Economus, junto com a empresa Gama Consultores Associados, responsável técnico-actuarial pelos planos de benefícios administrados, realizou testes estatísticos retrospectivos, abrangendo dados históricos de todas as premissas demográficas, econômico-financeiras e biométricas utilizadas no cálculo das Provisões Matemáticas dos

Planos de Benefícios administrados e custeados. Com relação à premissa biométrica "Mortalidade Geral", o Economus utiliza a Tábua de Mortalidade AT 2000 M&F agravada em 60% que, conforme teste aplicado pela Gama mostrou-se aderente às características da população analisada.

A seguir os quadros das Premissas e Hipóteses Atuariais adotadas para os planos de benefícios administrados pelo Economus, em 2012 e 2011:

a. Regulamento Complementar Nº 2 – Plano A

Premissas e Hipóteses	Hipótese 2012	Hipótese 2011
Taxa Real Anual de Juros	4,3%	6%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de determinação Valor Real - Salários	1	1
Fator de Determinação Valor Real - Benefícios	0,97	0,97
Tábua de Mortalidade	AT 2000 M&F (A60)	AT 83 M

b. Regulamento Complementar Nº 1 – Plano B

Premissas e Hipóteses	Hipótese 2012	Hipótese 2011
Taxa Real Anual de Juros	4,3%	6%
Indexador do Benefício	INPC	INPC.
Fator de Determinação Valor Real - Benefícios	0,97	0,97
Tábua de Mortalidade	AT 2000 M&F (A60)	AT 83 M
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 DISABLE M	RP 2000 DISABLE M
Tábua de Morbidez	Ex-Economus	Ex-Economus

c. Regulamento Geral – Plano C

Premissas e Hipóteses	Hipótese 2012	Hipótese 2011
Taxa Real Anual de Juros	6%	6%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de determinação Valor Real - Salários	1	1
Fator de Determinação Valor Real - Benefícios	0,97	0,97
Tábua de Mortalidade	AT 2000 M&F (A60)	AT 83 M
Tábua de Mortalidade de Inválidos (a)	RP 2000 DISABLE M	50% RP 2000 DISABLE M + 50% IAPB-57
Tábua de Entrada em Invalidez	Zimmer (D26)	Zimmer (D26)
Tábua de Rotatividade	EX- Economus Ajuste Gráfico	EX- Economus Ajuste Gráfico
Tábua de Morbidez	EX-Economus I	EX-Economus I
Composição da Família de Pensionistas	Composição Familiar Real	Composição Familiar Real

(a) Os testes estatísticos aplicados mostraram que a tábua RP 2000 DISABLE M é mais aderente à massa de beneficiários do plano. As hipóteses foram implementadas de

forma gradativa, assumindo 50% do impacto com a alteração da tábua na avaliação atuarial de 2011 e a sua adoção integral a partir de junho/2012.

d. PrevMais

Premissas e Hipóteses	Hipótese 2012	Hipótese 2011
Taxa Real Anual de Juros	5%	5%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de determinação Valor Real - Salários	1	1
Fator de determinação Valor Real - Benefícios	0,97	0,97
Crescimento Real de Salário	2,15%	3,57%
Tábua de Mortalidade	AT 2000 F	AT 2000 F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI – 85 Female	MI – 85 Female
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca agravada em 150%	ZIMMER D26
Tábua de Rotatividade	EX- Economus Ajuste Gráfico (taxa média de 1,20%)	EX- Economus Ajuste Gráfico (taxa média de 1,70%)
Tábua de Morbidez	EX - Economus II	EX - Economus II

5.8. Superávit/Déficit Técnico

A composição do superávit/déficit técnico por plano de benefícios, findo em 31 de dezembro de 2012, pode ser resumida como segue:

SUPERÁVIT/DÉFICIT TÉCNICO	Plano de Benefícios do Regulamento Geral	Plano de Benefícios do Regulamento Complementar 1	Plano de Benefícios do Regulamento Complementar 2	PrevMais	Total
Resultado realizado em 01/01/2012	(501.264)	2.108	1.885	443	(496.828)
Result. Líquido Previdencial	(215.172)	1.209	(370)	62.521	(151.812)
Result. Líquido Investimentos	585.514	2.010	2.046	62.805	652.375
Atual. Provisão Matemática	(269.472)	(909)	137	(130.349)	(400.593)
Fundos Previdenciais/Investimentos	-	(1.827)	(249)	4.817	2.741
Resultado realizado em 31/12/2012	(400.394)	2.591	3.449	237	(394.117)
Resultados a realizar	420.211	-	-	-	420.211
Equilíbrio Técnico em 31/12/2012 (i)	19.817	2.591	3.449	237	26.094

(i)vide nota 3.j. I

5.9. Fundos

A composição e evolução dos fundos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

FUNDOS	2011	Constituições	Reversões	2012
Gestão Previdencial	128.941	15.407	(18.148)	126.200
Grupo A	6.807	268	(18)	7.057
Grupo B	6.860	1.827	-	8.687
PrevMais	115.274	13.312	(18.130)	110.456
Gestão Administrativa	21.329	5.961	(498)	26.792
PGA	21.329	5.961	(498)	26.792
Gestão de Investimentos	1.074	695	(48)	1.721
Empréstimo	1.074	695	(48)	1.721
Total	151.344	22.063	(18.694)	154.713

6.0. Recursos para gestão administrativa

A composição dos recursos oriundos dos outros programas para o programa administrativo é a seguinte:

Recursos oriundos de outros planos	2012	2011
Gestão previdencial - custeio administrativo	18.677	16.498
Gestão assistencial	19.540	12.810
Gestão de investimentos	5.376	1.294
Total	43.593	30.602

7. Consolidação das demonstrações contábeis

Em atendimento ao disposto no item 9.1, Anexo "C" da Resolução CNPC nº 8 de 2011 e os itens 28 e 29 da instrução SPC nº 34 de 2009, as demonstrações contábeis devem ser apresentadas por planos de benefícios e consolidados. A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar, anulando os valores da participação do fundo

administrativo nos planos previdenciais, superávit e déficit técnico. O Economus, ao efetuar a consolidação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2012, anulou as seguintes operações que apresentavam reflexos em duplicidade na consolidação.

	Conta Contábil	Nome da Conta Contábil	Valor (R\$ Mil)
31/12/2012	1223	Participação no Plano de Gestão Administrativa	(26.792)
31/12/2012	2312010101	Reserva de Contingência	4.828
31/12/2012	2312010102	Reserva Especial para Revisão do Plano	1.449
31/12/2012	23120102	(-) Déficit Técnico Acumulado	(6.277)
31/12/2012	23220201	Participação no Fundo de Gestão Administrativa	26.792

8. Apresentação da demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA Consolidado

Conforme autoriza o item 17.1 do Anexo "C", da Resolução CNPC nº 8 de 2011, o Economus apresentou no exercício social de 2011 e apresenta no exercício social de 2012 a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa de forma

consolidada. Tal decisão está suportada na materialidade e relevância da informação com o custo benefício para a apresentação do DPGA segregado por cada plano de benefícios administrado pela Entidade.

9. Outras informações

a. Investimento em controlada – Desmobilização

A Economus - Administradora e Corretora de Seguros Ltda. foi constituída em 23 de fevereiro de 1987, tendo com quotista majoritário o Economus - Instituto de Seguridade Social.

Conforme disposto na resolução CMN 3.792, de 24 de setembro de 2009, o acionista majoritário Economus não pode ter investimentos relevantes em outras empresas. A Corretora encontra-se em liquidação extrajudicial, desde 31 de dezembro de 2005.

b. Ativo contingente

O Economus é beneficiário de crédito perseguido na ação ordinária ajuizada pela ABRAPP (substituta processual de diversas entidades de previdência complementar, dentre elas o Economus), em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, do BNDES e da União Federal. A ação objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFNDs e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos. Propõe-se a adoção do IPC, em vez do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991.

Em que pese o trânsito em julgado da decisão de mérito, o processo ainda está em fase de execução, tendo sido recentemente apresentados Embargos à Execução pela União Federal, sucessora do FND. Também foi interposta Ação Rescisória pela União Federal contra o acórdão que já havia transitado em julgado, estando atualmente em curso o prazo para apresentação de defesa. À luz da Resolução nº 1.180/09 do CFC, por não existirem evidências quanto à data e ao valor de liquidação, a Entidade não contabilizou os referidos rendimentos, uma vez que se caracteriza apenas como "provável", e não "praticamente certa", a entrada de benefícios econômicos futuros.

c. Informações Suplementares – Gestão Assistencial

Apresentamos a seguir as informações suplementares da gestão assistencial, as quais compreendem:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstrações do Resultado;
- Demonstrações do Resultado Abrangente;
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social;
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa; e
- Notas explicativas às informações contábeis da gestão assistencial.

Balancos Patrimoniais

ATIVO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	PASSIVO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		52.689	37.073	PASSIVO CIRCULANTE		21.608	6.897
Disponível	4	2.258	1.142	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	7	6.128	3.504
Realizável		50.431	35.931	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar		6.128	3.504
Aplicações	5	32.568	26.254	Débitos de Operações de Assistência à Saúde		6.947	834
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	17.512	9.117	Outros Débitos de Operações com Planos de Saúde		6.947	834
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		10.318	8.014	Tributos e Contribuições a Recolher		774	430
Créditos de Operações de Administração de Benefícios		7.018	1.103	Débitos Diversos	8	7.759	2.129
Outros Créditos de Operações com Planos de Saúde		176					
Títulos e Créditos a receber		351	560				
ATIVO NÃO CIRCULANTE		470.408	450.162	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		170.698	162.689
Realizável a Longo Prazo		470.408	450.162	Exigível a longo Prazo		170.698	162.689
Aplicações	5	314.668	303.062	Provisões	9	170.698	162.689
Valores e Bens		155.740	147.100				
TOTAL DO ATIVO		523.097	487.235	PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL		330.791	317.649
				Reservas		330.791	317.649
				Reservas de Lucros/Sobras/Retenções de Superávits		330.791	317.649
				TOTAL DO PASSIVO		523.097	487.235

Demonstrações de Resultados

	Nota	Exercício Anterior	Varição (%)
Contraprestações efetivas de planos de Assistência à Saúde		223.832	201.741
Contraprestações Líquidas / prêmios retidos		202.103	184.691
Receitas com Administração de Benefícios		21.729	17.050
(-) Tributos Diretos de Operações de Assistência à Saúde		(1.537)	-
Eventos/Sinistros Indenizáveis Líquidos		(213.961)	(185.355)
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados		(224.470)	(187.732)
Recuperação de Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados		10.295	2.263
Outras Recuperações/Ressarcimentos/Deduções de Eventos/Sinistros		214	114
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde		8.334	16.386
Despesas Administrativas	10	(22.178)	(15.174)
Outras Receitas Operacionais		149	7.287
Outras Despesas Operacionais		(18.901)	(15.580)
Outras		(18.901)	(15.580)
Resultado Financeiro Líquido		45.738	39.657
Receitas Financeiras		51.451	45.958
Despesas Financeiras		(5.713)	(6.301)
Resultado Operacional		13.142	32.576
Resultado Líquido		13.142	32.576

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Resultado Líquido	13.142	32.576
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	13.142	32.576

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Atividades Operacionais		
(+) Recebimentos de Plano Saúde	200.431	198.666
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	107.31	227.706
(+) Outros Recebimentos Operacionais	10.777	74.607
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(209.109)	(184.112)
(-) Pagamentos de Pessoal	(7.282)	(8.711)
(-) Pagamentos de Pró-Labore	(137)	(222)
(-) Pagamentos de Serviços Terceiros	(5.729)	(9.515)
(-) Pagamentos de Tributos	(10.766)	(10.901)
(-) Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(802)	(388)
(-) Aplicações Financeiras	(83.335)	(211.061)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	-	(83.050)
(-) Caixa Líquido das Atividades Operacionais	1.359	(6.981)
Atividades de Investimentos		
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Investimento	(243)	(257)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(243)	(257)
Varição Líquida do Caixa	1.116	(7.238)
Caixa - Saldo Inicial	1.142	8.380
Caixa - Saldo Final	2.258	1.142
Ativos Livres no Início do Período	330.458	315.845
Ativos Livres no Final do Período	349.494	330.458
Aumento/(diminuição) nas aplicações financeiras - Recursos livres	19.036	14.613

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social

Recursos oriundos de outros planos	Reserva de Lucros /Sobras/ Retenções de Superávit	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	285.073	285.073
Lucro/Superávit /Prejuízo Líquido do Exercício	32.576	32.576
Saldos em 31 de dezembro de 2011	317.649	317.649
Lucro/Superávit /Prejuízo Líquido do Exercício	13.142	13.142
Saldos em 31 de dezembro de 2012	330.791	330.791

1. Informações gerais

O Economus - Instituto de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia para operar planos de assistência à saúde, conforme Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. Sua área de atuação abrange todo o Estado de São Paulo.

Ao longo do exercício de 2012, o Economus observou aumento significativo no número da sinistralidade dos planos (consultas, terapias, exames e internações). Outro impacto examinado foi a elevação dos custos médicos e hospitalares em níveis superiores aos da inflação medida pelos índices gerais de preços.

A Gestão Assistencial do Economus destina-se a prover assistência médica de qualidade aos empregados do Banco do Brasil S/A, do Economus e aos participantes do FEAS -

Fundo Economus de Assistência Social -, fundo contábil que contempla aposentados pelos planos de complementação de aposentadorias administrados pelo próprio Economus: Regulamento Geral (grupo C) e Regulamento Complementar Nº 1 (grupo B) e os devidos dependentes preferenciais e não preferenciais, mediante aporte financeiro como manda o regulamento dos planos.

Em conformidade com o artigo 14º do Código Tributário Nacional, o Economus (a) não distribui parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro; (b) não aplica seus recursos diretamente no exterior; e (c) mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão.

O Economus administra os seguintes planos assistenciais:

CUSTEIO	Plano	População	Principais Características
BANCO DO BRASIL S/A. – 32.609 vidas	Básico	128 vidas	Contratação: Coletivo por Adesão; Empregados ativos, aposentados dos grupos A, B, C e S e seus dependentes, residentes na capital - SP; Acomodação em enfermaria.
	PAMC	665 vidas	Contratação: Coletivo por Adesão; Empregados ativos, aposentados dos grupos A, B, C e S e seus dependentes, residentes no interior - SP; Acomodação em apartamento.
	Plus	19.470 vidas	Contratação: Coletivo Empresarial; Empregados ativos, aposentados dos grupos A, B, C e S e seus dependentes; Acomodação em apartamento.
	Plus II	12.346 vidas	Contratação: Coletivo Empresarial; Empregados ativos (admitidos a partir de 01/01/01), aposentados do grupo "C" e seus dependentes; Acomodação em apartamento.

CUSTEIO	Plano	População	Principais Características
Autossustentável – 12.222 vidas	Plus	12.025 vidas	Contratação: Coletivo Empresarial; Empregados ativos, aposentados dos grupos A, B, C e S e seus dependentes; Acomodação em apartamento.
	Plus II	197 vidas	Contratação: Coletivo Empresarial; Empregados ativos (admitidos a partir de 01/01/01), aposentados do grupo "C" e seus dependentes; Acomodação em apartamento.

CUSTEIO	Plano	População	Principais Características
FEAS - 6.969 vidas	Básico - FEAS	786 vidas	Contratação: Coletivo por Adesão; Aposentados e pensionistas dos Grupos B e C; Acomodação em apartamento.
	PAMC FEAS	6.183 vidas	Contratação: Coletivo por Adesão; Aposentados e pensionistas dos Grupos B e C; Acomodação em apartamento.

CUSTEIO	Plano	População	Principais Características
Economus - 368 vidas	Eco-Saúde	368 vidas	Contratação: Coletivo Empresarial; Ativos, aposentados e pensionistas do Grupo "C", dependentes preferenciais; Acomodação em apartamento.

CUSTEIO	Plano	População	Principais Características
Autossustentável - 49 vidas	Eco-Saúde	49 vidas	Contratação: Coletivo Empresarial; Ativos, aposentados e pensionistas do Grupo "C", dependentes preferenciais; Acomodação em apartamento.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

As informações suplementares - Gestão Assistencial foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, através da IN nº 46, de 25/02/2011, RN nº 247, de 25/02/2011, ambas revogadas pela IN nº 290, de 27/02/2012, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referenciados pela ANS.

De acordo com a RN nº 85, de 07/12/2004, alterada pela RN nº 100, de 03/06/2005, e pela RN nº 144, de 03/01/2007, ficam definidas as categorias de formação de custo, ou seja, as formas de recebimento das contribuições dos participantes dos planos de saúde. No caso dos planos de saúde operados pelo Economus, em que o valor das contribuições é calculado após a realização da despesa, fica caracterizada a modalidade de “preço pós-estabelecido”. Operadoras que registram planos de saúde desta modalidade ficam dispensadas da constituição das seguintes Provisões Técnicas: Provisões de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) e Provisão para Remissão, sendo necessária apenas à observância do Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA), que consiste em um limite mínimo de patrimônio social para que uma operadora possa administrar planos de saúde.

As informações contábeis da Gestão Assistencial, apresentadas com o objetivo de cumprir os aspectos regulamentares da ANS, são registradas nos livros contábeis do Economus - Instituto de Seguridade Social.

Estimativas e premissas, consideradas prudentes pela Administração, foram utilizadas na preparação dessas informações suplementares – Gestão assistencial, incluindo a mensuração do valor justo dos ativos financeiros e não financeiros e provisão para contingências. Essas premissas e estimativas são revistas periodicamente pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os quadros, as informações e os demonstrativos constantes das notas explicativas estão expressos em milhares de reais, sendo o Real a moeda funcional do Economus.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Economus estão descritas a seguir;

a. Apuração do resultado

Receitas: o resultado das transações é apurado pelo regime de competência dos exercícios. As receitas são originadas, principalmente, das contribuições mensais do patrocinador, mantenedor, participantes e assistidos, além da rentabilidade proveniente de aplicações do seu patrimônio, que obedecem ao disposto na Resolução ANS nº 159/07 e nº 227/10.

Despesas: os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada, respeitando o regime de competência dos exercícios.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários disponíveis em conta corrente e investimentos financeiros com vencimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

c. Aplicações financeiras

Os ativos financeiros da Gestão Assistencial foram classificados segundo a intenção da Diretoria nas seguintes categorias: “valor justo por meio do resultado” e “mantidos até o vencimento”.

Valor justo por meio de resultado - Uma aplicação é classificada pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio de resultado se o Economus gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégias de investimentos.

Mantidos até o vencimento - Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados pelo valor justo, acrescido dos custos de transação atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

d. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são caracterizados como obrigação contratual de pagamento de determinada importância em moeda ou em instrumentos financeiros.

e. Provisões, passivos e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras, quando aplicável.

Passivos contingentes - São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os

montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas demonstrações financeiras e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

Os depósitos judiciais efetuados pelo Economus e as provisões contingenciais são atualizados mensalmente pela taxa SELIC, à exceção das provisões de seguro de vida, que são atualizadas pela taxa de poupança.

f. Imposto de renda e contribuição social e contribuições

O Economus, por se tratar de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar e não ter fins lucrativos, é isento da apuração de Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, PIS e da COFINS.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Abaixo apresentamos a composição do caixa e equivalentes de caixa:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2012	2011
Contas correntes	2.258	1.142
Aplicações a vencer em até 90 dias	26.459	-
Total	28.717	1.142

5. Aplicações Financeiras

Abaixo apresentamos a composição dos ativos financeiros:

	2012		2011		
	Nível Hierárquico	Custo Atualizado	Valor de mercado	Custo Atualizado	Valor de mercado
A - Valor justo por meio de resultado					
Fundos de Renda Fixa	2	189.179	189.179	187.845	187.845
Fundos de Renda Variável	2	35.128	35.128	8.557	8.557
Títulos Privados - CDB/RDB	2	-	-	39.330	39.330
		224.307	224.307	235.732	235.732
B - Títulos mantidos até o vencimento					
Fundos de Renda Fixa	2	9.966	9.966	8.814	8.814
Fundos de Renda Variável	2	12.723	12.723	9.503	9.503
Títulos Privados - CDB/RDB	2	77.583	77.583	70.811	70.811
Investimentos estruturados	2	22.657	22.657	4.455	4.455
		122.929	122.929	93.583	93.583
Total		347.236	347.236	329.315	329.315

GESTÃO CONTÁBIL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (R\$mil)

A seguir, demonstramos a composição de valores por vencimento:

Demonstração por Vencimento	2012	2011
A vencer em até um ano	32.568	26.254
A vencer entre um e cinco anos	72.415	103.979
A vencer após cinco anos	7.568	2.680
Indeterminado	234.685	196.402
	347.236	329.315

Abaixo apresentamos a hierarquia do valor justo dos ativos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos, como segue:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1,

6. Créditos e débitos de operações com planos de assistência à saúde

A seguir, estão demonstrados os valores a receber e a pagar referentes a operações de assistência à saúde:

	Ativo		Passivo	
	2012	2011	2012	2011
Taxa Administrativa a Receber]				
Contraprestação pecuniária (a)	10.318	8.014	-	-
Taxa administrativa Banco do Brasil (b)	1.214	993	-	-
Taxa administrativa do FEAS (c)	223	110	223	110
Taxa administrativa do Autosustentáveis (d)	5.581	-	5.581	-
Outros créditos de Operações com Saúde	176	-	-	-
Obrigações a Repassar (e)	-	-	287	276
Créditos Rejeitados (f)	-	-	856	448
Total de Créditos a Receber/Pagar	17.512	9.117	6.947	834

(a) Representa os valores a receber dos usuários dos planos.

(b) Refere-se a valores a receber para custeio da gestão dos planos de saúde sob responsabilidade do Banco do Brasil.

(c) Corresponde à taxa cobrada pelo Economus para administração da carteira de investimentos do fundo FEAS. Foi classificado como um direito a ser recebido pela administração assistencial e reconhecida a receita de Taxa Administrativa. Em contrapartida, foi provisionada uma obrigação para o fundo contábil FEAS, integrante da gestão assistencial, que tem a obrigação de custear esta taxa, com

que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);

- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

De acordo com o Pronunciamento Técnico - CPC 40, todos os investimentos financeiros estão enquadrados no nível hierárquico 2.

Gerenciamento de riscos

Risco de crédito – o risco de crédito, associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos participantes, é atenuado pela cobrança a uma base pulverizada de participantes e pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde, após determinado período de inadimplência.

liquidação ocorrida em janeiro/2012.

(d) Corresponde à Taxa de administração a ser repassada ao administrativo assistencial.

(e) As Obrigações a Repassar representam valores recebidos a maior do mantenedor Banco do Brasil, que deverão ser devolvidos pelo Economus.

(f) Refere-se a pagamentos efetuados a prestadores que, por algum motivo, a conta corrente de destino rejeitou o recebimento e a importância retornou ao caixa do Economus.

GESTÃO CONTÁBIL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (R\$mil)

7. Provisões de evento sinistro a liquidar

São contabilizados nesta rubrica, basicamente, os valores devidos ao Sistema Único de Saúde (SUS), referentes à utilização da rede pública pelos participantes do Economus e

Provisões de Eventos a Liquidar

Demonstração por Vencimento	2012	2011
Valores a ressarcir ao SUS	501	434
Valores a pagar aos prestadores	5.627	3.070
Total de provisão de eventos a liquidar	6.128	3.504

8. Débitos Diversos

Contemplam obrigações que não estão relacionadas à prestação de serviços de saúde. A composição dos débitos é a seguinte:

Débitos Diversos	2012	2011
Fornecedores de serviço		
Contas a pagar	214	100
Total	214	100
Outros débitos a pagar		
Valores a devolver ao Mantenedor	337	337
Valores a reembolsar à Gestão Previdencial (a)	6.753	1.428
Outros	455	264
Total	7.545	2.029
Total de débitos diversos	7.759	2.129

a) Acréscimo decorrente ao não repasse da taxa de administração da Gestão Assistencial para o Plano de Gestão Administrativo - PGA

9. Contingência

Nos subgrupos ativo e passivo não circulantes são considerados, respectivamente, os depósitos judiciais efetuados pelo Economus e as provisões contingenciais. Os saldos são atualizados mensalmente pela taxa SELIC. A movimentação está demonstrada a seguir:

	2011	Adições	Baixas	Atualização	2012
Depósitos					
Fiscais	146.595	2.410	-	5.429	154.434
Outras	505	796	-	5	1.306
Sub total	147.100	3.206	-	5.434	155.740
Provisão					
Fiscais	160.322	2.441	(37)	4.237	166.963
Outras	2.367	796	(112)	684	3.735
Sub total	162.689	3.237	(149)	4.921	170.698
Total líquido	15.589	31	(149)	(513)	14.958

Fiscais: são compostas basicamente de autos de infração PIS/COFINS e INSS, destacando-se:

PIS/COFINS REEMBOLSÁVEL: autos lavrados pela Receita Federal, questionando incidência e bases de recolhimento referentes aos exercícios de 1996 a 2000. O Economus protocolou, por meio de sua assessoria jurídica, ação anulatória com pedido de antecipação de tutela em 2002. O processo foi julgado procedente para anulação em agosto de 2008, tendo a União recorrido da decisão em janeiro de 2009. O recurso de apelação encontra-se pendente de julgamento. Contabilmente, foi provisionado, em 2012, o valor R\$ 113.240 (2011 - R\$ 110.326) e depositado judicialmente o valor de R\$ 104.721 (2011 - R\$ 100.493).

A atualização das provisões é inferior à dos depósitos, pelo fato de o depósito judicial reembolsável sofrer atualização.

INSS: autos lavrados em 2004 e 2007, relacionados a contribuições previdenciárias de caráter normal, serviços remunerados às cooperativas e divergência entre valores recolhidos e informados na GFIP. Assessoria jurídica especializada foi contratada para impugnação dos autos. Contabilmente, está provisionado em 2012, o montante de R\$ 12.658 (2011 - R\$ 12.130) e depositado judicialmente, em 2012, o montante de R\$ 8.892 (2011 - R\$ 8.485).

Mandado de Segurança - PIS/COFINS: o Economus, embasado na decisão do Supremo Tribunal Federal - STF, que julgou inconstitucional o parágrafo 1º, artigo 3º, da Lei 9718/1998, que equiparava o faturamento à totalidade das receitas e à exclusão das receitas financeiras da base de cálculo.

GESTÃO CONTÁBIL

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (R\$ mil)

Em 2006, o Economus impetrou Mandado de Segurança tendo liminar concedida, passando a depositar judicialmente os valores apurados. Contabilmente, está provisionado o valor de R\$ 11.193 (2011 - R\$ 8.752) e depositado judicialmente o valor de R\$ 10.950 (2011 - R\$ 8.541).

Em 2012, a rubrica "outras" contingências, refere-se às novas ações contra os planos de saúde. Foram provisionados R\$ 3.735 (2011 - R\$ 2.367) e depositados judicialmente R\$ 1.306 (2011 - R\$ 505).

O Economus possui ações de natureza cível que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificados pela Administração e por seus advogados como possível no montante de R\$ 684 (2011 - R\$ 0).

10. Despesas Administrativas

Abaixo, a composição das despesas administrativas:

Débitos Diversos	2011	2012
Despesas Administrativas		
Despesas com Pessoal Próprio (a)	12.715	5.938
Despesas com Serviços de Terceiros (b)	5.799	6.912
Despesas com Localização e Funcionamento (c)	2.015	1.145
Despesas com Tributos (d)	1.062	25
Provisão Para Contingências - Administrativas (e)	-	965
Despesas Administrativas Diversas (f)	588	189
Total despesas administrativas	22.179	15.174

(a) Despesas com pessoal próprio

As despesas com pessoal próprio são originadas na Gestão Administrativa Previdencial, sendo transferida, por meio de rateio, a parcela correspondente à Gestão Assistencial. O saldo é composto conforme demonstrado abaixo:

Pessoal	2012	2011
Despesas com pessoal próprio		
Salários	6.006	3.641
Encargos	2.093	1.034
Bonificações / benefícios	4.616	1.263
Total das despesas com pessoal	12.715	5.938

Em 2012, ocorreu à implantação da nova Política de Cargos e Salários (contratações, rescisões), mudança do critério de rateio das despesas administrativas.

(a) Despesas com serviços de terceiros

São representadas pelos serviços contratados de terceiros, tais como: consultoria técnica, serviços de conectividade, temporários e terceirizados, honorários advocatícios, entre outros. A implantação da Política de Cargos e Salários teve reflexo na diminuição de serviços terceirizados.

(b) Despesas com localização e funcionamento

Correspondem às despesas básicas para manutenção das atividades da empresa. Neste subgrupo são registradas despesas com água, aluguel, luz e telefone.

(c) Despesas com tributos

Despesas com IPTU, IPVA, taxa de saúde suplementar e outras contribuições fiscais. Em 2012, ocorreu mudança na planificação contábil da ANS, classificando as provisões do PIS e da COFINS neste subgrupo, no montante de R\$ 905 (em 2011, R\$ 965).

(d) Provisão para contingências - Administrativas

Provisão referente ao PIS/ COFINS incidente sobre as receitas da administração assistencial, que o Economus deposita em juízo todos os meses em 2011. A partir de 2012, passou a ser registrado no subgrupo "Despesas com tributos".

(e) Despesas administrativas diversas

São outras despesas não classificáveis nas demais contas de despesas administrativas, tais como: despesas judiciais, jornais e revistas, multas, entre outras.

11. Partes relacionadas

As principais operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são relativas às contribuições recebidas e aos profissionais-chave da administração. As principais transações são:

Partes Relacionadas	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Banco do Brasil - Matenedor	1.389	337	110.318	-

12. Remuneração da Administração

O Economus considerou como pessoal-chave da administração os integrantes da diretoria. Os valores com os benefícios de curto prazo no exercício de 2012 somaram R\$ 1.363.

13. Resultado financeiro líquido

São constituídos das atualizações líquidas mensais dos saldos das aplicações financeiras, dos depósitos judiciais e das provisões de custeio dos investimentos do FEAS, reembolsados mensalmente à Administração Assistencial a título de taxa administrativa para gestão de seus investimentos. A apropriação dos valores ocorre de acordo com o fato gerador, em obediência ao regime de competência.

14. Garantias financeiras

As garantias financeiras são um conjunto de exigências a serem observadas pelas operadoras de planos de saúde para manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, minimizando os riscos de insolvência. As regras preveem a observância de Recursos Próprios Mínimos, Margem de Solvência e constituição de Provisões Técnicas.

a. Recursos próprios mínimos

i. Patrimônio mínimo ajustado

De acordo com o Art. 3º, da RN 209, o Patrimônio Mínimo Ajustado - PMA - representa o valor mínimo do Patrimônio Líquido ou Patrimônio Social da OPS, ajustado por efeitos econômicos na forma da regulamentação do disposto no inciso I, do artigo 22, calculado a partir da multiplicação do fator 'K' (38,39% - no caso do Economus), obtido em tabela anexa à norma, onde são definidos coeficientes, de acordo com a região de atuação da operadora, pelo capital base de R\$ 5.871 (em 2011, R\$ 5.596). Em 31/12/2012, foi observado o limite mínimo de patrimônio, equivalente a 60/72 avos do resultado do capital base, multiplicado pelo fator K. A seguir, estão demonstrados os cálculos do Patrimônio Mínimo Ajustado.

Patrimônio mínimo ajustado	2012	2011
Capital Base	5.871	5.596
(x) Fator K	38,39%	38,39%
(=) Patrimônio mínimo ajustado	2.254	2.148
Capital Requerido	1.878	1.432

O capital para a gestão assistencial do Economus está em conformidade com o limite mínimo estabelecido pelo PMA, pois, ao final do exercício 2012, seu capital totalizou R\$ 330.791. Ainda, conforme a RN 209, art. 6º, o cálculo do PMA deverá ser observado até dezembro de 2013, quando será substituído pela margem de solvência.

ii. Margem de solvência

A partir de janeiro de 2014, as operadoras ficarão submetidas à Margem de Solvência a fim de verificar se a capacidade do patrimônio será necessária para operar no mercado de saúde.

a. Provisões técnicas

De acordo com a RN nº 209, da ANS, o Economus, por contemplar somente planos de saúde na categoria de preços pós-estabelecidos, fica liberado da constituição das provisões técnicas, à exceção da Provisão de Eventos a Liquidar - PEL, sendo necessário apenas observar o Patrimônio Mínimo Ajustado.

Sergio Iunes Brito
Diretor Superintendente
CPF 270.690.521-20

Benilton Couto da Cunha
Diretor Administrativo
CPF 431.529.967-72

Paulo Leite Julião
Diretor Financeiro
CPF 956.029.098-34

Tadeu Pigioni Horta Fernandes
Contador
CRC SP 241642/O-1
CPF 222.044.038-90



PARECERES

PARECERES

Atuarial: Gama Consultores Associados

Plano de Benefícios PrevMais
CNPB 2006.0034-29

Parecer Atuarial 023/13

1. Considerações Iniciais

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios PrevMais, administrado e executado pelo ECONOMUS – Instituto de Seguridade Social, patrocinado pelo então Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A., e pelo próprio ECONOMUS, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2012, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O Plano PrevMais está estruturado na modalidade de Contribuição Variável (CV), na forma disposta na Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, posto que os benefícios programados assegurados pelo Plano observam a conjugação das características de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) ou Contribuição Definida (CD), na fase de percepção, conforme opção a ser exercida pelo Participante, estando sujeitos a riscos atuariais aqueles que optam pela percepção do benefício na modalidade de Benefício Definido (renda vitalícia).

No que se refere aos benefícios de risco, todos estão estruturados sob a modalidade de Benefício Definido, conforme Regulamento do Plano, sendo assegurados os benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte, Auxílio-Doença e Auxílio-Funeral.

O Plano está registrado na PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 2006.0034-29, sendo que a Avaliação Atuarial anual de 2012 contempla o Regulamento vigente na sua Data Base, sendo a última alteração aprovada pela Portaria MPS/SPC nº 1.577, de 18 de setembro de 2007.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2012 na Data Base de 31 de dezembro de 2012, sendo esta também a Data da Avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigente, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e

Assistidos levantados e informados pela Entidade, vinculados às Patrocinadoras do Plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data de 31 de dezembro de 2012, observado, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano PrevMais, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Todas as informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório GAMA 151 – RE 015/13, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios PrevMais posicionada em 31 de dezembro de 2012.

Adicionalmente, e em face do Economus não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência GAMA 151 - CT 447/12 de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2012, consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

2. Resultados Atuariais

2.1. Em relação ao grupo de custeio : geral

2.1.1 Evolução dos Custos

Os benefícios de risco assegurados pelo Plano PrevMais são os de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte, Auxílio-Doença e Auxílio-Funeral. Todos esses benefícios estão estruturados na modalidade de Benefício Definido, sendo avaliados sob o Regime de Capitalização e pelo Método de Financiamento de Crédito Unitário Projetado, e registrados no Fundo Previdencial para Cobertura de Benefícios de Riscos, em conformidade com o Regulamento e Nota Técnica Atuarial do Plano.

Conforme Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 015/13, os benefícios avaliados atuarialmente na fase de acumulação (benefícios de risco) apresentaram elevações em suas alíquotas. No total dos benefícios de risco, o custo aumentou de 1,276% na última Avaliação Atuarial, posicionada em 31 de dezembro de 2011 (Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 015/12), para 1,342% na Avaliação posicionada em 31 de dezembro de 2012, sendo as alíquotas incidentes sobre a folha de Salário de Benefício.

PARECERES

Esta elevação deveu-se, sobretudo, à inclusão de carregamento de segurança estatística no cálculo do custo dos benefícios de risco, objetivando, sem provocar qualquer alteração no Plano de Custeio para 2013, elevar o nível de segurança atuarial do PrevMais, tendo essa oscilação sido influenciada, também, pelas alterações realizadas nas hipóteses atuariais do Plano, conforme detalhadas na seção “Outros Fatos Relevantes” deste Parecer, bem como por variações observadas na base cadastral de Participantes e Assistidos.

Quanto ao benefício programado de Aposentadoria, o custo calculado com base na contribuição média dos Participantes e Patrocinadoras foi de 11,791% em 31 de dezembro de 2011, elevando-se para 11,918% na Avaliação do exercício de 2012. Este aumento deveu-se à elevação do percentual médio de contribuição escolhido por cada Participante do Plano, o qual pode variar entre 2% e 8% do Salário de Benefício, a critério do Participante, com a contrapartida paritária das respectivas Patrocinadoras.

Embora este benefício esteja sujeito a risco atuarial, em razão da possibilidade de requerimento da Aposentadoria em forma de renda vitalícia, estruturada em Benefício Definido, não há custo atuarialmente calculado atribuído a este benefício.

2.1.2. Variação das Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do Plano PrevMais, foram avaliadas em R\$161.886.350,27, na data de 31 de dezembro de 2012, sendo R\$38.896.735,33 referentes aos benefícios programados estruturados na modalidade de Contribuição Definida, e R\$122.989.614,94 referentes aos benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido, onde R\$4.246.859,51 são referentes aos benefícios programados e R\$118.742.755,43 referentes aos benefícios não-programados.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC foram avaliadas em R\$454.004.523,48, na data de 31 de dezembro de 2012, com base nas informações individuais dos Participantes, referentes aos benefícios determinados pelo método de capitalização financeira individual, estruturados, na fase de captação, na modalidade de Contribuição Definida (CD).

O Plano PrevMais não possui Provisões Matemáticas a Constituir - PMaC, na data base da Avaliação Atuarial.

Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava, em

31 de dezembro de 2012, em R\$615.890.873,75.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2011, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano PrevMais foi de 26,85%, tendo sido registrado o montante de R\$615.890.873,75 em 31 de dezembro de 2012 e R\$485.541.459,83 em 31 de dezembro de 2011. O crescimento deveu-se, em especial, ao ingresso de contribuições no Plano, que foi superior ao montante pago em benefícios e, acessoriamente, à rentabilidade auferida no exercício, de 10,1%, devendo-se considerar, ainda, o efeito das alterações das hipóteses atuariais realizadas neste exercício, conforme detalhadas na seção “Outros Fatos Relevantes” deste Parecer, e variações observadas na base cadastral de Participantes e Assistidos do Plano.

2.1.3. Principais Riscos Atuariais

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o Plano PrevMais, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, sendo que as hipóteses, Regimes Financeiros e Métodos de Financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2012 do Plano PrevMais, foram aprovadas pelo ECONOMUS, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório GAMA 151 - RE 097/12 observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006.

2.1.4. Soluções para Insuficiência de Cobertura

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2012, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2 Em relação ao plano de benefícios

2.2.1. Qualidade da base cadastral

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas,

PARECERES

os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

2.2.2. Variação do resultado

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$615.890.873,75, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$616.127.590,88, verifica-se que o Plano PrevMais apresentou Superávit técnico-actuarial, de R\$236.717,13, em 31 de dezembro de 2012.

O superávit do Plano reduziu de R\$442.688,26 em 31 de dezembro de 2011 para R\$236.717,13 em 31 de dezembro de 2012, representando oscilação negativa de 46,53%, ou R\$205.971,13. Esta redução deveu-se, em especial, a concessões, no exercício de 2012, de benefícios de Pensão por Morte e de Aposentadoria por Invalidez em níveis superiores àqueles historicamente verificados, particularmente no que diz respeito aos valores dos benefícios concedidos. Complementarmente, o resultado também foi influenciado pelo não alcance da meta atuarial do Plano, composta pela taxa de juros de 5,0% acrescida do INPC no ano de 2012, de 6,2%, totalizando 11,5%, enquanto que a rentabilidade alcançou 10,1%, gerando uma perda atuarial de 1,3% no período.

2.2.3. Natureza do resultado

O resultado superavitário do Plano apresenta características conjunturais, sendo oriundo, sobretudo, de oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais definidas para o Plano. Em se tratando, portanto, de oscilações inerentes ao processo estocástico, não se pode atribuir natureza estrutural ao resultado. A totalidade do superávit foi alocada em Reserva de Contingência, uma vez que perfaz 0,19% da Provisão Matemática do Plano relativa aos benefícios que não têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta, no valor de R\$122.989.614,94, conforme parágrafo único do artigo 7º da Resolução MPS/CGPC nº 26/2008.

2.2.4. Soluções para equacionamento do déficit

Tendo em vista que o Plano não apresentou déficit na Avaliação Atuarial de 2012, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2.5. Adequações dos métodos de financiamento

Adota-se, para o financiamento dos benefícios do Plano, o Regime de Capitalização conjugado com o Método de Capitalização Financeira para o benefício programado, estruturado em Contribuição Variável, e o método de Crédito

Unitário Projetado para os benefícios de risco, estruturados em Benefício Definido. Portanto, os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006.

2.2.6. Outros fatos relevantes

1) O Plano PrevMais foi implantado quando da realização do processo de saldamento do Plano do Regulamento Geral, também administrado pelo ECONOMUS, como opção de ingresso para aqueles que optaram pelo Saldamento de seus benefícios naquele Plano, encontrando-se, atualmente, aberto a novas adesões;

2) Para fins desta Avaliação Atuarial, foram considerados os valores de patrimônio, ativos de investimentos e exigíveis do Plano informados pela Entidade, através do Balancete Contábil do Plano do mês de dezembro de 2012 e conforme declarado pela Entidade os ativos de investimento estão avaliados e contabilizados a valor de mercado, pelo que consideramos, para fins da Avaliação, que tais valores refletem a realidade dos fatos;

3) De acordo com o referido Balancete Contábil, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontra-se integralizado;

4) Na Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2012, não obstante ter sido possível uma redução no custeio dos benefícios de risco do Plano, tendo em vista a diminuição do custo normal desses benefícios, influenciada, especialmente, pela alteração das hipóteses atuariais, preponderando à redução da taxa de crescimento real de salários, conforme detalhado adiante, optou-se por manter o custeio ora praticado, por meio da inserção de carregamento de segurança estatística para a apuração do custo dos benefícios de risco, posto que estes são dimensionados por meio de Fundo Previdencial;

5) Conforme decisão da Entidade será mantido o custeio administrativo praticado no exercício de 2012 para este Plano, sendo este variável conforme o Salário de Benefício do Participante, de 0,15% a 0,94% sobre o Salário de Benefício; e de 0,90% sobre o valor da Complementação recebida e do Benefício Proporcional Diferido, para os Assistidos e Participantes em BPD, respectivamente;

6) Os Fundos do Plano montavam a quantia de R\$117.302.381,47, sendo R\$110.456.090,72 referentes a Fundos Previdenciais; R\$6.678.827,21 referentes a Fundo Administrativo; e R\$167.463,54 referentes a Fundos dos

PARECERES

Investimentos. Os valores dos Fundos Administrativo e dos Investimentos foram informados pela Entidade, através do Balancete Contábil do Plano;

7) Quanto aos Fundos Previdenciais, seus valores são compostos pelo Fundo de Reversão, por exigência regulamentar, cujo valor de R\$4.032.596,37 foi informado pela Entidade, o qual é constituído pelas parcelas patronais não resgatáveis de Participantes que optaram pelo Instituto do Resgate e destina-se à cobertura da Conta Coletiva do Plano ou a outra finalidade aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, conforme consta do Regulamento do Plano; e pelo Fundo constituído em decorrência da capitalização dos benefícios de risco, previsto em Nota Técnica Atuarial, que montava, em 31 de dezembro de 2012, R\$106.423.494,35, e teve como origem

primária de recursos o Fundo de Oscilação de Risco, mantido pelo Plano até a capitalização dos benefícios de risco, ocorrida em 31 de dezembro de 2011, e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo este fundo dimensionado atuarialmente e destinado a custear os benefícios de risco do Plano;

8) No que diz respeito às hipóteses atuariais, procederam-se às seguintes alterações na Avaliação Atuarial de 2012, quando comparadas com aquelas adotadas em 2011: i) Fator de Capacidade de 0,9716 para 0,9789; ii) Crescimento Real de Salários de 3,57% ao ano para 2,15% ao ano; iii) Tábua de Entrada em Invalidez de Zimmer (D26) para Light Fraca; (A150); e iv) Tábua de Rotatividade de Exp. ECONOMUS 2010 (taxa média de 1,70%) para Exp. ECONOMUS 2011 (taxa média de 1,20%).

3. Plano de custeio

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início em 01 de abril de 2013, em conformidade com o Regulamento do Plano, deverá ter a seguinte configuração, observada sua

prévia aprovação da Entidade e Patrocinadoras, antes de sua entrada em vigor:

PLANO DE CUSTEIO PARA 2013 - PARTICIPANTE				
CONTRIBUIÇÃO NORMAL				
	Para o custeio dos benefícios programados	Variável de 2% a 8% sobre o salário de benefício, conforme opção do Participante.		
		Limite Inferior SB* em R\$	Limite Superior SB* em R\$	% SB*
Participantes	Para o custeio dos benefícios de risco	0	2.500	0,06%
		2.500,01	3.000	0,20%
		3.000,01	3.500	0,34%
		3.500,01	4.000	0,46%
		4.000,01	5.000	0,55%
		5.000,01	6.000	0,65%
		6.000,01	7.000	0,73%
		7.000,01	8.000	0,77%
		8.000,01	10.000	0,83%
		10.000,01	12.000	0,88%
	12.000,01	6 PPE **	0,93%	
Participantes Autopatrocínados	Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora			
Participantes em BPD	0,00%			

PARECERES

PATROCINADORAS - CONTRIBUIÇÃO NORMAL

Paritárias às Contribuições Normais dos Participantes.

ASSISTIDOS - CONTRIBUIÇÃO NORMAL

Não aplicável ao Plano, devido à inexistência de Contribuição Normal de Assistido no Plano.

PLANO DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Em conformidade com a definição da Entidade acerca dos Custos Administrativos dos Planos Previdenciais, em observância ao seu Plano de Gestão Administrativa – PGA, o custo intencionado para o Plano PrevMais é definido conforme a seguir:

Base de Incidência	Faixa Salarial (SB*) em R\$	Taxa Aplicável - Plano de Custeio Proposto (a partir de abril/13)
a) Taxa de Carregamento aplicável sobre o salário real de participação, em relação aos Participantes	Até 2.500,00	0,15%
	De 2.500,01 a 3.000,00	0,30%
	De 3.000,01 a 3.500,00	0,45%
	De 3.500,01 a 4.000,00	0,55%
	De 4.000,01 a 5.000,00	0,65%
	De 5.000,01 a 6.000,00	0,80%
	De 6.000,01 a 7.000,00	0,85%
	De 7.000,01 a 10.000,00	0,90%
	De 10.000,01 a 6 PPE**	0,94%
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre o salário real de participação, em relação ao Participante Autopatrocinado		Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora.
c) Taxa de Carregamento aplicável sobre o BPD		0,90%
d) Taxa de Carregamento aplicável sobre a Complementação recebida pelo Aposentado		0,90%
e) Taxa de Carregamento aplicável sobre a Complementação recebida pelo Pensionista		0,90%
f) Taxa de Carregamento, paga pelas Patrocinadoras		Paritárias às Contribuições dos Participantes para este fim.
g) Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano		0,15%

PLANO DE CUSTEIO para 2013

Garantidores do Plano

* Salário de Benefício.

** Padrão Previdenciário Economus, correspondente a R\$3.018,35 na Data da Avaliação.

4. Conclusão

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-actuarial do Plano PrevMais, em 31 de dezembro de 2012, é superavitária em R\$ 236.717,13, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo a totalidade deste valor alocado em Reserva de Contingência.

Este é o Parecer.

Brasília, 8 de fevereiro de 2013.

Antônio Fernando Gazzoni
Atuário MIBA 851 - MTb/RJ
Diretor-Presidente

PARECERES

Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1

CNPB 1978.0002-19

Parecer Atuarial 004/13

1. Considerações Iniciais

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1, administrado e executado pelo ECONOMUS – Instituto de Seguridade Social, patrocinado pelo então Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A., em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2012, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1 é um plano suplementar de benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, assemelhadas às do Regime Geral de Previdência Social, destinado aos empregados da Patrocinadora do Plano admitidos originariamente pelo regime de CLT, até 13/05/1974, e protegidos pelas Leis Estaduais nº 1.386/1951 e nº 4.819/1958, oferecendo, em conformidade com o Regulamento, benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido a priori, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

O Plano está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 1978.0002-19, sendo que a Avaliação Atuarial anual de 2012 contempla o Regulamento vigente na sua Data Base, sendo a última alteração aprovada em 26 de outubro de 2007, por meio da Portaria MPS/SPC nº 1.802, com vigência a partir de 29 de outubro de 2007.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2012 na Data Base de 31 de dezembro de 2012, sendo esta também a Data da Avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigente, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos levantados e informados pela Entidade, vinculados à Patrocinadora do Plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data de 31 de dezembro de 2012, observado, ainda, a existência de um único Grupo de

Custeio no Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Todas as informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório GAMA 151 – RE 012/13, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1 posicionada em 31 de dezembro de 2012.

Cabe ressaltar que aos Participantes do Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1, admitidos originariamente pelo regime CLT, até 13/05/1974, e protegidos pelas Leis Estaduais nº 1.386/51 e nº 4.819/58, ou aos seus dependentes, serão concedidos os seguintes benefícios, cujo custeio é de responsabilidade exclusiva da Fazenda do Estado de São Paulo, para aqueles admitidos até 22/01/1974 nos termos do Decreto nº 33.754, de 09/09/91, ou Banco do Brasil, para aqueles admitidos após 22/01/1974 e até 13/05/1974:

- Aposentadoria por Tempo de Serviço;
- Aposentadoria por Idade;
- Aposentadoria por Invalidez; e
- Pensão por Morte.

A atual massa de Participantes do Plano é aquela que está em atividade na Patrocinadora ou recebendo benefício de aposentadoria pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Banco do Brasil, bem como os Aposentados e Pensionistas que recebem benefício pelo Plano. Assim, na forma da regulamentação geral e do Regulamento específico do Plano de Benefícios em comento, são assegurados, mediante custeio dos Participantes, Assistidos e Patrocinadora, os seguintes benefícios:

- Auxílio-Reclusão;
- Auxílio-Doença;
- Pecúlio por Morte; e
- Pecúlio por Invalidez.

Os benefícios de Auxílio-Natalidade e Auxílio-Funeral, na forma do Regulamento do Plano em tela, são concedidos nas mesmas condições da Previdência Oficial, em conformidade com a Lei nº 8.213, de 14 de agosto de 1991. Entretanto, com o advento da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, que alterou a Lei nº 8.213/1991, tais auxílios não mais são objeto de concessão pelo Regime Geral de Previdência Social e, conseqüentemente, pelo Economus, em consonância, inclusive, com as informações repassadas pela Entidade.

Adicionalmente, e em face do Economus não ter informado

PARECERES

nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência GAMA 151 - CT 447/12 de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2012, consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

2. Resultados Atuariais

2.1 Em relação ao grupo de custeio: geral

2.1.1 Evolução dos Custos

Os benefícios assegurados pelo Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1 cujos custos são avaliados atuarialmente são os de Auxílio-Doença, Auxílio-Reclusão, Pecúlio por Morte e Pecúlio Por invalidez. Todos os benefícios estão estruturados na modalidade de Benefício Definido, estando o benefício de Auxílio-Reclusão avaliado sob o Regime de Repartição de Capitais de Cobertura e os demais pelo Regime de Repartição Simples. Para o cálculo dos custos, utilizou-se o método Atuarial para o benefício de Auxílio-Doença e o método de Teoria do Risco Coletivo para os demais benefícios, observando-se as ocorrências nos últimos 36 meses anteriores à Avaliação, adotando-se a margem de segurança estatística de 91%.

Comparativamente ao exercício anterior, foi observada uma redução do custo do Plano, que diminuiu de 0,405% registrado na última Avaliação Atuarial, posicionada em 31 de dezembro de 2011, conforme Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 012/12, para 0,228% nesta Avaliação, posicionada em 31 de dezembro de 2012, conforme Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 012/13, sendo ambas as alíquotas incidentes sobre a folha de Salário Real de Participação, tendo sido influenciado, especialmente pela diminuição dos gastos históricos com tais benefícios nos últimos 36 meses, conforme dados repassados pela Entidade.

Cumpramos ressaltar que, excepcionalmente, os benefícios concedidos de Aposentadoria e Pensão já estão integralmente cobertos pelo Patrimônio de Cobertura do Plano, não havendo custos atribuídos aos Assistidos, tampouco à Patrocinadora, em relação a esses benefícios concedidos.

2.1.2 Variação das Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos

do Plano foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros e montam R\$7.834.035,00, na data de 31 de dezembro de 2012, sendo R\$7.187.537,00 referentes aos benefícios programados e R\$646.498,00 referentes aos benefícios não-programados, estruturados na modalidade de Benefício Definido.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC foram avaliadas em R\$6.192.927,10, na data de 31 de dezembro de 2012, referentes ao valor atual dos benefícios futuros não programados. Este valor é calculado a partir da parcela resgatável do saldo de conta dos Participantes, em consonância com a Nota Técnica Atuarial do Plano, elaborada conforme definição emanada da Entidade.

O Plano não possuía Provisões Matemáticas a Constituir – PMAc na data base da Avaliação Atuarial.

Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava, em 31 de dezembro de 2012, em R\$14.026.962,10.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2011, a variação nominal das Provisões Matemáticas foi de 6,93%, tendo sido registrado o montante de R\$14.026.962,10 em 31 de dezembro de 2012 e R\$13.118.158,58 em 31 de dezembro de 2011. O crescimento deve-se, em especial, às alterações das hipóteses atuariais, com destaque para a redução da taxa de juros, que diminuiu 1,7 ponto percentual, bem como à variação verificada nas PMBC, onde se observou que a atualização dos benefícios em percepção (reajustados pelo INPC) foi superior à involução atuarial da Reserva Matemática de Benefícios Concedidos. Maiores detalhes podem ser encontrados no Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 012/13.

2.1.3 Principais Riscos Atuariais

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, sendo que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2012 do Plano de Benefícios do

PARECERES

Regulamento Complementar nº 1, foram definidas pelo Economus, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório GAMA 151 - RE 097/12, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006.

2.1.4. Soluções para Insuficiência de Cobertura

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura nesta Avaliação, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2 Em relação ao plano de benefícios

2.2.1. Qualidade da base cadastral

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

2.2.2. Variação do resultado

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$14.026.962,10, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 16.617.835,96, verifica-se que o Plano do Regulamento Complementar nº 1 apresentou superávit técnico-actuarial, de R\$2.590.873,86, em 31 de dezembro de 2012.

O Superávit do Plano aumentou de R\$2.107.632,70 em 31 de dezembro de 2011 para R\$2.590.873,86 em 31 de dezembro de 2012, representando elevação de 22,93%, ou R\$483.241,16. Este aumento deveu-se, em especial, à superação da meta atuarial pela rentabilidade do Plano, que alcançou 13,6% no exercício de 2012, enquanto que a meta atuarial, composta pela taxa de juros de 6% acrescida do INPC de 6,2%, totalizou 12,6% no mesmo período, gerando um ganho atuarial de 0,92%.

2.2.3. Natureza do resultado

O resultado superavitário do Plano apresenta características estruturais, sendo oriundo, dentre outras causas, dos regimes financeiros adotados para os benefícios de risco do Plano, bem como do histórico de superação das metas atuariais pela rentabilidade, superações essas que têm seu efeito maximizado pelo elevado montante alocado em Fundos Previdenciais, os quais representavam, na data da Avaliação Atuarial de

encerramento de exercício de 2012, montante equivalente a 62% das Provisões Matemáticas do Plano, sendo que os recursos desses Fundos estão indexados à meta atuarial do Plano.

A totalidade do superávit, R\$2.590.873,86, foi alocada em Reserva de Contingência, correspondente a 18,47% das Provisões Matemáticas do Plano, estruturadas em Benefício Definido.

2.2.4. Soluções para equacionamento do déficit

Tendo em vista que o Plano não apresentou Déficit nesta Avaliação, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2.5. Adequações dos métodos de financiamento

Adota-se, para o financiamento dos benefícios assegurados pelo Plano, o regime Repartição Simples conjugado com o método de Teoria do Risco Coletivo para os benefícios de Pecúlio por Morte e Pecúlio por Invalidez; o regime de Repartição Simples conjugado com o método Atuarial para o benefício de Auxílio-Doença; e o regime de Repartição de Capitais de Cobertura conjugado com o método de Teoria do Risco Coletivo para o benefício de Auxílio-Reclusão. Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006.

2.2.6. Outros fatos relevantes

1) O Plano abriga Participantes que foram admitidos pelo então Banco Nossa Caixa S.A. até 13/05/1974, originariamente pelo regime de CLT, na forma de seu Regulamento. A estes Participantes, ou a seus dependentes, são oferecidos, mediante custeio exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo para aqueles admitidos até 22/01/1974 ou pelo Banco do Brasil, para aqueles admitidos após 22/01/1974 e até 13/05/1974, benefícios de Aposentadoria e Pensão. Mediante custeio, serão assegurados pelo Plano os benefícios de Auxílio-Reclusão; Auxílio-Doença; Pecúlio por Morte; e Pecúlio por Invalidez;

2) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado, parcela destes estavam contabilizados pela curva do papel e mantidos até o vencimento, sendo que para tal, a Entidade atestou a possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores, fato que pode ser verificado no Parecer GAMA 151 – PA 031/13;

3) De acordo com o referido Balancete, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontrava-se integralizado;

PARECERES

4) Conforme decisão da Entidade, será mantido o custeio administrativo praticado no exercício de 2012 para este Plano, sendo este de 0,120% sobre o Salário Real de Participação - SRP, para os Participantes; e 0,120% sobre a folha de SRP, acrescido de contribuição extraordinária de administração correspondente a 0,92% sobre a folha total de pagamentos inerentes aos Participantes do Plano, o que corresponde a 0,86% da folha de SRP;

5) Os Fundos do Plano em 31 de dezembro de 2012 montavam a quantia de R\$9.494.118,05 sendo R\$806.754,96 referentes a Fundos Administrativos, valores esses informados pela Entidade, e R\$8.687.363,09, referente aos Fundos Previdenciais;

6) Quanto aos Fundos Previdenciais, R\$7.722.500,20 referem-se ao Fundo para Cobertura de Oscilação de Riscos. Este Fundo foi constituído atuarialmente para atender à Gestão Previdencial do Plano, e é destinado à cobertura de eventuais oscilações técnicas do Plano, na forma de sua Nota Técnica Atuarial; e R\$964.862,89 no Fundo para Cobertura de Alteração de Regimes Financeiros, constituído para suportar, mesmo que parcialmente, eventual alteração dos regimes financeiros dos benefícios de risco do Plano para o regime de Capitalização;

7) A partir da vigência do Plano de Custeio dado pela Avaliação Atuarial de 2012, o Fundo para Cobertura de Alteração de Regimes Financeiros continuará a receber, mensalmente, os recursos correspondentes à diferença entre as contribui-

ções normais atualmente praticadas e as contribuições normais definidas no Plano de Custeio decorrente da Avaliação de 2012, assim como vem sendo feito desde a vigência do Plano de Custeio apurado na Avaliação de encerramento de exercício de 2011;

8) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2012, comparativamente às adotadas para o exercício de 2011, destacam-se as alterações relativas ao Fator de Capacidade dos Benefícios, em que se utilizou 0,9789, em substituição a 0,9716; da Tábua de Mortalidade Geral, em que se utilizou a AT-2000M&F Agravada em 60% em substituição à AT-83M; e da Taxa de Juros Técnico, em que se utilizou 4,30% ao ano, em substituição a 6,00% ao ano, estando todas as hipóteses amparadas tecnicamente por estudos de aderência apresentados por meio do Relatório GAMA 151 - RE 097/12 e tendo sido definidas pelo Conselho Deliberativo do Economus;

9) No que diz respeito às Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, de valor equivalente à parcela resgatável do saldo de conta dos Participantes, este registro tem como base decisão da Entidade, que se amparou em parecer jurídico emitido em 2008, o qual manifesta opinião de que os Participantes teriam direito a 50% das suas contribuições pessoais em caso de desligamento da Patrocinadora, conforme parágrafo 3º do artigo 5º da regulamentação geral aplicável ao Plano.



PARECERES

3. Plano de custeio

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início em 1º de abril de 2013, em conformidade com o Regulamento do Plano, deverá ter a seguinte configuração, sendo atribuíveis contribuições normais exclusivamente aos Participantes do Plano, conforme definição da Entidade:

PLANO DE CUSTEIO PARA 2013 - PARTICIPANTES - CONTRIBUIÇÃO NORMAL	
Participantes "Ativos"	0,14% do Salário Real de Participação
Participantes em percepção de benefícios custeados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo	0,14% do Salário Real de Participação*
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA CONSTITUIÇÃO DE FUNDO PREVIDENCIAL**	
Participantes "Ativos"	0,74% do Salário Real de Participação
Participantes em percepção de benefícios custeados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo	0,74% do Salário Real de Participação*
PATROCINADORA - CONTRIBUIÇÃO NORMAL	
Patrocinadora	0,07% da Folha de Salário Real de Participação
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA PARA CONSTITUIÇÃO DE FUNDO PREVIDENCIAL**	
Patrocinadora	0,36% da Folha de Salário Real de Participação
ASSISTIDOS - CONTRIBUIÇÃO NORMAL	
Aposentados em recebimento de benefício custeado pelo Economus	4,88% sobre o valor da Complementação
Pensionistas em recebimento de benefício custeado pelo Economus	Não há
PLANO DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO	
Em conformidade com a definição da Entidade acerca dos Custos Administrativos dos Planos Previdenciais, em observância ao seu Plano de Gestão Administrativa – PGA, o custo intencionado para o Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº 1 é definido conforme a seguir:	
PLANO DE CUSTEIO PARA 2013	
a) Taxa de Carregamento aplicável sobre o salário real de participação dos Participantes Ativos e em percepção de Benefício custeado pela SEFAZ	0,12%
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre o valor da Complementação recebida pelos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) cujos benefícios são custeados pelo ECONOMUS	0,12%
c) Taxa de Carregamento, paga pela Patrocinadora, aplicável sobre a folha de salário real de participação	0,12%
d) Taxa de Carregamento extraordinária paga pela Patrocinadora, correspondente a 0,92% incidente sobre a folha total de pagamentos da Patrocinadora em relação ao Plano	0,864%
e) Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano	0,15%

* Corresponde à renda mensal de responsabilidade da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo – SEFAZ.

** Fundo Previdencial destinado a suportar eventual alteração dos regimes financeiros dos benefícios de risco, para o regime de capitalização, conforme Nota Técnica Atuarial do Plano.

4. Conclusão

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano do Regulamento Complementar nº 1, em 31 de dezembro de 2012, é superavitária em R\$ 2.590.873,86, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo que a totalidade deste valor foi alocada em Reserva de Contingência.

Este é o Parecer.

Brasília, 8 de fevereiro de 2013.

Antônio Fernando Gazzoni
Atuário MIBA 851 - MTb/RJ
Diretor-Presidente

PARECERES

Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 2 CNPB 1978.0003-83

Parecer Atuarial 005/13

1. Considerações Iniciais

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 2, administrado e executado pelo ECONOMUS – Instituto de Seguridade Social, patrocinado pelo então Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A., em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2012, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 2 é um plano suplementar de benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, assemelhadas às do Regime Geral de Previdência Social, destinado aos empregados da Patrocinadora do Plano optantes pelo regime celetista, na forma prevista pela Lei Estadual (SP) nº 10.430/1971 e Decreto nº 7.711/1976, oferecendo, em conformidade com o Regulamento, benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido *a priori*, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

O Plano está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 1978.0003-83, sendo que a Avaliação Atuarial anual de 2012 contempla o Regulamento vigente na sua Data Base, sendo a última alteração aprovada em 26 de outubro de 2007, por meio da Portaria MPS/SPC nº 1.802, com vigência a partir de 29 de outubro de 2007. Cumpre ressaltar que o Plano encontra-se em situação de extinção, ou seja, fechado a novas adesões, sendo a data de desativação 26 de setembro de 1997.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2012 na Data Base de 31 de dezembro de 2012, sendo esta também a Data da Avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigente, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistedos levantados e informados pela Entidade, vinculados à Patrocinadora do Plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data de 31 de dezembro de 2012, observado, ainda, a existência de um único Grupo de

Custeio no Plano do Regulamento Complementar nº 2, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistedos do Plano de Benefícios.

Todas as informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório GAMA 151 – RE 013/13, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 2 posicionada em 31 de dezembro de 2012.

Cabe ressaltar que aos Participantes do Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 2, optantes pelo regime CLT, na forma prevista pela Lei Estadual nº 10.430/71 e Decreto nº 7.711/76, ou aos seus dependentes, serão concedidos os seguintes benefícios, cujo custeio é de responsabilidade exclusiva da Fazenda do Estado de São Paulo, nos termos do Decreto nº 34.351, de 09/09/91 e da Lei Estadual nº 8.236, de 19/01/93, conforme Regulamento do Plano:

- Aposentadoria por Tempo de Serviço;
- Aposentadoria por Idade;
- Aposentadoria por Invalidez; e
- Pensão por Morte.

Além daqueles acima listados, o Plano oferece os benefícios de Auxílio-Doença, Auxílio-Reclusão, Pecúlio por Invalidez e Pecúlio por Morte, sendo estes custeados pelos Participantes.

A atual massa de Participantes do Plano é aquela que está recebendo benefício de aposentadoria pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, bem como os Pensionistas que recebem benefício pelo Plano em comento. Assim, considerando os demais benefícios assegurados pelo Plano, o único em que a massa remanescente se enquadra é o de Pecúlio por Morte.

Os benefícios de Auxílio-Natalidade e Auxílio-Funeral, na forma do Regulamento do Plano em tela, são concedidos nas mesmas condições da Previdência Oficial, em conformidade com a Lei nº 8.213, de 14 de agosto de 1991. Entretanto, com o advento da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, que alterou a Lei nº 8.213/1991, tais auxílios não mais são objeto de concessão pelo Regime Geral de Previdência Social e, conseqüentemente, pelo Economus, em consonância, inclusive, com as informações repassadas pela Entidade.

Adicionalmente, e em face do Economus não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência GAMA 151 - CT 447/12 de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2012, consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade

PARECERES

técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

2. Resultados Atuariais

2.1. Em relação ao grupo de custeio: geral

2.1.1. Evolução dos Custos

O benefício de Pecúlio por Morte assegurado pelo Plano do Regulamento Complementar nº 2 cujo custo é avaliado atuarialmente está estruturado na modalidade de Benefício Definido, sob o Regime de Repartição Simples. Para o cálculo dos custos desse benefício, utilizou-se o método de Teoria do Risco Coletivo, observando-se as ocorrências nos últimos 36 meses anteriores à Avaliação, com segurança estatística de 91%.

Comparativamente ao exercício anterior, foi observada uma redução do custo do Plano, que oscilou de 2,243% registrado na última Avaliação Atuarial, posicionada em 31 de dezembro de 2011, conforme Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 013/12, para 2,187% nesta Avaliação, posicionada em 31 de dezembro de 2012, conforme Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 013/13, sendo ambas as alíquotas incidentes sobre a folha de Salário Real de Participação, tendo sido influenciado, especialmente pela diminuição dos gastos históricos com o referido benefício nos últimos 36 meses, conforme dados repassados pela Entidade.

Cumprе ressaltar que, excepcionalmente, os benefícios concedidos de Pensão por Morte já estão integralmente cobertos pelo Patrimônio de Cobertura do Plano, não havendo custos atribuídos aos Assistidos, tampouco à Patrocinadora, em relação a esses benefícios concedidos.

2.1.2. Variação das Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (neste caso apenas Pensionistas) do Plano do Regulamento Complementar nº 2 disponibilizadas pelo ECONOMUS, foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros e montam R\$1.746.225,00, na data de 31 de dezembro de 2012, sendo referentes ao benefício não programado, estruturado na modalidade de Benefício Definido. Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC foram avaliadas em R\$6.254.290,44, na data de 31 de dezembro de 2012, referentes ao valor atual dos benefícios futuros não programados. Este valor é calculado a partir da parcela resgatável do saldo de conta dos Participantes, em consonância com a Nota Técnica Atuarial do Plano, elaborada conforme definição emanada da Entidade.

O Plano não possuía Provisões Matemáticas a Constituir -

PMaC na data base da Avaliação Atuarial.

Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava, em 31 de dezembro de 2012, em R\$8.000.515,44.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2011, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano foi negativa de 1,68%, tendo sido registrado o montante de R\$8.000.515,44 em 31 de dezembro de 2012 e R\$8.137.029,79 em 31 de dezembro de 2011. Esta redução deveu-se, sobretudo, a alterações na base cadastral de Participantes e Assistidos e à involução das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, dada pelo pagamento de benefícios no decorrer do ano de 2012, levando-se em consideração, ainda, a alteração das hipóteses atuariais – sobretudo a redução da taxa de juros técnico – que, por si só, elevaria as Provisões Matemáticas do Plano. Maiores detalhes podem ser encontrados no Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 013/13.

2.1.3. Principais Riscos Atuariais

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 2, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, sendo que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2012 do Plano do Regulamento Complementar nº 2, foram definidas pelo Economus, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório GAMA 151 - RE 097/12, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006.

2.1.4. Soluções para Insuficiência de Cobertura

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura nesta Avaliação, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2. Em relação ao plano de benefícios

2.2.1. Qualidade da base cadastral

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a

PARECERES

testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

2.2.2. Variação do Resultado

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$8.000.515,44, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$11.450.217,03, verifica-se que o Plano do Regulamento Complementar nº 2 apresentou Superávit técnico-atuarial, de R\$3.449.701,59, em 31 de dezembro de 2012.

O Superávit do Plano aumentou de R\$1.886.000,73 em 31 de dezembro de 2011 para R\$3.449.701,59, em 31 de dezembro de 2012, representando elevação de 82,91%, ou R\$1.563.700,86. Este aumento deveu-se à redução nas Provisões Matemáticas, pelos motivos já mencionados anteriormente neste Parecer e, de forma complementar, à superação da meta atuarial pela rentabilidade do Plano, que alcançou 12,8% no exercício de 2012, enquanto que a meta atuarial, composta pela taxa de juros de 6,0% acrescida do INPC de 6,2%, totalizou 12,6% no mesmo período, gerando um ganho atuarial de 0,18%.

2.2.3. Natureza do resultado

O resultado superavitário do Plano apresenta características estruturais, sendo oriundo, dentre outras causas, do regime financeiro adotado para o benefício de risco do Plano, qual seja, o Pecúlio por Morte, bem como do histórico de superação das metas atuariais pela rentabilidade, superações essas que têm seu efeito maximizado pelo elevado montante alocado em Fundos Previdenciais, os quais representavam, na data da Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2012, montante equivalente a 88% das Provisões Matemáticas do Plano, sendo que os recursos desses Fundos estão indexados à meta atuarial do Plano.

Parte do superávit, R\$2.000.128,86, foi alocada em Reserva de Contingência, correspondente a 25,00% das Provisões Matemáticas do Plano estruturadas em Benefício Definido, no valor de R\$8.000.515,44, conforme parágrafo único do artigo 7º da Resolução MPS/CGPC nº 26, de 19 de setembro de 2008, e 18,12%, correspondente a R\$1.449.572,73, foi alocado em Reserva Especial para Revisão de Plano.

2.2.4. Soluções para equacionamento do déficit

Tendo em vista que o Plano não apresentou Déficit nesta Avaliação, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2.5. Adequações dos métodos de financiamento

Adota-se, para o financiamento do benefício assegurado pelo Plano que está sujeito a financiamento atuarial (Pecúlio por Morte), o regime de Repartição Simples, conjugado com método de financiamento dado pela Teoria Coletiva do Risco. O método utilizado está aderente à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006.

2.2.6. Outros fatos relevantes

1) O Plano abriga Participantes que foram admitidos pelo então Banco Nossa Caixa S.A., optantes pelo regime de CLT, na forma de seu Regulamento. A estes Participantes, ou a seus dependentes, são oferecidos, mediante custeio exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, benefícios de Aposentadoria e Pensão. Considerando os demais benefícios assegurados pelo Plano, bem como sua atual massa de Participantes, na qual não há qualquer Participante em atividade na Patrocinadora, o único benefício que esta massa remanescente se enquadra é o de Pecúlio por Morte;

2) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado, parcela destes estavam contabilizados pela curva do papel e mantidos até o vencimento, sendo que para tal, a Entidade atestou a possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores, fato que pode ser verificado no Parecer GAMA 151 – PA 032/13;

3) De acordo com o Balancete Contábil de dezembro de 2012, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontrava-se integralizado;

4) Conforme decisão da Entidade, será mantido o custeio administrativo praticado no exercício de 2012 para este Plano, sendo este de 0,410% sobre o Salário Real de Participação, para os Participantes; 0,410% sobre o valor da Complementação recebida pelo Economus, para os Pensionistas; e 0,92% sobre a folha total de pagamentos inerentes aos Participantes do Plano, a título de Contribuição Extraordinária de administração, o que corresponde a 0,89% da folha de Salário Real de Participação;

5) Os Fundos do Plano em 31 de dezembro de 2012 montavam a quantia de R\$8.746.645,60, sendo R\$1.690.765,78 referentes a Fundos Administrativos, valores esses informados pela Entidade, e R\$7.055.879,82 referentes a Fundos Previdenciais;

6) Quanto aos Fundos Previdenciais, a totalidade do valor refere-se ao Fundo para Cobertura de Oscilação de Riscos. Este Fundo foi constituído atuarialmente, para atender a Gestão Previdencial do Plano, e é destinado à cobertura de eventuais oscilações técnicas do Plano, na forma de sua Nota Técnica Atuarial;

PARECERES

7) No exercício de 2013, a partir da vigência do Plano de Custeio apurado para este exercício, continuará a haver utilizações do Fundo para Cobertura de Oscilações de Riscos, assim como vem ocorrendo desde abril de 2012, visando complementar o custeio dos benefícios do Plano. Assim, as contribuições dos Participantes serão mantidas nos níveis atuais, sendo suportado o complemento do custeio pelo referido Fundo Previdencial. Mensalmente, será utilizada quantia equivalente a 0,62% da folha de Salário Real de Participação;

8) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2012, comparativamente às adotadas para o exercício de 2011, destacam-se as alterações do Fator de Capacidade dos Benefícios, em que se utilizou 0,9789, em substituição a 0,9716; da Tábua de Mortalidade Geral, em que se utilizou a AT-2000 M&F Agravada em 60% em substituição à

AT-83 M; e da Taxa de Juros Técnico, em que se utilizou 4,30% ao ano, em substituição a 6,00% ao ano, estando todas as hipóteses amparadas tecnicamente por estudos de aderência apresentados por meio do Relatório GAMA 151 - RE 097/12 e tendo sido definidas pelo Conselho Deliberativo do Economus;

9) No que diz respeito às Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, de valor equivalente à parcela resgatável do saldo de conta dos Participantes, este registro tem como base decisão da Entidade, que se amparou em parecer jurídico emitido em 2008, o qual manifesta opinião de que os Participantes teriam direito a 50% das suas contribuições pessoais em caso de desligamento da Patrocinadora, conforme parágrafo 3º do artigo 5º da regulamentação geral aplicável ao Plano.

3. Plano de custeio

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início em 1º de abril de 2013, em conformidade com o Regulamento do Plano, deverá ter a seguinte configuração, sendo atribuíveis

contribuições normais exclusivamente aos Participantes do Plano, conforme definição da Entidade:

PLANO DE CUSTEIO PARA 2013 - CONTRIBUIÇÃO NORMAL	
Participantes em percepção de benefícios custeados pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo	1,57% do Salário Real de Participação*
Fundo Previdencial de Oscilação de Riscos**	0,62% da folha de Salário Real de Participação*

PLANO DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO	
Em conformidade com a definição da Entidade acerca dos Custos Administrativos dos Planos Previdenciais, em observância ao seu Plano de Gestão Administrativa – PGA, o custo intencionado para o Plano de Benefícios do Regulamento Complementar nº 2 é definido, conforme a seguir:	
a) Taxa de Carregamento aplicável sobre o salário real de participação	0,410%
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre o valor da Complementação recebida pelos Assistidos cujos benefícios são custeados pelo Economus	0,410%
c) Taxa de Carregamento extraordinária paga pela Patrocinadora, correspondente a 0,92% incidente sobre a folha total de pagamentos da Patrocinadora em relação ao Plano	0,886%, incidente sobre a folha de Salário Real de Participação
d) Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano	0,15%

* Corresponde à renda mensal de responsabilidade da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo – SEFAZ.

** Correspondente ao valor revertido mensalmente do saldo do Fundo Previdencial de Oscilação de Riscos ao Patrimônio de Cobertura do Plano.

4. Conclusão

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano do Regulamento Complementar nº 2, em 31 de dezembro de 2012, é superavitária em R\$3.449.701,59, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo que, desse montante, R\$2.000.128,86 foi alocado em Reserva de Contingência, e R\$1.449.572,73 alocado em Reserva Especial para Revisão do Plano.

Este é o Parecer.

Brasília, 8 de fevereiro de 2013.

Antônio Fernando Gazzoni
Atuário MIBA 851 - MTb/RJ
Diretor-Presidente

PARECERES

Plano do Regulamento Geral

CNPB 1978.0001-38

Parecer Atuarial 022/13

1. Considerações Iniciais

Atendendo às disposições das Leis Complementares Nº 108 e Nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC Nº 18, de 28 de março de 2006, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios do Regulamento Geral, administrado e executado pelo Economus – Instituto de Seguridade Social, patrocinado pelo então Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A., e pelo próprio Economus, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2012, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O Plano de Benefícios do Regulamento Geral é um plano suplementar de benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, assemelhadas às do Regime Geral de Previdência Social, destinado aos empregados das Patrocinadoras do Plano, oferecendo, em conformidade com o Regulamento, benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido a priori, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC Nº 16, de 22 de novembro de 2005.

O Plano está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 1978.0001-38, sendo que a Avaliação Atuarial anual de 2012 contempla o Regulamento vigente na sua Data Base, sendo a última alteração aprovada em 26 de outubro de 2007, por meio da Portaria MPS/SPC Nº 1.802, com vigência a partir de 29 de outubro de 2007. Cumpre ressaltar que o Plano passou por processo de saldamento facultativo no ano de 2005, sendo que se encontra em situação de extinção, ou seja, fechado a novas adesões, considerando a data de desativação de 31 de julho de 2006.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2012 na Data Base de 31 de dezembro de 2012, sendo esta também a Data da Avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigente, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos levantados e informados pela Entidade, vinculados às Patrocinadoras do Plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data de 31 de dezembro

de 2012, observado, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano do Regulamento Geral, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Todas as informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório GAMA 151 – RE 014/13, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios do Regulamento Geral, posicionada em 31 de dezembro de 2012.

Adicionalmente, e em face de o Economus não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência GAMA 151 – CT 447/12 de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2012, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

2. Resultados Atuariais

2.1. Em relação ao grupo de custeio: geral

2.1.1. Evolução dos Custos

Todos os benefícios do Plano do Regulamento Geral estão estruturados na modalidade de Benefício Definido. Os benefícios programados (Complementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço e por Idade) estão estruturados no regime de Capitalização, pelo método de Crédito Unitário Projetado. Dentre os benefícios de risco, as Complementações de Aposentadoria por Invalidez, de Pensão por Morte e de Auxílio-Reclusão estão estruturadas sob o regime de Repartição de Capitais de Cobertura, enquanto que os demais benefícios (Auxílio-Doença, Pecúlio por Morte, Pecúlio por Invalidez e Auxílio-Adicional) estão estruturados em Repartição Simples, sendo todos avaliados pelo método de Teoria Coletiva do Risco, observando-se as ocorrências nos últimos 36 meses anteriores à Avaliação, com margem de segurança estatística de 91%.

Comparativamente ao exercício anterior, o custo do Plano, apurado, para fins meramente referenciais, sobre a base de folha de Salário Real de Participação – SRP, elevou-se de 766,89% para 902,39%.

Essa elevação deveu-se, sobretudo, à redução da base sobre a qual o custo em percentual é calculado. A folha anual de SRP,

PARECERES

que na Avaliação Atuarial de 2011 foi mensurada em R\$2.759.787,42 oscilou, na Avaliação Atuarial de 2012, para R\$2.548.632,97.

Na confrontação dos custos calculados em montantes financeiros, a oscilação foi de 8,67%, ou seja, a variação real, acima da inflação (INPC), foi de apenas 2,33%, denotando uma tendência praticamente constante do custo do Plano.

O Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 014/13 apresenta os custos de cada benefício, comparativamente à alíquota apurada na última Avaliação Atuarial, indicando os motivos das variações, quando aplicável.

2.1.2 Variação das Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos do Plano do Regulamento Geral, existentes em 31 de dezembro de 2012, e disponibilizadas pelo ECONOMUS, foram determinadas atuarialmente e montam, em R\$3.347.684.076,92, na data de 31 de dezembro de 2012, sendo R\$3.024.402.326,10 referentes aos benefícios programados, e R\$323.281.750,82 referentes aos benefícios não programados, ambos estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD).

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC foram avaliadas atuarialmente em função das informações individuais dos Participantes do Plano, pelo método prospectivo, e montam R\$918.523.716,01, na data de 31 de dezembro de 2012, integralmente referentes aos benefícios programados do Plano.

As Provisões Matemáticas a Constituir – PMaC foram avaliadas em R\$378.325.754,95, em 31 de dezembro de 2012, e referem-se, integralmente, a equacionamento de Déficits, sendo R\$347.032.470,92 pertinente a Déficit equacionado em 2005 e R\$31.293.284,03 relativo a Déficit equacionado em 2009.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2011, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano foi de 7,45%, tendo sido registrado o montante de R\$3.887.882.037,98 em 31 de dezembro de 2012 e R\$3.618.411.357,34 em 31 de dezembro de 2011. O crescimento deve-se, em especial, à atualização monetária dos benefícios em percepção, superior à involução atuarial da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, em face do grau de maturidade do Plano, considerando-se, ainda, o efeito das alterações das hipóteses atuariais realizadas neste exercício, conforme detalhadas na seção “Outros Fatos Relevantes” deste Parecer, e variações observadas na base cadastral de

Participantes e Assistidos do Plano. Maiores detalhes podem ser encontrados no Relatório de Avaliação Atuarial GAMA 151 – RE 014/13.

2.1.3. Principais Riscos Atuariais

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o Plano de Benefícios do Regulamento Geral, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, sendo que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2012 do Plano do Regulamento Geral, foram aprovadas pelo ECONOMUS, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório GAMA 151 - RE 097/12, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC Nº 18/2006.

2.1.4. Soluções para Insuficiência de Cobertura

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2012, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2. Em relação ao plano de benefícios

2.2.1. Qualidade da base cadastral

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

2.2.2. Variação do resultado

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de R\$3.887.882.037,98, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$3.907.699.041,38, verifica-se que o Plano do Regulamento Geral apresentou Superávit técnico-atuarial, de R\$19.817.003,40, em 31 de dezembro de 2012.

PARECERES

A situação do Plano alterou de déficit de R\$80.353.207,80, em 31 de dezembro de 2011, para superávit de R\$19.817.003,40, em 31 de dezembro de 2012. O superávit do exercício deveu-se, sobretudo, à superação da meta atuarial do Plano, composta pela taxa de juros de 6,0% ao ano, acrescida do INPC acumulado no ano de 2012, de 6,2%, totalizando 12,6%, enquanto que a rentabilidade do período foi de 19,5%, gerando um ganho atuarial de 6,1% no período.

2.2.3. Natureza do resultado

O resultado superavitário do Plano apresenta características estruturais, sendo oriundo, dentre outras causas, dos regimes financeiros adotados para os benefícios de risco do Plano. Contribui para este resultado, também, a ocorrência de oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais definidas para o Plano, o que é inerente a processos estocásticos baseados em inferências.

A totalidade do superávit foi alocada em Reserva de Contingência, uma vez que perfaz 0,51% da Provisão Matemática do Plano relativa aos benefícios que não têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta, conforme parágrafo único do artigo 7º da Resolução MPS/CGPC Nº 26/2008.

2.2.4. Soluções para equacionamento do déficit

Tendo em vista que o Plano não apresentou déficit na Avaliação Atuarial de 2011, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2.5. Adequações dos métodos de financiamento

Adota-se, para o financiamento dos benefícios programados assegurados pelo Plano, o regime de Capitalização conjugado com o método de Crédito Unitário Projetado. Quanto aos benefícios de risco, adota-se o regime de Repartição de Capitais de Cobertura para os benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte e Auxílio-Reclusão e o regime de Repartição Simples para os benefícios de Auxílio-Doença, Auxílio Adicional, Pensão por Morte e Pecúlio por Invalidez, estando todos os benefícios de risco avaliados pelo método de Teoria do Risco Coletivo.

Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC Nº 18/2006.

2.2.6. Outros fatos relevantes

1) O Plano do Regulamento Geral encontra-se fechado a novas adesões e passou por processo de saldamento faculta-

tivo em 2005, contendo, portanto, além de Participantes e Assistidos, Participantes com direito a Benefício Proporcional Saldado;

2) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado, parcela destes estavam contabilizados pela curva do papel e mantidos até o vencimento, sendo que para tal, a Entidade atestou a possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 04/2002, e suas alterações posteriores, fato que pode ser verificado no Parecer GAMA 151 – PA 033/13;

3) De acordo com o referido Balancete Contábil, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontrava-se integralizado;

4) Conforme decisão da Entidade será mantido o custeio administrativo praticado no exercício de 2012 para este Plano, sendo este de 0,90% sobre o Salário Real de Participação, Benefício Saldado ou Benefício Proporcional Diferido, para os Participantes, conforme sua situação; 0,90% sobre o valor do benefício, para os Aposentados e Pensionistas; e contribuições patronais paritárias às dos Participantes e Assistidos, exceto Autopatrocinados;

5) As Provisões Matemáticas a Constituir do Plano, no valor total de R\$378.325.754,95, em 31 de dezembro de 2012, referem-se a equacionamentos de Déficit apurados nas Avaliações Atuariais dos exercícios de 2005 e 2009. A amortização dessas provisões se dá por meio de contribuições extraordinárias mensais, conforme definido no respectivo Plano de Custeio, sendo as alíquotas de contribuição aplicáveis a Participantes, Assistidos e Patrocinadoras revistas anualmente, conforme plano de pagamento estipulado à época de cada equacionamento;

6) Os Fundos do Plano montavam a quantia de R\$19.169.586,09, sendo R\$17.616.101,26 referentes a Fundo Administrativo e R\$1.553.484,83 referentes a Fundos dos Investimentos. Os valores desses fundos foram informados pela Entidade, através do balancete contábil do Plano. O Plano não apresenta, em 31 de dezembro de 2012, valores registrados em Fundos Previdenciais;

7) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2012, comparativamente às adotadas para o exercício de 2011, destacam-se as alterações do Fator de Capacidade dos Benefícios, em que se utilizou 0,9789 em substituição a 0,9716; da Tábua de Mortalidade Geral, em que se utilizou a AT-2000 M&F Agravada em 60% em substituição à AT-83 M; e da Tábua de Mortalidade de Inválidos, em que se

PARECERES

utilizou a RP 2000 Disabled Male em substituição à tábua composta por 50% da RP 2000 Disabled Male e 50% da IAPB 57;

8) Com relação aos benefícios saldados, considerando que a antecipação do requerimento do benefício faz com que o valor do benefício reduza em 0,5% a cada mês de antecipação, a Entidade, baseada no histórico de requerimentos de benefícios saldados, indicou a atualização da hipótese que considera a antecipação da concessão do benefício salgado, que passou a estimar a antecipação de 11 meses e 17 dias (com redução do benefício salgado de 13,54%), em substituição à antecipação de 12 meses e 16 dias (com redução do benefício salgado de 13,65%);

3. Plano de custeio

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início em 1º de abril de 2013, em conformidade com o Regulamento do Plano, deverá ter a seguinte configuração, observada sua

9) Cumpre ressaltar que, conforme recomendado no Parecer Atuarial referente ao exercício de 2011, a Entidade iniciou estudos visando, dentre outros aspectos relacionados à manutenção da solvência e equilíbrio do Plano, à alteração dos regimes financeiros atualmente adotados nos benefícios de risco assegurados pelo Plano para o regime de Capitalização, tendo em vista suas características, principalmente, no que tange ao Plano se encontrar em extinção, havendo possibilidade de comprometimento da formação de reservas técnicas para o custeio desses benefícios. Registra-se, entretanto, que os regimes atualmente adotados estão aderentes à legislação vigente, conforme Resolução MPS/CGPC Nº 18/2006.

prévia aprovação da Entidade e Patrocinadoras, antes de sua entrada em vigor:

PLANO DE CUSTEIO PARA 2013			
PARTICIPANTES - CONTRIBUIÇÃO NORMAL			
	Faixa Salarial	Alíquota (% SRP)	Dedução (% Teto INSS)
Participantes ⁽¹⁾	SRP ≤ ½ x Teto INSS	1%	-
	½ x Teto INSS < SRP ≤ 1 Teto INSS	1,75%	0,375%
	1 Teto INSS < SRP ≤ 6 Teto INSS	25,55%	24,18%
Participantes em BPD que não optaram pela cobertura dos benefícios de risco		0.00%	
Participantes em BPD que optaram pela cobertura dos benefícios de risco		4.90% do SRP	
Participantes que optaram pelo saldamto		0.00%	
Participantes autopatrocinados		Idêntica a dos participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora	
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – DÉFICIT EQUACIONADO 2005			
	Prazo remanescente ⁽²⁾	Alíquota (% SRP, % BPD ou % BS)	
Participantes (ativos, em BPD e que optaram pelo saldamto)	257 meses ⁽³⁾	3,84%	
Participantes autopatrocinados	257 meses ⁽³⁾	Idêntica a dos participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora	
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – DÉFICIT EQUACIONADO 2009			
	Prazo remanescente ⁽²⁾	Alíquota (% SRP, % BPD ou % BS)	
Participantes (ativos, em BPD e que optaram pelo saldamto)	22 meses	1.53% ⁽⁴⁾	
Participantes autopatrocinados	22 meses	Idêntica a dos participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora	

PARECERES

PATROCINADORAS - CONTRIBUIÇÃO NORMAL		
Patrocinadoras	Paritárias às Contribuições dos Participantes e Assistidos	
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – DÉFICIT EQUACIONADO 2005		
	Prazo remanescente ⁽²⁾	Alíquota (% Folha SRP)
Patrocinadoras	257 meses ⁽³⁾	Paritárias às Contribuições dos Participantes e Assistidos para este fim
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – DÉFICIT EQUACIONADO 2009		
	Prazo remanescente ⁽²⁾	Alíquota (% Folha SRP)
Patrocinadoras	22 meses	Paritárias às Contribuições dos Participantes e Assistidos para este fim
ASSISTIDOS - CONTRIBUIÇÃO NORMAL		
Aposentados	4,1% sobre a complementação	
Pensionistas	0.00%	
PLANO DE CUSTEIO PARA 2013		
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – DÉFICIT EQUACIONADO 2005		
	Prazo remanescente ⁽²⁾	Alíquota (% Complementação)
Aposentados	257 meses ⁽³⁾	3.84%
Pensionistas	-	-
CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – DÉFICIT EQUACIONADO 2009		
	Prazo remanescente ⁽²⁾	Alíquota (% Complementação)
Aposentados	22 meses	2.78% ⁽⁴⁾
Pensionistas	22 meses	2.78% ⁽⁴⁾
PLANO DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO		
Em conformidade com a definição da Entidade acerca dos Custos Administrativos dos Planos Previdenciais, em observância ao seu Plano de Gestão Administrativa – PGA, o custo intencionado para o Plano de Benefícios do Regulamento Geral é definido conforme a seguir:		
a) Taxa de Carregamento aplicável sobre o Salário Real de Participação	0,90%	
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre o BPD	0,90%	
c) Taxa de Carregamento aplicável sobre o Benefício Proporcional Saldado	0,90%	
d) Taxa de Carregamento aplicável sobre a Complementação recebida pelo Aposentado	0,90%	
e) Taxa de Carregamento aplicável sobre a Complementação recebida pelo Pensionista	0,90%	
f) Taxa de Carregamento paga pelas Patrocinadoras	0,90%	
g) Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano	0,15%	

PARECERES

(1) Só contribuem os Participantes com tempo de Plano inferior a 30 anos.

(2) Na Data da Avaliação.

(3) O prazo máximo recalculado para este equacionamento de déficit seria de 294 meses, no termos da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006. Entretanto, a Entidade optou por reduzir o prazo referencial adotado para o financiamento, que passou a ser de 257 meses, e, com isso, manteve-se a alíquota atualmente praticada.

(4) Manutenção das alíquotas atualmente praticadas, conforme decisão da Entidade, alíquotas essas que, quando da Avaliação Atuarial de 2012, eram suficientes para a amortização do valor do déficit equacionado, no prazo remanescente.

4. Conclusão

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano do Regulamento Geral, em 31 de dezembro de 2012, é superavitária em R\$19.817.003,40, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo que a totalidade deste valor foi alocada em Reserva de Contingência.

Este é o Parecer.

Brasília, 8 de fevereiro de 2013.

Antônio Fernando Gazzoni
Atuário MIBA 851 - MTb/RJ
Diretor-Presidente

PARECERES

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do Economus - Instituto de Seguridade Social São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Economus - Instituto de Seguridade Social ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pelo Economus - Instituto de Seguridade Social), aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8 em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras do Instituto. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa ava-

liação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Instituto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Instituto. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Economus - Instituto de Seguridade Social e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Outros assuntos

Examinamos, também, informações suplementares sobre o Plano de Assistência e Saúde, compreendendo o balanço patrimonial, e as demonstrações do resultado e as demonstrações do resultado abrangente, do fluxo de caixa, da mutação do patrimônio líquido, assim como as correspondentes principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas informações suplementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

São Paulo, 25 de março de 2013.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

PARECERES

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do Economus - Instituto de Seguridade Social, no uso das atribuições conferidas pelo inciso II do Artigo 45 de seu Estatuto Social, examinou as Demonstrações Contábeis de 2012 (Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, Demonstração das Obrigações Atuariais dos Planos de Benefícios) acompanhadas das respectivas Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis consolidadas e as informações contábeis da Gestão Assistencial (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração de Resultados Abrangentes, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social e Notas Explicativas às informações contábeis).

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos do Economus, e considerando ainda o parecer dos Auditores Independentes e o parecer Atuarial da Consultoria Externa contratada, o Conselho Fiscal recomenda ao Conselho Deliberativo   aprovação das referidas Demonstrações Contábeis.

São Paulo, 25 de març o de 2013.

JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA
Presidente

ADELAR VALENTIM DIAS
Membro

ÁUREA FARIAS MARTINS
Membro

JOSÉ ZAMAI
Membro

Manifesta o do Conselho Deliberativo quanto às Demonstrações Contábeis do Exercício 2012

Em reunião de 25 de març o de 2013, o Conselho Deliberativo do Economus Instituto de Seguridade Social, no uso das competências de que trata o inciso XIII do Artigo 21 do Estatuto Social da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer da KPMG – Auditores Independentes, no Parecer Atuarial emitido pela Gama Consultores Associados, no Parecer do Conselho Fiscal e nas Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, razão pela qual as aprova.

São Paulo, 25 de març o de 2013.

VAGNER LACERDA RIBEIRO
Presidente

ITAMAR DE SOUZA MENEZES
Membro

LEVI GOMES DE OLIVEIRA
Membro

FRANCISCO VIANNA DE OLIVEIRA JR.
Membro

JOSÉ CAETANO DE A. MINCHILLO
Membro



www.economus.com.br

CENTRAL DE ATENDIMENTO

11 3464-7700

RUA QUIRINO DE ANDRADE, 185 - CENTRO

CEP 01049-902 - SÃO PAULO - SP